

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Departamento de Ciências de Engenharia do Ambiente (DCEA)

Política de Desenvolvimento Rural na União Europeia: Agricultura, Ambiente e Território

Por

Rita Maria Oliveira Calvário

"Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental"

Coordenador:

Professor Doutor João Farinha (FCT/UNL)

Orientador Científico:

Professor Catedrático Fernando Oliveira Baptista (ISA/UTL)

Lisboa

2010

Agradecimentos

Muitas foram as pessoas que, de uma forma ou de outra, acompanharam a elaboração do presente trabalho e a quem quero, no final deste percurso, agradecer.

Antes de mais agradeço ao Professor João Farinha pelo incentivo e disponibilidade sempre pronta para que a concretização desta tese se tornasse uma realidade.

Uma palavra de especial agradecimento e amizade para o Professor Fernando Oliveira Baptista, que desde o primeiro momento mostrou inteira disponibilidade para orientar esta tese e foi fundamental para a escolha do tema e dos caminhos a percorrer para o seu desenvolvimento. De salientar o esforço de ajustamento do seu tempo ao meu ritmo de trabalho, respondendo sempre prontamente às minhas solicitações para conversar, trocar ideias, aprofundar reflexões ou mesmo tratar de aspectos administrativos.

Agradeço todas as sugestões, contributos e opiniões dadas pelo Professor José Veiga, pela Professora Ana Novais e pelo Engenheiro Carlos Amaral, e naturalmente as suas disponibilidades para a leitura comentada de versões provisórias, as quais permitiram consolidar e dar robustez ao presente trabalho.

À minha família, em especial à minha mãe e ao meu pai, agradeço pelas oportunidades que me proporcionaram ao longo da vida e pelo apoio incondicional que sempre deram a todas as minhas escolhas. Aos meus amigos e amigas agradeço a sua presença nos momentos importantes e simplesmente por o serem. Não posso deixar de agradecer à minha pequenina colorida de quatro patas por ser uma boa companhia.

Resumo

Nas últimas décadas, ocorreram transformações profundas no sector agrícola e nos territórios rurais, resultantes da modernização do sector e das novas procuras e exigências sociais para o rural. O sector agrícola já não representa a fonte predominante de emprego e riqueza das zonas rurais, que têm hoje trajectórias de desenvolvimento muito heterogéneas.

A intervenção pública para o desenvolvimento rural foi inserida na Política Agrícola Comum (PAC) através do paradigma da multifuncionalidade da agricultura. O sector passa a ser apoiado pelas suas funções na gestão ambiental e viabilidade socioeconómica das zonas rurais.

A presente tese parte do “estado da arte” sobre a evolução da PAC, os processos de transição rural e a inserção da agricultura nos modelos teóricos de desenvolvimento rural, para analisar a aplicação do 2º Pilar da PAC, para 2007-2013, nas zonas rurais e regiões europeias. Os dados indicam que, em geral, existe pouca coerência com os objectivos de coesão social e territorial. Há, porém, diferenças no peso que os interesses agrícolas assumem na sua definição entre regiões europeias.

Este é um contributo na discussão do papel da agricultura nas economias rurais e como pode uma política focada nos agricultores responder às necessidades de territórios com diferentes potencialidades e desafios.

Abstract

In recent decades, profound changes occurred in agriculture and rural areas, resulting from modernization and new demands and social requirements. The agricultural sector no longer represents the predominant source of employment and wealth of rural areas, which have today very heterogeneous development paths.

Public intervention for rural development has been inserted in the Common Agricultural Policy (CAP) through the paradigm of multifunctionality in agriculture. The sector is supported for their role in environmental management and areas-economic viability of rural areas.

This thesis begins with the “state of the art” on the evolution of the CAP, rural transition processes and insertion of agriculture in rural development theoretical models, to examine the implementation of the CAP Second Pillar, for 2007-2013, in rural areas and regions of Europe. The data indicate that, in general, there is little coherence with the objectives of social and territorial cohesion. However, differences exist in the weight of agricultural interests in its definition between European regions.

This is a contribution to the discussion of the role of agriculture in rural economies and how can a policy focused on farmers meet the needs of territories with different potential and challenges.

ÍNDICE DE MATÉRIAS

| | |
|---|-----------|
| Introdução..... | 7 |
| Capítulo I - Abordagem ao desenvolvimento rural na União Europeia | 11 |
| 1.1. Política agrícola comum: do paradigma do modernismo ao desenvolvimento rural..... | 11 |
| 1.2. Conclusão..... | 24 |
| Capítulo II – Transição rural e políticas públicas | 30 |
| 2.1. As dinâmicas de transição rural na União Europeia | 30 |
| 2.2. Agricultura e modelos de desenvolvimento rural | 33 |
| 2.3. Conclusão..... | 38 |
| Capítulo III – Política de desenvolvimento rural no período de 2007-2013..... | 42 |
| 3.1. Caracterização das opções de investimento dos PDR por eixo estratégico..... | 43 |
| 3.2. Distribuição do orçamento das regiões europeias por eixo estratégico..... | 45 |
| Capítulo IV – Análise do Investimento dos Programas de Desenvolvimento Rural..... | 51 |
| 4.1. Metodologia de análise..... | 51 |
| 4.2. Caracterização das zonas rurais europeias e opções de investimento dos PDR..... | 55 |
| 4.3. Caracterização das regiões europeias e opções de investimento dos PDR..... | 60 |
| 4.4. Conclusão..... | 73 |
| Considerações finais..... | 78 |
| Bibliografia..... | 86 |
| Anexo I – Quadro das medidas por eixo estratégico..... | 89 |
| Anexo II – Países e regiões com Programas de Desenvolvimento Rural..... | 91 |
| Anexo III - Indicadores e dados estatísticos..... | 93 |
| Anexo IV – Médias regionais..... | 105 |
| Anexo V – Correlações lineares das características e opções de investimento dos PDR | 106 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 2.1. Ciclo do declínio das regiões rurais (OCDE, 2006) | 33 |
| Figura 4.1. Principais correlações entre as características dos PDR | 56 |
| Figura 4.2. Principais correlações entre as características e o investimento por eixo dos PDR.. | 60 |
| Figura 4.3. Principais correlações entre as características e o investimento por eixo da Europa do Norte..... | 63 |
| Figura 4.4. Principais correlações entre as características e o investimento por eixo da Europa do Centro | 67 |
| Figura 4.5. Principais correlações entre as características e o investimento por eixo da Europa do Sul | 70 |
| Figura 4.6. Principais correlações entre as características e o investimento por eixo da Europa do Leste | 73 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 4.1. Indicadores estatísticos | 54 |
| Quadro 4.2. Principais características da Europa do Norte | 61 |
| Quadro 4.3. Principais características da Europa do Centro..... | 64 |
| Quadro 4.2. Principais características da Europa do Sul | 68 |
| Quadro 4.2. Principais características da Europa do Leste | 71 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 3.1. Opções de investimento dos PDR da Europa do Norte por Eixo (%). | 46 |
| Gráfico 3.2. Opções de investimento dos PDR da Europa do Centro por Eixo (%). | 47 |
| Gráfico 3.1. Opções de investimento dos PDR da Europa do Sul por Eixo (%). | 48 |
| Gráfico 3.1. Opções de investimento dos PDR da Europa do Leste por Eixo (%). | 49 |
| Gráfico 3.1. Opções de investimento dos PDR da Europa do Norte, Centro, Sul e Leste por Eixo (%). | 50 |

Introdução

A questão rural emerge na União Europeia (UE) em resultado de uma transformação profunda da questão agrária nas últimas décadas.

O avanço dos processos de modernização da agricultura no pós II Guerra Mundial, com a intensificação dos métodos produtivos e especialização funcional da produção, fruto da aplicação da ciência e da tecnologia e do aprofundamento do modelo industrial no sector, proporcionou aumentos de produtividade crescentes e uma acentuada redução de custos, introduzindo uma lógica de gestão empresarial nas unidades agrícolas. Estes processos assentaram na concentração fundiária, diminuição substancial do número de explorações e investimento de capital, reduzindo drasticamente os assalariados e trabalhadores agrícolas (autónomos e familiares) e libertando terra para outros usos.

A Política Agrícola Comum (PAC), a primeira política comunitária a ser instituída, implementou um conjunto de instrumentos que permitiram um rápido e eficaz avanço dos processos de modernização da agricultura europeia. As funções atribuídas à agricultura de abastecimento alimentar e de oferta de mão-de-obra para o sector industrial em crescimento, bem como as suas funções de fornecedor de matérias-primas para a indústria agro-alimentar e ainda de cliente da produção industrial de equipamentos, químicos e saber técnico destinados à intensificação agrícola, foram cumpridas com sucesso na resposta aos objectivos delineados pela política.

Estes processos trouxeram alterações significativas na relação da agricultura com o território, a sociedade e o ambiente, reconfigurando o rural. A área ocupada pela actividade agrícola retraiu-se significativamente, o mesmo sucedendo com o emprego e a população agrícola, assim como a agricultura perdeu peso na economia, ocupando uma parcela relativa cada vez menor do valor acrescentado da produção. A industrialização da agricultura trouxe também a degradação da biodiversidade (abandono de culturas autóctones, perda de habitats, afectação de recursos bióticos locais), da paisagem e atributos culturais (simplificação e homogeneização) e da qualidade ambiental (contaminação do solo, água, ar e cadeias alimentares).

A transformação da agricultura num sector económico, objecto de políticas públicas específicas e de medidas de regulação institucional, com estruturas de representação próprias e participação no universo político-institucional, significou a sua autonomização do seu contexto rural a nível económico, social, espacial, político e simbólico. Poder-se-á dizer que se operou um processo de desruralização da agricultura.

Ao mesmo tempo, surgem dinâmicas de dispersão espacial difusa de outros sectores da economia, nomeadamente de pequenas unidades industriais e serviços mercantis, os quais se conciliaram com as estratégias das explorações agrícolas familiares de pluriemprego e diversificação das fontes de rendimento. Demarca-se, assim, em algumas zonas rurais, a pluriactividade e a agricultura a tempo parcial, permitindo a sustentação destas estruturas agrárias a par dos processos de modernização da

agricultura. Estas formas de desenvolvimento pluriforme no espaço rural permitiram esbater a identificação teórica da extinção do mundo rural com o declínio das sociedades agrárias tradicionais trazido pela modernização.

Também, a crescente articulação das economias rurais com os sistemas urbanos, como o maior investimento público na melhoria das condições de vida dos aglomerados rurais, significou alterações profundas nos hábitos, valores, consumos e modos de vida da população rural, esbatendo-se as diferenças sociológicas entre o rural e urbano, o que pode ser designado de rurbanização. Em muitos casos, esta transformação foi acompanhada por uma acentuada recomposição social das populações situadas nos territórios rurais.

O espaço rural começou ainda a ser disputado para a localização de actividades não agrícolas, associadas a novas procuras do rural ou à necessidade de instalação de equipamentos e infra-estruturas, vias de comunicação, As novas procuras do rural referem-se às actividades de turismo, entretenimento, lazer, contacto com a natureza, residências secundárias, entre outros, ligadas à valorização dos recursos e patrimónios locais, também designados de amenidades rurais, e sua crescente inserção nos circuitos mercantis. O espaço rural assume-se crescentemente como um espaço de consumo, em contraponto à sua função tradicional de espaço de produção. Estas procuras têm determinado a abertura das zonas rurais a novos actores e agentes, muitos provenientes do exterior e nem sempre representantes dos interesses do mundo rural, e têm-se mostrado importantes na diversificação das actividades da população rural, em particular ao nível da sua economia e emprego.

Paralelamente, as crescentes preocupações ambientais, sobretudo por parte de largos sectores da população urbana, implicam novas abordagens ao território rural e suas actividades. A função de “reserva de espaço” do rural deixou de dizer respeito apenas às necessidades de expansão física das actividades e do crescimento urbano ou da produção agrícola ou florestal, passando a responder à necessidade de delimitar outras funções para esse espaço, nomeadamente enquanto reserva ecológica. Também à agricultura passou a ser exigida, por parte dos mesmos sectores, a função adicional de conservação da paisagem e da natureza.

Estas transformações do rural ocorreram de forma muito desigual em todo o espaço comunitário, com diferentes ritmos e configurações, consequência de vários factores, em particular da intensidade de todos estes processos e dinâmicas, tendo em conta os recursos locais e os interesses exteriores, e da incidência das políticas públicas nos diversos territórios rurais. Actualmente, são perceptíveis linhas de diferenciação entre o rural das regiões europeias, dos Estados-Membros e das suas regiões e locais. A realidade das zonas rurais europeias é, assim, muito heterogénea, existindo tanto zonas de crescimento como zonas de declínio em termos da sua economia, emprego, condições sociais e demografia.

Ao longo deste processo de modernização da agricultura e transformação do rural, a PAC foi sofrendo várias reformulações ao nível do seu discurso e dos seus objectivos e instrumentos. A introdução das

dimensões ambiental e rural no seu âmbito operou uma deslocação de abordagem, até então exclusivamente orientada para o sector agrícola, para uma perspectiva territorial. Passa, então, a caber-lhe a intervenção pública destinada a responder às problemáticas do desenvolvimento das zonas rurais, tendo em conta as expectativas da sociedade em relação às mesmas e à actividade agrícola. Ao nível do seu discurso teórico ocorre uma transição de paradigma do modernismo para o do desenvolvimento rural.

A perspectiva territorial foi adoptada pela PAC através da reformulação do modelo de integração económica e social da agricultura, da qual é esperado o cumprimento adicional de funções que respondem às novas exigências de gestão ambiental e viabilidade socioeconómica dos espaços rurais. A agricultura passa a cumprir, portanto, funções produtivas e não produtivas, não necessariamente em simultâneo nas mesmas estruturas agrárias e nos mesmos territórios. A questão rural pode ser, então, entendida como a articulação que se estabelece entre a produção agrária, a gestão ambiental dos espaços rurais e a dinâmica socioeconómica do meio rural.

O presente trabalho tem o objectivo de analisar como a PAC, através da aplicação da política de desenvolvimento rural para o período de 2007-2013, intervém na articulação dessas dimensões da questão rural e quais os seus resultados. Em concreto, analisa-se a forma como a PAC, no que diz respeito aos instrumentos que contém e ao modo como são aplicados, incide na evolução da relação entre a produção agrária e o espaço rural, no modo como a gestão ambiental desse espaço está a ser realizada e por quem, e ainda nas dinâmicas de transformação das economias rurais e sua relação com a actividade agrária. Esta análise permite-nos avaliar a adequação dos instrumentos da PAC para responder à perspectiva territorial que incluiu ao nível do seu discurso e objectivos, bem como da coerência da sua aplicação tendo em conta essa mesma perspectiva, e inferir sobre a sua capacidade de resposta à diversidade de interesses do mundo rural e às expectativas da sociedade sobre o mesmo.

O Capítulo I descreve os processos de reforma da PAC que marcam a evolução do paradigma do modernismo para o desenvolvimento rural, analisando o modo como o seu discurso teórico tem sido reformulado e os seus instrumentos ajustados para responder às novas especificidades e funções não produtivas atribuídas à agricultura, e ainda qual tem sido o contributo destes para concretizar objectivos de coesão e de desenvolvimento das zonas rurais.

O Capítulo II assinala as dinâmicas de transição rural na União Europeia e o papel que a agricultura ocupa na abordagem teórica desses processos e nos modelos de desenvolvimento rural, analisando a forma como estes influenciam e orientam a intervenção pública europeia destinada às zonas rurais.

O Capítulo III caracteriza as opções de investimento dos Programas de Desenvolvimento Rural para o período de 2007-2013, em relação aos eixos estratégicos estabelecidos pela política de desenvolvimento rural, analisando como as várias regiões europeias distribuíram o orçamento global.

O Capítulo IV estabelece, através de indicadores e do método de correlação linear, a relação entre as opções de investimento dos Programas de Desenvolvimento Rural para o período de 2007-2013 e as características socioeconómicas, ambientais e das estruturas agrárias dos Estados-Membros e das regiões europeias, analisando a coerência da aplicação da política de desenvolvimento rural tendo em conta a realidade dos territórios rurais e os princípios e objectivos teóricos que a sustentam.

As considerações finais discutem o papel da política agrícola europeia no desenvolvimento das regiões rurais, avaliando o papel que a agricultura tem vindo a assumir nas economias rurais e em que medida uma política focada nos agricultores pode responder às necessidades de desenvolvimento de diferentes territórios com diversas trajectórias de desenvolvimento.

Capítulo I. Abordagem ao desenvolvimento rural na União Europeia

As preocupações com o desenvolvimento rural na União Europeia surgem associadas às dinâmicas de transformação do sector agrícola e das políticas que sobre ele incidem. Desta forma, é no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) que se tem inserido a intervenção pública destinada às zonas rurais e moldado as abordagens ao desenvolvimento rural. Interessa, por isso, perceber como a evolução da PAC, sujeita a diversas reformas ao longo dos anos, tem construído o debate teórico em torno do desenvolvimento rural, quais os instrumentos de intervenção que tem aplicado e os seus resultados.

1.1. Política agrícola comum: do paradigma do modernismo ao desenvolvimento rural

O Tratado de Roma (1957)

A PAC surge como resposta às graves crises de abastecimento alimentar que se faziam sentir na Europa após a II Guerra Mundial, traduzindo os valores básicos que presidiram à integração europeia¹.

O artigo 39º do Tratado de Roma (1957) estabelece os objectivos visados pela PAC: *“aumentar a produtividade da agricultura pela promoção do progresso técnico, pelo desenvolvimento racional da produção agrícola e pela utilização óptima dos factores de produção, em particular do trabalho; assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola, em particular pelo aumento dos rendimentos individuais dos que trabalham na agricultura; estabilizar os mercados; garantir a segurança dos abastecimentos; assegurar preços razoáveis aos consumidores”*.

A criação da PAC pretendia concretizar prioritariamente o objectivo da segurança alimentar, através da obtenção de aumentos de produtividade e de produção agrícolas, assumindo-se que os mercados agrícolas mundiais eram incapazes de garantir um normal abastecimento a preços razoáveis e estáveis para os produtores e consumidores.

Adoptou-se a designada política de preços e mercados, composta por um conjunto de medidas que intervêm ao nível do regime de preços, das ajudas à produção, comercialização e consumo, do sistema de intervenção e armazenamento, do apoio à estabilização das importações e dos subsídios às exportações. Estas medidas consistiram na criação de um sistema de compras públicas a preços mínimos garantidos e na constituição de «stocks» reguladores, sendo um reconhecimento de que a referência aos preços mundiais não era pertinente para orientar a produção em função das necessidades

¹ A PAC foi a primeira política comunitária a ser instituída, mantendo-se as suas bases jurídicas praticamente inalteradas 50 anos depois da sua origem. A necessidade de reconstrução económica e pacificação social na Europa após a II Guerra Mundial fez com que 6 Estados Membros abdicassem da sua soberania nacional para a criação de um mercado comum orientado pelos princípios da unicidade de preços, solidariedade financeira e preferência comunitária. Para que os produtos agrícolas fossem incluídos na livre circulação de mercadorias, mantendo simultaneamente uma intervenção pública no sector agrícola, era necessário suprimir os mecanismos de intervenção nacionais incompatíveis com a livre circulação e transpor pelo menos uma parte para o nível comunitário, uma vez que agriculturas dos Estados Membro de então estavam marcadas por uma forte intervenção por parte dos Estados que actuavam principalmente sobre a orientação das produções, a determinação dos preços, a comercialização dos produtos e as estruturas agrícolas.

a satisfazer e que a instabilidade dos mercados agrícolas justificava uma intervenção pública reguladora. Foram, assim, implementadas as organizações comuns de mercado (OCM), produto por produto, visando assegurar a preferência comunitária. Para dar prioridade à produção interna, instituiu-se um sistema de direitos alfandegários sobre as importações, os quais eram ajustados de acordo com o nível de cotações mundiais, na altura estruturalmente inferiores aos preços europeus.

Foi também introduzida a designada política de estruturas agrícolas, visando concretizar dois objectivos: apoiar o aumento de produção e produtividade agrícolas através da reestruturação fundiária; e tornar, a médio prazo, menos necessária a protecção através dos preços em virtude da maior competitividade atingida pelas explorações agrícolas. Ao mesmo tempo, a mão-de-obra excedentária, resultante da aplicação destas medidas, permitiria alimentar a força de trabalho industrial em crescimento.

A política de estruturas só foi aplicada de forma generalizada a partir do início dos anos 70 com a publicação de três directivas: a Directiva n.º 72/159/CEE, que cria incentivos ao investimento na modernização das explorações agrícolas; a Directiva n.º 72/160/CEE, que cria apoios à reforma antecipada dos agricultores, visando a disponibilização do factor de produção terra para facilitar o ajustamento estrutural das explorações; a Directiva n.º 72/161/CEE, que cria apoios à qualificação e orientação profissional dos agricultores. Todas elas tiveram um alcance muito limitado. Refira-se que as medidas incidentes sobre as estruturas agrícolas só vieram a alcançar uma importância mais significativa no decorrer dos anos 80 com a introdução progressiva da dimensão ambiental e rural nas reflexões desenvolvidas no âmbito das instituições europeias.

A acompanhar o sucesso das políticas aplicadas para garantir o auto-aprovisionamento agrícola dos principais mercados comunitários, o que aconteceu regularmente a partir do final dos anos 60, surgiu o problema dos excedentes agrícolas nas principais produções. Tal tornava a PAC cada vez mais pesada do ponto de vista orçamental, uma vez que os excedentes tinham de ser escoados para o mercado mundial com dispendiosas subvenções à exportação². Este facto levou a que, a partir do início dos anos 70, o objectivo prioritário passasse a ser a manutenção do nível de rendimento dos produtores agrícolas, já então dependentes de forma significativa das transferências de rendimento geradas pelas medidas de política em vigor, e se procurassem adoptar medidas de gestão da oferta.

É neste contexto que, em 1968, é proposto o Plano Mansholt, o qual pretendia acelerar o processo de ajustamento estrutural da agricultura, privilegiando as explorações mais eficientes (e libertando cinco milhões de hectares de terra agrícola), de modo a reduzir os preços e aliviar o orçamento comunitário. No entanto, perante a forte resistência das organizações dos agricultores, à época com significativa

² Estas subvenções, também designadas de restituições, são concedidas aos exportadores para cobrir a diferença entre um preço mínimo garantido aos produtores europeus e um preço de escoamento, muito mais baixo à época, para o mercado mundial.

representatividade social, foi impossível proceder a uma reforma da PAC que reduzisse as medidas de suporte de preços e apoiasse a reconversão de terras agrícolas para outros usos e funções.

A dificuldade de generalização do modelo de intensificação agrícola e modernização das estruturas agrícolas da PAC em todos os territórios rurais da UE, com o consequente risco de aumento dos fenómenos de êxodo rural e agravamento das assimetrias regionais, levou à criação de um regime de apoio destinado às zonas com maiores dificuldades. São, então, criadas as designadas indemnizações compensatórias, destinadas a apoiar a agricultura de montanha e em determinadas zonas desfavorecidas, através da Directiva n.º 75/268/CEE³. Esta medida pressupõe o reconhecimento de que o modelo preconizado pela PAC não poderia alcançar todos os territórios rurais.

Note-se que já no próprio Tratado de Roma estava patente a preocupação de que a prossecução dos objectivos de produtividade e eficiência deveria ter a preocupação de considerar as diferenças regionais: *«Na elaboração da Política Agrícola Comum e dos métodos especiais que ela possa implicar, tomar-se-á em consideração a natureza particular da actividade agrícola decorrente da estrutura social da agricultura e das disparidades estruturais e naturais entre as diferentes regiões agrícolas.»*

No início da década de 80 surgem os primeiros sinais de crise do modelo da PAC. A conjuntura internacional e europeia sugere a necessidade de introduzir medidas com finalidades não exclusivamente orientadas para o aumento da produtividade e a modernização das estruturas agrícolas.

A nível da conjuntura refira-se, em primeiro lugar, a descida acentuada dos preços dos produtos agrícolas resultante da retracção da procura externa no contexto de recessão das economias dos anos 70, o que veio agravar o problema da acumulação de excedentes cada vez mais difíceis e dispendiosos de escoar. Em segundo lugar, importar assinalar o aumento das pressões internacionais para a abertura do mercado comunitário e redução das medidas proteccionistas (da política de preços e mercados), no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)⁴,

Com o agravamento dos custos orçamentais da PAC implementam-se dois mecanismos fundamentais para controlar a despesa e a própria produção: primeiro, instituiu-se, em 1984, um regime de quotas de leite; segundo, com a aprovação das perspectivas financeiras para o período de 1989-1993, criou-se uma linha directriz que estabelece um tecto para o crescimento da despesa agrícola desligada de quaisquer outras considerações sobre o conteúdo dessa despesa. Também nos anos de 1987 e 1988 introduzem-se medidas para facilitar a retirada de terras ou a extensificação da produção.

³ Parte da literatura atribui o surgimento desta Directiva à integração do Reino Unido na UE em 1972 e ao seu interesse em manter os apoios financeiros que vinha canalizando para as explorações agrícolas em zonas de montanha.

⁴ Actual Organização Mundial do Comércio (OMC). É especialmente importante a Ronda do Uruguai (1986-1993), a qual alargou as negociações no contexto do comércio internacional às questões das políticas agrícolas e de apoio de preços e rendimento aos produtores.

Simultaneamente, a maior pressão pública europeia perante o acumular de evidências sobre as externalidades ambientais negativas de origem agrícola e a adopção de critérios ambientais na regulação da actividade agrícola nas políticas nacionais de alguns países (sobretudo na Dinamarca, Holanda e Alemanha), bem como a maior influência social e política de grupos não agrários (nos países do norte da Europa) na redefinição das relações entre a agricultura e os espaços rurais e na atribuição de novas funções (não produtivas) a esses mesmos espaços, tiveram o seu papel na necessidade de reformulação do modelo da PAC.

A Reforma de 1992

Em meados dos anos 80, a Comissão Europeia formula uma nova abordagem à política agrícola através da publicação do «Livro Verde da Comissão» (COM (85) 333). Mais tarde, em 1988, é publicado o «Futuro do Mundo Rural» (COM (88) 501 final), um estudo encomendado pelo Parlamento Europeu, considerado como a primeira formulação coerente a nível comunitário de uma política de desenvolvimento rural. Também em 1988 é publicado o documento «Ambiente e Agricultura (COM (88) 338), onde surge a primeira articulação entre as preocupações ambientais, a actividade agrícola e os territórios rurais. Estes documentos estiveram na base da reforma da PAC que se viria a concretizar em 1992.

O «Livro Verde da Comissão» refere que *“nos primeiros 15 anos [de aplicação da PAC], o progresso técnico na agricultura e as boas condições nos outros sectores da economia permitiram um rápido êxodo rural. Desde meados dos anos 70, a crise económica abrandou o êxodo de trabalhadores da agricultura, e o elevado nível de desemprego criou condições em que a aceleração do êxodo rural é tida como intolerável”*. A seu ver, o principal desafio da Comunidade Europeia era *“saber se quer manter um número substancial de trabalhadores na agricultura”*, o que *“apenas pode ter uma resposta positiva”*, já que existe uma *“necessidade de manter o tecido social das regiões rurais, conservar o ambiente natural e salvaguardar a paisagem criada por dois milénios de agricultura”* e de proteger o emprego agrícola. A *“diversidade da agricultura europeia e a sua natureza específica”* são contrapostas ao modelo agrícola norte-americano, afirmando-se neste quadro a relevância da agricultura familiar.

Este documento formula a necessidade de reduzir o peso da política de preços e mercados, não só considerando os elevados custos orçamentais que comporta, mas também os seus efeitos sociais ao nível do êxodo rural e do agravamento da fome no Terceiro Mundo. No entanto, para concretizar o objectivo de manter o emprego agrícola, tendo em conta a situação particular da agricultura familiar, releva a importância de diversificar os instrumentos da PAC para lidar com o *“impacto de uma política de preços restritiva sobre os rendimentos agrícolas”*, *“o risco de uma polarização crescente entre as diferentes agriculturas na Europa, desde as que têm boas estruturas em condições económicas favoráveis às que têm dificuldades naturais no contexto de uma economia regional pouco desenvolvida”*, e ainda os *“desafios do alargamento”* a Portugal e Espanha. Deste modo, estipula

como hipóteses: a implementação de subsídios directos à agricultura como forma de compensar a perda de rendimento no contexto de uma política de preços restritiva; a atribuição de recursos financeiros à agricultura pelo reconhecimento do seu papel na protecção do ambiente; a maior contribuição das outras políticas na melhoria da integração da agricultura no desenvolvimento regional, já que *“a política agrícola tem de ser vista na ampla perspectiva da política rural”*.

«O Futuro do Mundo Rural» aponta como causas da vulnerabilidade do mundo rural *“a redução continuada do peso da agricultura na economia, sem que tenham entretanto surgido alternativas. Uma redução que resulta da evolução da economia mundial, marcada pela concentração urbana, pela industrialização, e posteriormente, pela terciarização. Mas marcada também pela abertura dos mercados agrícolas europeus ao comércio internacional, pela explosão das produtividades físicas resultantes do progresso técnico”*. Em relação ao caso europeu refere que *“acrescem os efeitos do PAC, que se reflectiram na concentração da produção nas áreas mais produtivas e mais centrais; a redução dos níveis de rendimento agrícola, ou não recuperação a ritmo desejável, relativamente às médias dos outros sectores da economia; a pouca capacidade para atrair investimentos nos sectores secundário e terciário, em resultado da insuficiência de infra-estruturas de acesso e acolhimento, e da sua localização periférica relativamente aos grandes mercados; condições de vida e trabalho pouco atractivas para fixar as populações com expectativas profissionais mais ambiciosas, especialmente os jovens; os problemas ambientais, quer decorrentes da poluição quer dos efeitos do abandono rural”*.

O documento formula duas teses centrais determinantes no que respeita à evolução previsível das zonas rurais: por um lado, ao nível agrícola, as perspectivas de expansão da agricultura convencional são bastante reduzidas; por outro lado, ao nível económico geral, é de esperar que os investimentos exógenos nas regiões rurais se tornem mais raros e selectivos, donde resulta que a diversificação das respectivas economias deverá assentar na valorização do potencial de desenvolvimento endógeno.

Esta abordagem esteve em grande medida na base do lançamento, em 1991, da iniciativa Leader para acções específicas de desenvolvimento rural, considerando-se que *“a eficácia na aplicação das políticas depende da parceria e repartição das responsabilidades, tanto ao nível da tomada de decisão como relativamente à implementação e gestão, aplicando ao longo de toda a cadeia o princípio de subsidiariedade e assumindo-se, assim, que a acção será tanto mais eficiente quanto maior for o envolvimento dos agentes locais”*.

O documento «Ambiente e Agricultura» pretende *“lidar com as consequências do desenvolvimento recente da agricultura no ambiente”*, através do estabelecimento de princípios comuns de acção e propostas a serem aprovadas pelo Conselho, dando relevância à *“diversidade da agricultura europeia, os diferentes problemas ambientais que coloca para o ambiente e a sua situação social e económica”*. Entre as medidas que propõe, salienta-se o condicionamento da atribuição de fundos públicos à agricultura de acordo com critérios ambientais, a introdução de normas para a utilização de pesticidas, a promoção da extensificação da produção e da qualidade dos produtos.

Também é importante referir o papel que a discussão de preparação do Acto Único Europeu, iniciada em 1985 e finalizada em Julho de 1987, teve no reforço da política regional e no aparecimento da política de desenvolvimento rural. O objectivo de acelerar a integração económica dos Estados-Membros, concretizado com a programação do Mercado Interno para o início de 1993, levantava preocupações com os efeitos da abertura dos mercados no sector agrícola e nos territórios rurais, nomeadamente ao nível do agravamento do desemprego e das disparidades regionais. Pretendia-se, portanto, que estas políticas minimizassem esses efeitos, respondendo ao princípio da coesão económica e social introduzido por este Tratado, e ao reforço do princípio da solidariedade. Refira-se, ainda, que este documento estabeleceu a necessidade de uma política de ambiente.

Na sequência destes documentos, adopta-se um conjunto de iniciativas de importância decisiva para o futuro da política europeia de desenvolvimento rural. Primeiro, com a reforma dos fundos estruturais em 1988⁵ e a consequente implementação dos Quadros Comunitários de Apoio, onde se faz a articulação entre os vários instrumentos financeiros (FEOGA-Orientação, FEDER e FSE) com incidência nas zonas rurais. Segundo, com o aparecimento das propostas da designada reforma Mac Sharry (COM (91) 100 final), as quais deram origem às decisões da reforma da PAC de 1992.

Por acordo político no Conselho Europeu, a 21 de Maio de 1992, é adoptada a reforma da PAC, a qual marcou uma importante e profunda viragem na orientação e nos instrumentos da política comunitária. Baseou-se, no essencial, nas seguintes novas orientações: desmantelamento gradual e parcial das medidas de suporte de preços de mercado, com a finalidade de aproximar os preços comunitários dos preços mundiais; atribuição de ajudas aos agricultores para os compensar pela perda de rendimentos resultante daquela alteração de preços; introdução de três medidas de acompanhamento, as agro-ambientais (Reg. (CEE) 2078/92), a florestação de terras agrícolas (Reg. (CE) n.º 2080/92) e o apoio à reforma antecipada (Reg. (CEE) n.º 2079/92).

O mais importante instrumento de política resultante da reforma de 1992, em termos de peso orçamental e de efeitos sobre o sector agrícola, foram as ajudas directas compensatórias das descidas dos preços institucionais. Estas ajudas são calculadas com base nas áreas cultivadas (cereais) ou número de animais elegíveis (vacas aleitantes e novilhos machos). Além disso, têm associadas medidas de contenção da produção, como o pousio («*set-aside*») e critérios de extensificação.

A criação das medidas agro-ambientais consagrou, de modo inequívoco, o ambiente como uma componente da PAC, assumindo o princípio de que *“com base num regime de ajudas adequado, os agricultores podem exercer uma verdadeira função ao serviço do conjunto da sociedade, introduzindo*

5 Regulamento (CEE) n.º 2052/88 do Conselho, de 24 de Junho de 1988, relativo às missões dos fundos com finalidade estrutural, à sua eficácia e à coordenação das suas intervenções, entre si, com as intervenções do Banco Europeu de Investimento e com as dos outros instrumentos financeiros existentes. A estratégia concebida de aplicação dos Quadros Comunitários de apoio assentou, designadamente, numa zonagem do espaço comunitário, tomando como base as suas características económicas, para as quais se definiram objectivos prioritários e instrumentos de intervenção, incluindo as respectivas condições e modalidades de financiamento.

ou mantendo métodos de produção compatíveis com as crescentes exigências do ambiente e dos recursos naturais ou da preservação do espaço natural e da paisagem”. O pressuposto de base e suporte da legitimidade destas medidas é o de que a ajuda paga ao agricultor deverá ter por contrapartida uma prestação proporcional de serviços à sociedade, de acordo com compromissos assumidos e verificáveis.

O novo regime criado de florestação de terras agrícolas pretendia não só responder à urgência de desviar área da produção agrícola, como dar um sinal positivo perante a intensificação das preocupações internacionais, no princípio da década de 90, com a desflorestação a nível mundial e a necessidade de aumentar a área arborizada.

Refira-se ainda a aprovação em 1992 dos Regimentos (CEE) n.º 2081/92 e n.º 2082/92, relativos, respectivamente, à protecção das denominações de origem e indicações geográficas e aos certificados de especificidade dos produtos agrícolas e alimentares. Por esta via, a certificação da qualidade passou a ser um instrumento importante para a política de desenvolvimento rural.

O processo de reforma da PAC, que culminou em 1992, ocorreu num contexto histórico marcado pela necessidade de redução dos excedentes agrícolas e dos crescentes encargos orçamentais com o seu escoamento, mas também de satisfazer os compromissos acordados no âmbito do GATT, nomeadamente os relativos à redução do proteccionismo da agricultura europeia. Pode afirmar-se que a questão ambiental e do desenvolvimento rural começou a ser encarada pelas instituições europeias como uma via que poderia ajudar a ultrapassar as dificuldades do seu modelo de política agrária. Estas dificuldades relacionavam-se ainda com o êxodo agrícola e rural, que contribuía para aumentar as já elevadas taxas de desemprego que caracterizavam as economias dos então Estados-Membros, não sendo de minimizar as crescentes pressões da opinião pública, relativas à protecção do ambiente e do mundo rural, perante os efeitos da aplicação da política agrícola.

Desta forma, o novo discurso das instituições comunitárias, em que são valorizadas as funções não produtivas da agricultura, surge mais como uma forma de justificar uma PAC ainda subordinada ao sector agrícola. Os apoios concedidos no quadro das medidas de acompanhamento constituíram mais uma via alternativa à das subvenções dos preços dos produtos agrícolas, contribuindo para garantir, ou pelo menos compensar, o rendimento dos agricultores. A PAC abraçou a dimensão ambiental e rural porque esta lhe facilitou a concretização dos dois objectivos enumerados, redução dos excedentes (e contenção orçamental) e satisfação dos compromissos acordados no âmbito do GATT, bem como permitia atenuar os problemas sociais criados pelo seu modelo de intensificação agrícola e modernização das explorações.

A Agenda 2000 (Berlim, Março de 1999)

Na sua comunicação, em Julho de 1997, «Agenda 2000. Para uma União Reforçada e Alargada», a Comissão Europeia considerou ter *«chegado o momento de dar um novo impulso à PAC, encaminhando-a numa nova direcção»*.

Na base desta nova direcção estiveram as conclusões da conferência de Cork, realizada na Irlanda, em Novembro de 1996, a qual delineou as grandes orientações da futura política europeia de desenvolvimento rural. Aqui é referida a necessidade de adoptar uma abordagem integrada, multi-sectorial e territorial para o desenvolvimento rural, tendo em conta a diversidade de territórios e de problemáticas no rural, advogando a multifuncionalidade da agricultura como via para o desenvolvimento rural e reforçando a nova dimensão estratégica já experimentada no âmbito do Leader. Pela primeira vez, refere-se de forma consistente a pertinência de adoptar a região como unidade territorial de intervenção.

No seu discurso de abertura, o Comissário Franz Fischler sublinhou o lugar preponderante da agricultura e silvicultura no desenvolvimento rural, indicando que a importância destas actividades *“ultrapassa o seu aspecto puramente sectorial: são multifuncionais. Configuram o espaço rural, contribuindo para a preservação de um espaço de vida económica e social intacta, para a protecção de um quadro de paisagens atractivas, e para a diversificação das actividades das zonas rurais.”* Ao mesmo tempo, refere que *“a criação de empregos não agrícolas, a melhoria das infra-estruturas e dos serviços, um duplicar do esforço de melhoria do ambiente, devem logicamente fazer parte de qualquer política de desenvolvimento rural”*.

Em Março de 1998, na apresentação das propostas específicas de reforma da PAC, a Comissão Europeia refere que *«durante séculos a agricultura europeia desempenhou várias funções económicas, ambientais, sociais e territoriais. Por este motivo e de acordo com as conclusões do Conselho Europeu do Luxemburgo, em Dezembro de 1997, o desenvolvimento de uma agricultura multifuncional em toda a Europa, incluindo nas regiões afectadas por problemas específicos, é essencial (...). A maior diferença entre o modelo europeu e os dos nossos maiores concorrentes reside na multifuncionalidade da agricultura europeia e no seu papel económico, ambiental, social e territorial, que explicam a necessidade de manter as actividades agrícolas na Europa e de salvaguardar os rendimentos dos agricultores.»*

O documento da Agenda 2000 traduz a preocupação de que *“nos próximos anos a agricultura terá de se adaptar a novas realidades e às alterações que caracterizam a evolução dos mercados, à política de mercado e regras comerciais, às exigências e preferências dos consumidores e ao próximo alargamento da Comunidade»*, perspectivando que *«essas alterações afectarão não só os mercados agrícolas mas também, de um modo geral, as economias locais das zonas rurais”*. Por isso, refere que *“a política de desenvolvimento rural deve ter por objectivo restabelecer e reforçar a competitividade*

das zonas rurais e, por conseguinte, contribuir para a manutenção e criação de emprego nessas zonas”. Neste contexto, invoca-se o artigo 159.º do Tratado da União Europeia, assinado em Fevereiro de 1992, segundo o qual *“a execução das políticas comuns terá em conta os objectivos da política comum de coesão económica e social”*.

Contudo, fazendo um balanço das decisões finais, aprovadas no Conselho de Agricultura, depois confirmadas na Cimeira de Berlim, em Março de 1999, e vertidas nos novos regulamentos publicados em Junho do mesmo ano, verifica-se que, no essencial, a reforma não trouxe grandes novidades, tendo apenas consolidado e aprofundado o caminho iniciado em 1992.

A Agenda 2000 introduz o conceito de uma PAC com dois pilares: o 1º pilar corresponde ao conjunto de medidas que desde a criação da PAC tem vindo a ser designada por política de preços e mercados agrícolas; o 2º pilar surge sob a designação de política de desenvolvimento rural, integrando, não só, a política de estruturas agrícolas, introduzida desde 1972, como também as chamadas medidas de acompanhamento que surgiram no decorrer da PAC de 1992.

Em relação ao 1º pilar da PAC manteve-se a tendência criada com a reforma de 1992 (redução dos preços dos produtos e compensação dos rendimentos dos agricultores para a OCM do leite e lacticínios), tendo sido criados dois novos instrumentos: um, respeitante à definição de exigências ambientais (eco-condicionalidade) para serem recebidas as ajudas directas; o outro diz respeito à introdução de um regime voluntário de modulação, transferindo verbas das ajudas directas que são reduzidas para certas explorações para o 2º Pilar. Ambos vieram a ter um alcance limitado.

A grande diferença das medidas agora incluídas na política de desenvolvimento rural está na sua aplicação a todas as áreas rurais da UE, o seu enquadramento num único regulamento (Reg. (CE) n.º 1257/1999), onde são reunidos os nove instrumentos previamente existentes, e o aumento dos recursos financeiros disponíveis para a sua aplicação⁶.

A política de desenvolvimento rural, resultante desta reforma, integra a totalidade das medidas de estruturas agrícolas, as medidas de acompanhamento e as indemnizações compensatórias em vigor. No total, são vinte e duas medidas incluídas em nove capítulos, a saber: investimento nas explorações agrícolas; instalação de jovens agricultores; formação profissional de agricultores; reformas antecipadas; apoio às zonas desfavorecidas e a zonas com constrangimentos ambientais; medidas agro-ambientais; apoio à transformação e comercialização de produtos agrícolas; apoio à floresta e à florestação de terras aráveis; promoção da adaptação e desenvolvimento das zonas rurais.

As medidas podem ser classificadas em três grupos: pagamento aos produtores baseado na quantidade de factores de produção utilizados (investimento nas explorações agrícolas em trabalho e capital);

⁶ 52,5 mil milhões de euros no período 2000-2006, com mais 7,8 mil milhões de euros para os novos Estados Membros no período de 2004-2006, o que perfaz um total de 60,3 mil milhões de euros.

pagamento aos produtores baseado na utilização condicionada dos factores de produção (funções de natureza agro-ambiental e agro-rural); e, financiamento de serviços gerais agrícolas.

Aos Estados Membros foi acometida a responsabilidade pela elaboração de programas integrados de desenvolvimento rural, nacionais ou regionais, para o período de 2000-2006, nos quais escolheram as medidas conforme as necessidades das suas áreas rurais e definiram o respectivo contributo financeiro europeu. Os programas foram sujeitos a aprovação pela Comissão Europeia.

O impacto da política de desenvolvimento rural no período de 2000-2006 foi algo mitigado e perturbado por duas circunstâncias especiais. Primeiro, porque subsistiu o problema da dupla fonte de financiamento através da secção Orientação e secção Garantia do FEOGA, com a complicação adicional de algumas medidas serem financiadas por secções diferentes em função da região. Segundo, porque o peso relativo desta política na afectação de recursos globais da PAC não se alterou, ao contrário das expectativas criadas, continuando a representar na UE-15 cerca de 16% do total do FEOGA (Garantia e Orientação).

O facto de parte destas medidas serem de aplicação facultativa, estarem em regime de co-financiamento e de existirem opções diferenciadas quanto à sua aplicação nos diferentes Estados-Membros, fez com que se verificassem diferenças significativas quanto à sua aplicação na UE.

Analisando os planos de desenvolvimento rural (PDR) para o período 2000-2006 podem verificar-se três principais tipos de diferenças significativas no contexto do 2º pilar da PAC.

Em primeiro lugar, importa sublinhar que a contribuição média do orçamento comunitário para o financiamento das medidas de desenvolvimento rural é de 49%, com um leque de variações que vão desde menos de 25% no caso da Holanda, a cerca de 70% no caso de Portugal, que, conjuntamente com a Itália (51%), a Grécia (56%) e Espanha (64%), constitui o grupo dos Estados-Membros com taxas de financiamento comunitário mais elevadas.

Em segundo lugar, é de realçar que se verificam diferenças significativas quanto ao peso relativo assumido pelas medidas de acompanhamento e as medidas de estruturas. Para o conjunto da UE-15, 47% das despesas públicas nacionais e comunitárias estão afectas às medidas de acompanhamento, repartindo-se os restantes 53% em partes sensivelmente iguais entre as medidas de estruturas a aplicar nas regiões do Objectivo 1 (secção Orientação do FEOGA) e fora destas (secção Garantia do FEOGA).

Em terceiro lugar, refira-se que o perfil das diversas medidas de acompanhamento varia de forma acentuada entre os diferentes Estados-Membros. No conjunto da UE-15, as medidas agro-ambientais e as indemnizações compensatórias representam, respectivamente, 25 e 16% da totalidade das despesas públicas (comunitárias e nacionais) afectas às políticas de desenvolvimento rural. Na Suécia e na Áustria as medidas agro-ambientais representam mais de 50% das respectivas despesas, enquanto na Finlândia são as indemnizações compensatórias que ocupam uma posição predominante (quase 50%).

Em todos os outros Estados-Membros, com excepção do Luxemburgo, as medidas agro-ambientais apresentam sempre o peso mais elevado do conjunto das medidas de acompanhamento, com especial relevo para os casos da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, com pesos superiores a 30%.

No período 2000-2006, constata-se que as medidas agrupadas como subvenções ao ambiente e às zonas desfavorecidas são as mais importantes, ocupando cerca de 40% e 20% do orçamento comunitário. O conteúdo das medidas de estruturas e melhoria da competitividade das explorações agrícolas conta para 38%, enquanto as medidas destinadas a diversificar as actividades em meio rural é inferior a 10%.

A Reforma de 2003

Em 26 de Junho de 2003, inicia-se mais um aprofundamento das orientações aprovadas no âmbito da reforma de 1992 e da Agenda 2000⁷.

O seu elemento mais importante é a dissociação entre as ajudas directas aos agricultores e o volume de produção (tabaco, azeite e algodão), a área cultivada (culturas arvenses e arroz) e o número de animais elegíveis (bovinos, ovinos e caprinos), o que se designa por desligamento ou desacoplamento, cuja aplicação foi feita a partir de 2005. Este novo regime de pagamento único (RPU) é associado às áreas ou produções históricas elegíveis, tendo sido prevista a sua implementação por exploração ou a partir de uma base regional, não obrigando à obtenção de produção e de produtos finais comercializáveis. A recepção das ajudas está condicionada ao cumprimento de normas relativas ao ambiente, à segurança alimentar e ao bem-estar dos animais, alargando-se o conceito de condicionalidade.

A reforma de 2003 acentuou a complementaridade entre os dois pilares, introduzindo a obrigatoriedade da modulação (transferência do 1º pilar para o 2º pilar) a partir de 2005, com aumentos progressivos até 2013.

Além do reforço dos fundos disponíveis para o desenvolvimento rural, são introduzidas novas medidas, designadamente a promoção da qualidade dos alimentos e do bem-estar animal e o suporte para adaptação às normas europeias, seguindo as orientações da declaração do Conselho Europeu de Gotemburgo (2001): *“Nos anos recentes, a política agrícola comum deu menos ênfase aos mecanismos de mercado e as medidas de apoio orientaram-se para satisfazer a procura crescente de segurança e qualidade alimentar, de bens públicos gerais, do bem-estar animal, da qualidade ambiental e da conservação da natureza e dos campos”*. Deixa, no entanto, para o período de 2007-2013 uma alteração mais profunda na dimensão e conteúdo do 2º Pilar da PAC.

⁷ Aprofunda o processo de desmantelamento das medidas de suporte de preço na OCM do arroz, torna efectivo o desmantelamento na OCM do leite e lacticínios e propõe a sua extensão à OCM do açúcar.

A Reforma de 2005

A reforma de 2005 prepara o novo período de programação e financiamento de 2007-2013.

No âmbito do 1º Pilar importa referir que, além de alargar a mais OCM o desligamento do suporte de preços e de reforçar os mecanismos de condicionalidade, desligamento e modulação, cria direitos históricos a conceder aos proprietários de terras agrícolas no âmbito do RPU, os quais podem ser transaccionados, com ou sem terra. Reforça ainda a capacidade de decisão dos Estados-Membros nas decisões de investimento, ao permitir a retenção de um montante do RPU com destino ao apoio de sectores específicos dentro deste regime. Introduce também um mecanismo de disciplina financeira associado ao pagamento das ajudas directas, de modo a garantir que o tecto orçamental estabelecido até 2013 não é ultrapassado.

Ao nível da política de desenvolvimento rural, a reforma de 2005 avança em termos de simplificação dos instrumentos disponíveis, reunindo as medidas de desenvolvimento rural num único quadro de financiamento (FEADER) e programação (Reg. (CE) n.º 1698/2005). São ainda destinados maiores fundos que anteriormente: foram alocados 88,3 mil milhões de euros para o FEADER, sendo que 58,5 mil milhões, ou seja, 62,6% são para as regiões de convergência.

No regulamento da programação da política (número 1, do artigo 9.º) é prevista a elaboração, pela Comissão, de um documento sobre as orientações estratégicas para o desenvolvimento rural, com a função de identificar “*os domínios importantes para a realização das prioridades da Comunidade, em particular no que concerne aos objectivos do desenvolvimento sustentável de Gotemburgo (Junho 2001)*”⁸ e a estratégia renovada de Lisboa para o crescimento e emprego”. Estas orientações estratégicas “*deverão reflectir o papel multifuncional que a agricultura desempenha na riqueza e na diversidade das paisagens, dos produtos alimentares e do património cultural e natural em toda a Comunidade*”, com base nas quais “*cada Estado-Membro deverá preparar o seu plano estratégico nacional, que constitui o quadro de referência para a preparação dos programas de desenvolvimento rural*”.

As orientações propostas pela Comissão ao Conselho, em Julho de 2005 (COM 2005, 304), tiveram na sua origem as conclusões expressas na segunda conferência sobre desenvolvimento rural, que tomou lugar em Salzburgo (Novembro 2003), sob o lema “*Semeando o futuro – construção de uma política rural que concretize as nossas ambições*”. À semelhança da anterior conferência, reafirma o papel multifuncional da agricultura e da silvicultura “*na formação da paisagem rural e na manutenção de comunidades rurais viáveis*”, o que justifica o “*apoio público à política de desenvolvimento rural da*

⁸ “*Um sólido desempenho económico tem de ser acompanhado de uma utilização sustentável dos recursos naturais e de níveis sustentáveis de produção de resíduos, mantendo a biodiversidade, preservando os ecossistemas e evitando a desertificação. Para responder a estes desafios, o Conselho Europeu decide que a Política Agrícola Comum e a sua evolução futura deverão incluir, entre os seus objectivos, o de contribuir para alcançar um desenvolvimento sustentável, pondo maior ênfase em produtos saudáveis de elevada qualidade, em métodos de produção sustentáveis do ponto de vista ambiental, incluindo a produção biológica, as matérias-primas renováveis e a protecção da biodiversidade*”, Conclusões da Presidência, Conselho Europeu, Gotemburgo 2001

UE (...) para facilitar o processo em curso de reestruturação da agricultura e favorecer o desenvolvimento sustentável das zonas rurais e uma relação equilibrada entre o campo e as zonas urbanas”. Com mais evidência surgem as ideias de que “*o desenvolvimento das zonas rurais não pode continuar a basear-se apenas na agricultura*” e de que “*a política de desenvolvimento rural deve abranger todas as zonas rurais da UE alargada*”, salientando a importância do acesso aos serviços públicos e a emprego não agrícola, nomeadamente por parte dos jovens. O desenvolvimento territorial “*com base em parcerias locais construídas da base para o topo, aproveitando os ensinamentos da abordagem Leader*”, aparece também reforçado.

De acordo com o documento das orientações estratégicas (Decisão do Conselho (CE) n.º 144/2006, de 20 de Fevereiro), a política de desenvolvimento rural centra-se nas áreas fundamentais da “*economia agro-alimentar, ambiente e, em termos mais gerais, economia e população rurais*”, apoiando-se em torno de quatro eixos estratégicos: Eixo 1 «aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal»; Eixo 2 «melhoria do ambiente e da paisagem rural»; Eixo 3 «qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural»; Eixo 4 «Leader», o qual é uma abordagem metodológica para a aplicação dos Eixos anteriores.

As medidas são integradas nos quatro eixos estratégicos, representando a grande novidade a fixação de uma percentagem mínima de financiamento que deverá ser consagrada a cada eixo: ao Eixo 1 cabe um mínimo de 10%, ao Eixo 2 de 25%, ao Eixo 3 de 10%, e ao Eixo Leader de 5%. Isto obriga a que cada Estado-Membro não possa negligenciar um grupo de medidas em relação a outro, o que é especialmente relevante para os Eixos 3 e 4, que poderiam ser relegados para segundo plano a favor das medidas mais directamente ligadas à agricultura.

No que se refere ao Eixo 1, um conjunto de medidas (dezasseis no total, duas das quais destinam-se aos novos Estados-Membros) incide no capital humano e físico dos sectores da agricultura, dos produtos alimentares e das florestas (promoção da transferência de conhecimentos e da inovação) e na produção de qualidade. O Eixo 2 prevê medidas (um total de catorze, distribuídas entre a agricultura e a floresta) destinadas a proteger e melhorar os recursos naturais, bem como a preservar os sistemas agrícolas e silvícolas de elevado valor natural e as paisagens culturais. O Eixo 3 (com seis medidas) contribui para desenvolver as infra-estruturas locais e o capital humano nas zonas rurais, com vista a melhorar as condições de crescimento e de criação de emprego em todos os sectores, bem como a diversificação das economias rurais. O Eixo 4 (duas medidas), baseado na experiência com a iniciativa Leader, introduz possibilidades de governação inovadora por meio de abordagens locais ascendentes.

As medidas do Eixo 1 incluem duas actualizações: o apoio à instalação dos jovens agricultores passa a ser feito mediante a apresentação de um “plano de negócios; os Estados-Membros têm de garantir a existência de serviços de formação, gestão e aconselhamento aos produtores, de adesão voluntária. São também introduzidas duas novas medidas: o apoio à participação dos produtores em regimes de

qualidade alimentar; o apoio às explorações de semi-subsistência nos novos Estados-Membros para adaptação ao mercado e viabilidade no quadro da pluriactividade e multifuncionalidade.

O Eixo 2 introduz a possibilidade de se concederem pagamentos anuais pelas restrições ambientais relacionadas com a aplicação da Rede Natura 2000 (Directivas n.º 79/409/CEE, de 25 de Abril e n.º 92/43/CEE, de 22 de Julho) e a Directiva-Quadro da Água (Directiva n.º 2000/60/CE, de 22 de Dezembro), criando novos zonamentos. As medidas agro-ambientais, incluídas neste Eixo, assumem a maior prioridade política do 2º Pilar, uma vez que são a única medida de carácter obrigatório a incluir nos programas de desenvolvimento rural.

O Eixo 3 tem a novidade de não ligar totalmente a diversificação das actividades económicas à agricultura (artigo 33º), ao contrário do que acontecia no anterior período de programação, prevendo incentivos à criação de microempresas e a actividades turísticas, desenvolvidas ou não por agricultores. Esta é uma mudança clara que vai de encontro à orientação estratégica definida de *“contribuir para a prioridade essencial da criação de oportunidades de emprego e de condições de crescimento”*, começando a PAC a assumir, ainda que de forma limitada, a ideia de que a agricultura não pode por si só diversificar a economia rural e criar novos empregos.

A política de desenvolvimento rural introduz também um sistema comum de controlo e avaliação entre a Comissão e os Estados-Membros, de forma a aferir com mais rigor a aplicação e os resultados das medidas. É ainda prevista a criação de redes nacionais e europeia de desenvolvimento rural para a identificação e divulgação das melhores práticas.

1.2. Conclusão

O modelo europeu de política agrária vigente durante as primeiras duas décadas de funcionamento da PAC estava ligado a um modelo “produtivista” da agricultura, com o objectivo de estimular o aumento de produção e produtividade através da regulação dos preços agrícolas e garantia do escoamento da produção para o mercado interno, bem como a um modelo de exploração familiar moderna, assente na concentração das unidades produtivas e na profissionalização dos agricultores. Como resultado, intensificaram-se os métodos produtivos, originando graves problemas ambientais, a produção especializou-se e desapareceram inúmeras explorações de pequena dimensão incapazes de se adaptar a este modelo, o que fez crescer o desemprego agrícola e o êxodo rural rumo ao emprego industrial nas cidades, assim como se acentuaram as desigualdades regionais.

Este modelo entra em crise na primeira metade dos anos 80 com a conjugação de vários factores a nível internacional e europeu: o rápido aumento do volume de produção gerou excedentes estruturais num número crescente de produtos, o que, aliado à descida do preço nos mercados agrícolas internacionais, tornava inoportuno sustentar a crescente despesa orçamental com o seu escoamento; a situação de desemprego industrial, originada pela crise económica dos anos 70, tornava pouco

aconselhável a saída de mão-de-obra da agricultura; as externalidades negativas ambientais, territoriais e na qualidade alimentar do modelo “produtivista” começavam a ter eco na opinião pública e sociedade civil. Estes factores vieram reforçar o argumento da necessidade de uma maior liberalização dos mercados agrícolas, com a redução da intervenção pública directa, como vinha a acontecer desde então no âmbito da OMC, mas também questionar as funções que a agricultura e o mundo rural devem cumprir perante as maiores exigências da sociedade.

É neste contexto que avança um novo discurso sobre o modelo agrário europeu a adoptar, surgindo o que hoje se designa por «paradigma da multifuncionalidade». Trata-se de afirmar a ideia de que a agricultura deve manter a sua função tradicional de produzir alimentos e outras matérias-primas a custos cada vez menores, ou seja, em condições competitivas, como deve cumprir outras funções cada vez mais relevantes para a sociedade: a ambiental, contribuindo para a conservação da paisagem e do ambiente, e a social-territorial ou “rural”, contribuindo para a viabilidade das áreas rurais e para um desenvolvimento territorial mais equilibrado.

Associados a esta mudança de paradigma estão dois objectivos que devem orientar os instrumentos da nova política comum: ao mesmo tempo que se quer responder ao aumento da competitividade da agricultura europeia no mercado internacional, o que implica uma maior intensificação e especialização da produção e uma maior modernização e profissionalização das explorações agrícolas, pretende-se travar a perda de explorações e população agrícolas que resultam desses processos. Nas palavras de Cunha (2000), trata-se de *“permitir às explorações eficientes (...) que expandam a produção e conquistem posições no mercado mundial; preservar, por outro lado, a agricultura familiar, centrada na pequena exploração e em boa parte concentrada nas regiões desfavorecidas, que dificilmente poderá resistir à mundialização se for abandonada à sua sorte, e que obedece a uma lógica de pluriactividade”*.

Desenha-se, então, um modelo de agricultura dual em que devem conviver dois tipos de unidades produtivas, as quais respondem a lógicas económicas e assumem diferentes funções: por um lado, explorações de elevado nível tecnológico e altas produtividades, sobretudo do factor trabalho, com estruturas agrárias bem dimensionadas e geridas de modo empresarial, que têm uma função produtiva; do outro, explorações familiares pluriactivas de pequena dimensão que se mantêm devido às suas funções ambientais ou territoriais, as quais se sustentam principalmente devido às ajudas públicas. Os instrumentos da PAC visariam, portanto, favorecer a dimensão e especialização das explorações, através de “ajudas transitórias”, e compensar as pequenas explorações excluídas da competitividade do mercado, através de “ajudas permanentes”, em nome das funções que cumprem para a sociedade.

Este tem sido o modelo que, ao nível do discurso político, tem servido de base às sucessivas reformas da PAC desde 1992 até à actualidade.

Aqui cabem duas questões essenciais: em que medida as reformas da PAC contribuíram efectivamente para adoptar os seus instrumentos à nova especificidade da agricultura (funções não produtivas) e conter o desaparecimento das explorações não competitivas, argumentos que continuam a justificar as políticas de protecção ao sector? Até que ponto a viabilidade das zonas rurais e a conservação do ambiente dependem hoje da manutenção da actividade agrícola, o que justifica a existência de políticas de desenvolvimento rural no âmbito da PAC?

A segunda questão será abordada no próximo capítulo. Relativamente à primeira questão, o diagnóstico poderá resumir-se da seguinte forma:

- O orçamento comunitário continua a privilegiar largamente as medidas de suporte de mercado, com o grosso dos apoios a ser atribuído através de instrumentos ligados directamente à sustentação do rendimento dos produtores (preços⁹ e ajudas directas), os quais mantêm pouca conexão com as novas funções da agricultura e os objectivos de criação de empregos e diversificação económica das zonas rurais. Mesmo a introdução do desligamento e da eco-condicionalidade traduziu-se em impactos ambientais pouco claros, e cujos efeitos variaram entre regiões, encontrando-se resultados mais positivos com a aplicação das medidas agro-ambientais, apesar dos resultados destas não serem também evidentes e aparentarem falhas em actuar sobre as necessidades ambientais de áreas específicas. Neste quadro, as medidas de desenvolvimento rural continuam a assumir um peso reduzido, e mesmo estas contemplam as medidas de estruturas que se destinam, essencialmente, a acelerar o processo de modernização selectiva das explorações, o que torna ainda menos significativo o peso das medidas ambientais e rurais.
- Em relação às ajudas directas de suporte ao rendimento dos produtores, como a sua atribuição não está associada a nenhum tipo particular de exploração agrícola ou tem em conta as suas necessidades individuais ou a sua localização, verifica-se que estão a beneficiar os proprietários de factores primários (terra) ou de direitos de produção, os quais não correspondem necessariamente às explorações de baixos rendimentos em risco de abandono, sobretudo as localizadas em zonas desfavorecidas, onde poderia interessar, do ponto de vista ambiental ou social, manter a actividade agrícola¹⁰.

⁹ Apesar de todas as reformas da PAC, as medidas de suporte de preços dos produtos agrícolas continuam ainda a representar cerca de metade do seu custo total (Wichern, 2004).

¹⁰ De acordo com Ferrer e Kaditi (2007), há ainda duas notas importantes a ter em conta na concretização de objectivos de coesão social e territorial das ajudas directas. Por um lado, o argumento de suportar o rendimento dos produtores raramente tem em conta a pluriactividade, o que torna, em muitos casos, pouco justificável a atribuição de um apoio ao rendimento devido a um baixo rendimento agrícola. Por outro lado, as ajudas directas também não têm em conta a relação entre os níveis de rendimento dos vários sectores económicos num dado país, havendo casos, nomeadamente nos novos Estados-Membros, em que os rendimentos do sector agrícola são superiores à média do rendimento nacional, tratando-se, nestes casos, mais de situações de graves desigualdades de rendimento dentro do sector agrícola do que entre sectores da economia. Como existem largas ineficiências neste instrumento de política para beneficiar os produtores de baixos rendimentos, “*é questionável se é*

De acordo com as estimativas da ESPON (2004), a maioria dos apoios do 1º Pilar e do 2º Pilar não se destinam às áreas rurais com mais desvantagens (ao nível da NUTS 3): 45% dos pagamentos do 1º Pilar e 46% do 2º Pilar vão para as zonas predominantemente rurais, sendo que apenas 27% e 26% desses pagamentos, respectivamente, destinam-se às zonas predominantemente rurais em dificuldades (com uma taxa de crescimento inferior à média nacional). A pesquisa indica também que os apoios do 1º Pilar por hectare e por unidade de trabalho tendem a ser maiores nas regiões com melhores acessibilidades e a ser menores nas regiões periféricas, o que se traduz na desigual distribuição entre os Estados-Membros, estando a beneficiar os países da Europa Central e do Norte (OCDE, 2006).

A introdução do desligamento e da condicionalidade veio acentuar este desequilíbrio, uma vez que o volume dos pagamentos está associado a históricos de produção ou área, significando ainda que produtores com custos muito semelhantes são pagos de forma muito diferente na aplicação das medidas (mas registe-se que, de acordo com Brady *et al.* (2007), estas medidas permitiram reduzir o abandono da terra agrícola).

Também as medidas destinadas a suportar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas, como as áreas de montanha e as áreas em risco de abandono, onde a manutenção da agricultura pode ser importante, parecem não ter os efeitos desejados: a ESPON (2004) indica que os pagamentos para as áreas desfavorecidas não são mais intensivos nas áreas com menor rendimento ou maior desemprego, fazendo com que a sua consistência face aos objectivos de coesão seja fraca. A avaliação do IEEP (2006), indica que estes pagamentos falham em colocar recursos nas áreas onde os bens públicos são mais evidentes e os riscos de abandono da terra são maiores.

Conclui a OCDE (2006) que, *“em geral, a dimensão das explorações e a actividade principal numa região determinam o nível de apoio financeiro das políticas agrícolas, e estes factores ultrapassam qualquer objectivo de incidência em áreas ou grupos alvo”*.

Relativamente às medidas de estruturas destinadas a aumentar a competitividade das explorações através da sua modernização e melhoria da qualidade dos produtos, bem como do rejuvenescimento do sector e redimensionamento das explorações, as avaliações¹¹ são incapazes de dar respostas conclusivas. No entanto, estas parecem apontar resultados positivos para o primeiro tipo de medidas, apesar de referirem a existência de uma forte probabilidade de estarem a beneficiar explorações com boas performances em áreas desenvolvidas, ou seja, onde os apoios são menos necessários ou onde existem alternativas de financiamento. Para o segundo tipo de medidas, os resultados são

realmente muito influente na redução da saída de produtores da agricultura, ou no equilibrar das diferenças de rendimento entre o sector agrícola e os sectores não agrícolas. De facto, a PAC pode estar a alargar as disparidades de rendimento em geral e, especialmente, dentro do sector agrícola”.

¹¹ Agra CEAS, 2005

aparentemente fracos, já que a medida de incentivo à reforma antecipada parece ter poucos efeitos na reestruturação fundiária e na entrada de jovens no sector.

Fazendo este diagnóstico importa referir que a introdução do conceito de multifuncionalidade da agricultura parece não estar a reflectir-se nos resultados obtidos pela implementação dos instrumentos da PAC. Como refere a OCDE (2006), “*na UE, o apoio agrícola tende a estar concentrado nas regiões mais ricas, onde as explorações são maiores e mais produtivas*”, o que está a consolidar as assimetrias sociais e territoriais. As medidas visam, prioritariamente, compensar a perda de rendimento dos produtores resultante da descida do preço dos produtos agrícolas, sem que isso se traduza em benefícios claros ao nível do ambiente ou dos territórios rurais, nem mesmo em termos da competitividade das explorações agrícolas. Em condições de livre mercado, provavelmente seriam poucas as unidades com capacidade competitiva no mercado internacional, assim como parte das ajudas directas não é utilizada para modernizar as explorações, servindo nalguns casos como simples rendas fundiárias para os proprietários de terras agrícolas. É certo que os apoios mantêm a existência de muitas explorações, mas não necessariamente nas condições visadas pelo discurso da multifuncionalidade. Não será abusivo afirmar que introdução da multifuncionalidade, e por conseguinte do desenvolvimento rural, na PAC, surge mais como uma “*necessidade de encaixar o apoio ao sector na «caixa verde» da OMC e tornar aceitáveis ao contribuinte o apoio à agricultura*” (Ferrer e Kaditi, 2007), do que como uma reformulação do modelo de desenvolvimento agrícola e rural comunitário. É também por isso que se nota “*a progressiva tendência, apreciável nas últimas reformas, a esbater as barreiras entre pilares para legitimar a total protecção que recebe a agricultura*” (Arnalte, 2005).

Ao nível da política de desenvolvimento rural importa assinalar duas tendências.

- Primeiro, é cada vez mais reconhecido no discurso da PAC que a criação de emprego nas zonas rurais, factor prioritário para a sua viabilidade, não pode depender apenas da agricultura. Na última reforma da PAC existem instrumentos financeiros que já não se destinam totalmente aos agricultores, mas cujo alcance é ainda muito limitado, seja nos montantes disponibilizados, como nas medidas em aplicação. Daqui ressalta, antes de mais, uma maior necessidade de complementaridade e coerência das acções a financiar pelos vários fundos europeus num dado território.
- Segundo, a noção de desenvolvimento territorial, apesar de assumir cada vez maior importância nos objectivos da política e na escolha de abordagens metodológicas do tipo Leader, continua a ser muito atenuada. Ao nível da aplicação das medidas, apesar da situação das zonas predominantemente rurais servir muitas vezes para justificar a necessidade de políticas, não existe uma definição clara sobre o que constitui uma área rural, estando as medidas disponíveis onde existe actividade agrícola (a inclusão das zonas de convergência e de zonas ambientais ou desfavorecidas é um primeiro passo na perspectiva territorial, mas

ainda ténue e a necessitar de ser revista nalguns casos). Também a abordagem Leader é ainda muito incipiente no global dos territórios rurais. A tendência da territorialização é mais presente na maior margem de manobra que é dada aos Estados-Membros na definição da estratégia política e na escolha das medidas a aplicar, o que significa, nas palavras de Arnalte (2005), que *“a até há pouco tempo política agrícola muito centralizada está progressivamente a perder o seu carácter comum para diferenciar-se (e também “renacionalizar-se”) entre os Estados-Membros”*.

Conclui a OCDE (2006) que, *“no que diz respeito aos objectivos de desenvolvimento rural e aos objectivos de coesão, é evidente que a política agrícola da UE, em especial os subsídios directos, não são desenhados ou capazes de promover a convergência ou despoletar o desenvolvimento das regiões rurais”*.

Capítulo II - Transição rural e políticas públicas

Nas últimas décadas, os territórios rurais europeus têm sido palco de transformações profundas ao nível das suas economias, da sua organização social, dos valores, comportamentos e modos de vida das populações, e das relações que estabelecem com o conjunto da sociedade, nomeadamente em termos das funções a desempenhar. Estes processos de transformação, designados por transição rural, acompanharam os processos de transformação do sector agrícola.

No presente capítulo caracterizam-se as dinâmicas de transição rural europeia e o papel que a agricultura tem ocupado na análise teórica desses processos. É desta análise que se vão configurando os modelos de desenvolvimento rural com influência no desenho das políticas públicas destinadas às zonas rurais. Como já foi referido, a política agrícola tem sido eleita como o instrumento público para o desenvolvimento das zonas rurais europeias. É, assim, relevante reflectir sobre a forma como o desenho da política agrícola tem integrado as dinâmicas de transição rural e qual o seu contributo para concretizar os objectivos de desenvolvimento rural.

2.1. As dinâmicas de transição rural na União Europeia

Conforme expressa o relatório de informação estatística e económica sobre o desenvolvimento rural na UE de 2008, as áreas rurais¹² representavam 90% do território e 54% da população em 2005. Mesmo verificando-se que as actividades económicas tendem a estar concentradas nas áreas mais urbanas, as áreas rurais geram 42% do valor acrescentado bruto (VAB) e 53% do emprego. As áreas predominantemente rurais, apesar de representarem 53% do território, contêm 17% da população, geram 12% do VAB e 19% do emprego.

Nos novos Estados-Membros (UE-12) estes valores assumem maior importância. As áreas rurais representam 97% do território e 83% da população, apresentando um contributo de 74% para o VAB e de 83% para o emprego, enquanto a UE-15 apresenta valores de 89%, 49%, 42% e 49% para cada um destes indicadores. Apesar das áreas predominantemente rurais apresentarem um menor peso no território, 47% na UE-12 face aos 55% da UE-15, a sua importância duplica em termos de população (33% na UE-12 perante os 15% da UE-15), VAB (24% na UE-12 em comparação aos 12% da UE-15) e emprego (28% na UE-12 face aos 17% da UE-15).

O sector primário representa 18% do emprego e 5% do VAB das áreas rurais, o que está mais relacionado com os novos Estados-Membros, cuja participação é de 29% e 9%, respectivamente. Entre 2000 e 2005, a participação deste sector no emprego da UE-27 reduziu-se em 1,8 pontos percentuais (pp) e no VAB em 0,5 pp, com o número de empregos a reduzir-se a uma taxa média de 3,7% por ano.

¹² Áreas predominantemente rurais e áreas significativamente rurais, de acordo com a metodologia da OCDE (ver Capítulo IV).

Em geral, mesmo nas áreas rurais, a maioria da actividade económica depende cada vez mais do sector dos serviços (o qual é ainda dominado pelo sector público, apesar deste tipo de emprego estar em declínio¹³). Esta tendência deve aumentar nos próximos anos, já que, entre 2000 e 2005, a importância relativa do sector primário na economia das áreas rurais na UE-27 decresceu 6,3 pp em termos do emprego e 1,2 pp em termos do VAB, sendo mais significativo o decréscimo do emprego agrícola nos novos Estados-Membros. No entanto, o sector dos serviços tende a ser menos desenvolvido nas áreas rurais do que nas áreas não-rurais.

O emprego nas áreas rurais é ligeiramente mais baixo como um todo (62% nas áreas predominantemente rurais contra 65% para todas as áreas em 2006), sendo o desenvolvimento entre 2000 e 2006 diferente entre os novos e antigos Estados-Membros: a taxa de emprego na UE-15, no geral, cresceu mais nas zonas rurais do que nas zonas urbanas, ao contrário do verificado na UE-12. Na UE-27, a taxa de desemprego (incluindo o de longo termo) é ligeiramente maior nas áreas rurais, mas entre 2000 e 2006 diminuiu mais nas áreas rurais da UE-27, tendo decrescido menos nas áreas rurais da UE-12.

Na maioria dos Estados-Membros a densidade populacional nas áreas rurais não sofreu grandes alterações entre 1995 e 2005, ao contrário do que sucedeu nas áreas urbanas de alguns Estados-Membros, com o aumento ou decréscimo acentuado de população. A estrutura de idades não apresenta grandes variações entre as várias tipologias de áreas, parecendo ser mais influenciada pelas diferenças de demografia dos Estados-Membros. No entanto, a percentagem de população entre 15 a 65 anos é sempre significativamente maior nas áreas urbanas e a proporção de população com mais de 65 anos é frequentemente mais significativa nas áreas predominantemente rurais.

Ao nível da UE-27, o rendimento por habitante é 28% a 32% mais baixo nas áreas rurais e, geralmente, aumenta quanto maior for o carácter urbano das áreas. No entanto, o rendimento *per capita* relativo nas áreas rurais permaneceu globalmente inalterado entre 1999 e 2004, excepto nos novos Estados-Membros, onde ocorreu uma melhoria ligeira neste indicador.

Este quadro geral mostra que, em relação a um conjunto de indicadores socioeconómicos e estruturais, as áreas rurais tendem a acusar um atraso em relação às zonas não rurais, sobretudo nas zonas predominantemente rurais. Mas mostra também que existem sinais de crescimento e dinamismo, o que permite constatar que “*as regiões rurais não são necessariamente o sinónimo de declínio*” (OCDE, 2006). Dentro das zonas rurais europeias convivem situações muito diversas, mesmo dentro dos próprios Estados-Membros e das suas regiões, indo deste as áreas remotas que sofrem de despovoamento até às áreas peri-urbanas sob pressão do crescimento dos aglomerados urbanos. Parecem, no entanto, evidenciar-se duas grandes tendências de longo prazo.

¹³ COM (2006) 857 final, p. 4. OCDE (2006), p. 23

De acordo com um estudo sobre o emprego nas zonas rurais (SERA, 2006), reflectido na comunicação da Comissão COM (2006) 857 final, “*na Europa estão em curso dois processos de alterações demográficas a grande escala: uma já longa tendência para a «urbanização», que desloca a população e a actividade económica das zonas rurais mais remotas para as áreas urbanas e as áreas rurais acessíveis, e um fluxo mais recente de «contra-urbanização» das zonas urbanas para as zonas rurais acessíveis (tornado possível pelos novos transportes e pelas infra-estruturas no domínio das TIC), que se encontram submetidas a uma crescente pressão de um estilo de vida urbanizado. Em consequência, as partes acessíveis de zonas significativamente rurais representam zonas de crescimento, com uma estrutura económica cada vez mais semelhante às zonas urbanas. Em contrapartida, as zonas predominantemente rurais, em especial as zonas mais remotas da UE, continuam a esvaziar-se de população e de actividades económicas*”, com as mais acessíveis a manifestarem as mesmas tendências, apesar de em menor escala, das zonas significativamente rurais.

“*Em termos da estrutura etária, os Estados-Membros do Sul mostram os sinais mais evidentes de envelhecimento demográfico nas suas zonas rurais. Quanto à distribuição em termos de sexo, a tendência mais importante é a «masculinização» das zonas rurais nórdicas escassamente povoadas e das zonas rurais menos desenvolvidas dos novos Estados-Membros, devido à emigração das mulheres mais novas*”, revela o mesmo documento.

Os dados e estudos existentes permitem constatar que a realidade das zonas rurais europeias é muito heterogénea, existindo “*evidência de crescimento em diversas regiões rurais*” (OCDE, 2006), nomeadamente em termos da sua economia, emprego e população. Esta heterogeneidade revela-se não apenas entre Estados-Membros, mas também dentro dos próprios países e das suas próprias regiões.

O sucesso das regiões rurais em crescimento relaciona-se com vários factores, desde condições climáticas favoráveis a boas acessibilidades de transporte, capacidade de valorização das amenidades rurais ao desempenho de funções residenciais permanentes ou secundárias¹⁴. Parece, no entanto, ser indissociável da sua capacidade de atractividade perante uma procura crescente por parte das populações urbanas de actividades de consumo no espaço rural (turismo, lazer, ...) ou enquanto espaço de residência, o que depende da forma como se coordenam os vários actores económicos para providenciarem a oferta e promoverem os bens colectivos locais. “*O crescimento tende, assim, a estar concentrado nas regiões rurais mais acessíveis*”, diz a OCDE (2006).

Os problemas das regiões rurais relacionam-se, em geral, com o declínio e envelhecimento da população e com a distância a mercados e serviços, o que tem influência na criação de emprego, na acessibilidade à educação e outros recursos de serviços públicos, na qualidade e densidade da infra-estrutura, A dificuldade de reproduzir os mesmos níveis de serviços e acessos que se encontram nas regiões urbanas têm sido o factor chave que explica os movimentos de população e actividade

¹⁴ OCDE, 2006, p. 23, 27

económica para fora das regiões rurais nas últimas décadas. Os problemas são particularmente evidentes em termos das oportunidades de emprego em sectores que antes foram cruciais nas economias rurais, nomeadamente a agricultura e o sector público.

Para a OCDE (2006), as regiões rurais em declínio seguem um ciclo que precisa de ser contrariado. A estrutura demográfica destas regiões não é frequentemente apropriada para justificar a provisão de serviços públicos locais. Deste modo, como estas regiões têm dificuldade em estabelecer a necessária massa crítica de infra-estruturas e serviços para apoiar as empresas, a economia não gera oportunidades de emprego e há fortes incentivos para a população jovem migrar. Este ciclo, no qual o desemprego e a falta de serviços geram o êxodo rural, foi um padrão comum nas regiões rurais desde que o sector agrícola começou a reduzir o emprego. Isto também explica porque a questão da provisão de serviços públicos é tão importante nas áreas rurais.

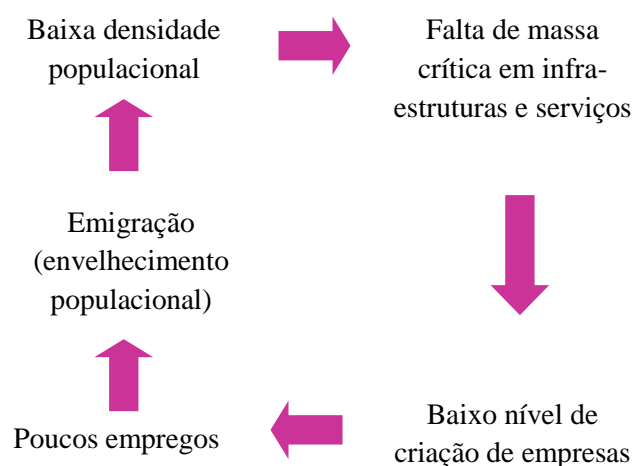


Figura 2.1. – Ciclo de declínio das regiões rurais (OCDE, 2006)

2.2. Agricultura e modelos de desenvolvimento rural

Perante estes processos de transição rural, em que o ponto comum parece ser o declínio do sector agrícola enquanto principal actividade económica e fonte de emprego das zonas rurais, ao mesmo tempo que surgem novas dinâmicas ligadas à dispersão espacial dos outros sectores da economia (indústria e serviços) e às novas procuras do rural enquanto espaço de consumo e residência, sobretudo por parte da população urbana, originando novas oportunidades de criação de emprego e manutenção ou crescimento populacional, importa perceber como se situam as políticas públicas.

Na Europa, a política agrícola assumiu-se como a principal componente de intervenção pública nas zonas rurais através da inserção da política de desenvolvimento rural no seu âmbito. Como já vimos no anterior capítulo, esta inserção foi feita com o que se designa por «paradigma da multifuncionalidade», no qual se assume, nas palavras de Cunha (2000), que a agricultura “*pode não*

ser o pilar mais forte ou o mais dinâmico, mas é sempre uma âncora segura para todos os outros sectores económicos e sociais. Sem ela não há povoamento, não há ordenamento do território, não há património nem cultura, não há equilíbrio na sociedade. Pode-se dizer que a agricultura está para o meio rural como a coluna vertebral está para o nosso corpo: não ocupa a maior parte do seu volume, mas percorre-o todo em influência por ser a sua estrutura de apoio. É no quadro deste novo contexto que deve ser entendida daqui em diante a especificidade da agricultura, resultante directa do seu carácter multifuncional”. Este carácter reflecte-se no argumento de que a agricultura, conjuntamente com a provisão de alimentos e matérias-primas, cumpre várias funções sociais (não produtivas) importantes para assegurar áreas rurais sustentáveis e viáveis, como a provisão de emprego, bens ambientais, biodiversidade, protecção de paisagens com significado cultural, ... (Brouwer, 2004).

Existem dois elementos que são reconhecidos como centrais no carácter multifuncional da agricultura: a existência de múltiplos bens mercantis ou não mercantis que são produzidos conjuntamente pela agricultura; alguns desses bens não mercantis exibem as características de externalidades ou bens públicos, em resultado dos mercados para esses bens não existirem ou funcionarem fracamente (OCDE, 2001).

Coloca-se, então, a questão de saber se a provisão destes bens não mercantis pode ser dissociada da agricultura e até que extensão as actividades não agrícolas podem substituir a agricultura na sua provisão, e ainda qual a forma mais eficaz de providenciar estes bens ao menor custo possível.

A OCDE (2001) refere que em relação aos bens não mercantis associados à terra agrícola poderá ser difícil a sua provisão por actividades não agrícolas, caso não seja possível separar a produção de bens mercantis da produção de bens não mercantis. Por exemplo, podem obter-se externalidades ambientais positivas, ou reduzir as negativas, pela adopção de boas práticas agrícolas, o que nem sempre é conciliável com os objectivos da produção de bens mercantis. Mas para os bens não mercantis em que a dissociação da terra agrícola e da produção de bens mercantis é possível, *“há pouco ou nenhum limite técnico à sua provisão não agrícola”*. Isto diz respeito, por exemplo, a um conjunto de bens ambientais e elementos paisagísticos, à viabilidade das comunidades rurais e criação de emprego rural, à preservação do património histórico. Ou seja, há um conjunto de bens não mercantis, na forma de externalidades ou bens públicos, que pode ser realizado por actividades não agrícolas. Isto significa que a manutenção da actividade agrícola não é sinónimo de provisão destes mesmos bens e nem sempre esta poderá ser a melhor opção para a sua provisão, como, por exemplo, ao nível dos custos.

A multifuncionalidade da agricultura não tem, portanto, valor *per si*, sendo necessário avaliar quais as melhores políticas públicas a aplicar para atingir os objectivos de provisão dos bens não mercantis, de acordo com as expectativas da sociedade e tendo em conta as características de cada território. Por exemplo, em relação ao emprego rural, a OCDE (2001) expressa a ideia de que *“a agricultura não pode mais ser contabilizada para uma vigorosa criação de empregos, mas nas áreas onde não existem alternativas económicas realizáveis, uma redução da perda de emprego na agricultura pode aliviar os*

problemas de despovoamento. Em áreas onde o emprego não agrícola é uma opção realista, podem surgir questões sobre se a substituição do emprego agrícola pelas actividades não agrícolas traduz uma perda de modos de vida tradicionais, costumes e valores, mas um certo nível de alteração é aceitável, enquanto as tradições mais valiosas podem ser perpetuadas doutras formas”.

Em relação ao custo com a provisão destes bens, a OCDE (2001) refere que *“uma situação especial emerge nas áreas onde a agricultura se torna uma actividade não lucrativa mas em que a continuação da provisão de certos bens não mercantis até agora fornecida pela agricultura é considerada essencial. Neste caso, mantém-se em aberto se os agricultores estão melhor posicionados para prover estes bens. Os rendimentos agrícolas podem ser pequenos e declinar e não permitir que os agricultores recebam uma baixa remuneração por essa provisão em relação a competidores não agrícolas. Estes começam a competir com os agricultores pela terra devido aos incentivos directos dados para a provisão destes bens”.*

Após estas considerações, importa assinalar uma outra abordagem à multifuncionalidade da agricultura, agora não como uma característica própria da actividade mas como um resultado da própria modernização das explorações agrícolas e dos processos de transição rural.

Van der Ploeg (2002) identifica a introdução do desenvolvimento rural (ou multifuncionalidade) na agenda da política agrícola europeia com o limite de expansão do crescimento económico da agricultura, a qual, na sua perspectiva, define e condiciona a economia rural. Na sua opinião, o crescimento económico da agricultura só é possível através de novas fontes de rendimento proporcionadas pelo desenvolvimento rural, permitindo *“reconstruir as bases erosionadas da economia rural e da empresa agrícola”*. Como explicitamente refere, *“o desenvolvimento rural representa o auto-interesse bem entendido de crescentes secções da população agrária europeia”*. De acordo com este autor, perante a crise do produtivismo agrário (margens de lucro cada vez reduzidas no sector), as explorações estão a (ou devem) adoptar novas estratégias empresariais que correspondam às novas expectativas da sociedade, procura do rural e exigências dos consumidores, como sejam, a produção de qualidade, a agricultura orgânica, as energias renováveis, a diversificação das actividades na exploração (turismo, serviços), a gestão da natureza e paisagem, ..., *“convertendo-se [estas estratégias] no eixo básico de revitalização das economias rurais, através do estabelecimento e fortalecimento de vínculos e sinergias entre as novas actividades das explorações e as outras esferas económicas e sociais das zonas rurais”* (Ortiz, 2005).

Este processo daria lugar a uma reorganização estrutural e institucional das explorações. Por exemplo, Ilbery e Bowler (1998) caracterizaram esta transição “post-produtivista” como um processo em que as explorações abandonariam o paradigma da modernização no sentido da dispersão (em contraposição à concentração), da extensificação (frente à intensificação) e da diversificação (como negativo da especialização) (Ortiz, 2005). Como refere Van der Ploeg (2002), *“talvez a expressão mais clara deste processo [de desenvolvimento rural] pode ser encontrado na forma como muitas explorações antes*

altamente especializadas e monofuncionais estão a transformar-se em novas empresas multifuncionais”, considerando que neste novo modelo as explorações consideradas “supérfluas” no paradigma modernista adquirem novos papéis.

Perante esta análise dos processos de reestruturação agrária, que configuram um modelo de desenvolvimento rural, em que a agricultura assume um papel central, importa introduzir alguns dados empíricos e reflectir sobre a potencialidade deste modelo alcançar uma parte substancial do rural europeu.

Conforme diz o relatório de informação estatística e económica sobre o desenvolvimento rural na UE de 2008, apenas 12% das explorações agrícolas europeias apresenta uma diversificação das suas actividades. Este fenómeno é mais comum na Europa do Norte e do Centro, mais precisamente na Finlândia (29%), França (25%), Reino Unido (24%), Alemanha (22,5%), Holanda (22,5%), Áustria (21,5%) e Dinamarca (18,4%), e é menor na Europa do Sul, na Europa do Leste e na Irlanda.

Este relatório revela que a diversificação das actividades nas explorações ocorre, em especial, nas grandes explorações, enquanto a pluriactividade é, sobretudo, uma realidade das pequenas explorações: entre as explorações com 0 a 2 hectares e as explorações com mais de 100 hectares a diversificação quase que duplica, aumentando de 10,2% para 22,8%, enquanto a pluriactividade decresce em três vezes, dos 41,5% para os 15,3%, entre esta tipologia de explorações. A mesma tendência verifica-se quanto à dimensão económica das explorações agrícolas, sendo que 75% do potencial económico das explorações familiares da UE-27 está localizado nas grandes explorações (> 16 UDE), nas quais apenas 18% dos agricultores têm uma outra actividade económica: ou seja, a maioria da produção agrícola é feita por agricultores sem qualquer outra actividade económica.

Os dados indicam, portanto, que o processo de diversificação das actividades económicas é ainda incipiente, apesar de crescente, e que está a ocorrer sobretudo nas explorações modernizadas, como forma de diversificação do rendimento dos produtores, e nas regiões onde estas se concentram, na Europa do Norte e do Centro. Este retrato confirma, em parte, a análise sobre o processo de reestruturação agrária, mas permite-nos fazer duas leituras:

- Primeiro, não há indicações de que as explorações agrícolas que adoptam actividades de diversificação económica estejam a abandonar o paradigma da modernização. Antes pelo contrário, parece que estas surgem mais como um complemento de rendimento à actividade produtiva agrícola modernizada.
- Segundo, o processo de diversificação incide pouco sobre as explorações que mais dificuldades têm em inserir-se no paradigma da modernização e ser viáveis em mercados competitivos, ou seja, naquelas que tendem a desaparecer e a contribuir para aumentar o desemprego agrícola, o qual, se não tiver alternativa, pode alimentar o êxodo rural. Poder-se-á dizer que a criação de emprego por essa diversificação poderá compensar o número de

empregos que desaparecem, mas dificilmente assim será, até porque estima-se que o processo de modernização (o qual é fortemente incentivado pela PAC, como já foi visto), com base nas tendências actuais, irá significar o abandono, na UE-15, de cerca 2 milhões de trabalhadores agrícolas a tempo inteiro até 2014, e de 2 a 4 milhões nos novos Estados-Membros, a que se adicionam cerca de 5 milhões de “desempregados ocultos” nas explorações agrícolas (COM (2006) 857 final, p. 7). Esta tendência significa também que a diversificação de rendimento ocorre nas regiões mais produtivas e onde as novas procuras do rural estão mais desenvolvidas, sendo, por isso, que se verifica mais na Europa do Norte e do Centro: além de acentuar disparidades regionais, dentro e entre Estados-Membros, este modelo coloca dúvidas sobre se pode generalizar-se no rural europeu, como na Europa do Sul e do Leste, onde os processos de transição rural são ainda muito incipientes. Ou seja, o contributo deste modelo para os objectivos de desenvolvimento rural e coesão parece frágil.

A partir destas leituras podemos fazer ainda algumas considerações sobre o apoio público à multifuncionalidade agrícola. As medidas actualmente previstas pela PAC, caso não sejam orientadas para as explorações e produtores com menores rendimentos ou situados em regiões desfavorecidas, vão centrar-se sobre as explorações e regiões que dele menos necessitam. No caso das ajudas directas destinadas a suportar o rendimento dos produtores (que já hoje se destinam aos que têm melhores rendimentos, como já vimos), estas poderão estar a remunerar, pelo menos em parte, as explorações com maior capacidade de diversificar as suas fontes de rendimento (o que coloca a questão sobre a legitimidade destes produtores receberem ajudas para compensar uma quebra no rendimento da actividade agrícola quando têm outras fontes de rendimento). Mas mesmo se o apoio público privilegiasse as explorações e produtores com menor rendimento ou menor capacidade de diversificar actividades, coloca-se a questão de saber qual o seu impacto no desenvolvimento das zonas rurais, uma vez que o peso da agricultura nas economias rurais é pequeno, nomeadamente em relação a outros sectores, o que deixaria excluídos do processo uma larga maioria da população rural que já não está ligada ao sector agrícola.

Esta abordagem de reestruturação agrária, inserida dentro do que se designa por teoria da «reestruturação rural», também atribui importância à agricultura não enquanto sector económico mas pelo seu controlo do solo nas áreas rurais. Os agricultores surgem aqui não como agentes produtivos mas como proprietários de terra, abrindo-se um campo de competição, por parte de diversos actores, pelo acesso de oportunidades e recursos para responder às novas procuras do rural com base nos direitos de propriedade.

Estas novas procuras do rural, como seja do ambiente, paisagem, património, tradições culturais, ..., são territorializadas, assistindo-se a um processo de “mercantilização” sobre os recursos rurais e agrários (Marsden, 1995:293) com base no território onde se localizam, os quais se convertem

gradualmente em “activos” que adquirem um certo valor de troca (Ortiz, 2005). Esta é a razão da emergência de conflitos e competição pela propriedade desses “activos”.

De acordo com esta teoria, são estes processos de conflito entre actores em torno da mercantilização e dos direitos de propriedade, e a forma como o poder público e institucional actua sobre eles ou os determina (ao definir regras de posse e uso do solo), que influenciam as transformações dos diferentes territórios rurais.

Esta teoria oferece ferramentas de análise sobre os processos de transformação rural e dos sistemas agrários, em termos da inserção das actividades de consumo e do seu (possível) conflito com as actividades de produção, e ainda sobre como se está a reordenar o território, permitindo ler a sua incidência nos territórios rurais, mas como modelo para orientar as políticas públicas de desenvolvimento rural oferece algumas dúvidas. Como refere Baptista (2007), a teoria da «reestruturação rural» *“ênfatiza as dinâmicas do espaço, em particular em torno das questões de propriedade, e subalterniza as características e actividades da população rural (...). Esta abordagem, ajustada à realidade para que foi elaborada, implica, para ser heurística, que a economia da população rural se associe à economia do espaço”*. No caso dos países da Europa do Sul e do Leste há uma profunda dissociação entre população rural e economia do espaço, nomeadamente porque *“a transição rural é ainda muito incipiente”*. Ainda de acordo com este autor, *“o consumo do espaço é hoje um tema que renova os parâmetros da relação da sociedade com o seu espaço, suscitando a questão da equidade no domínio do consumo ambiental e territorial, nomeadamente quando a protecção ambiental é subsidiada com dinheiros públicos. Acautelar esta equidade é uma via que pode contribuir para legitimar a aceitação social do apoio à conservação da natureza”*.

2.3. Conclusão

A realidade das regiões rurais europeias é muito diversificada e não corresponde, necessariamente, à ideia generalizada de que *“as áreas rurais são predominantemente agrícolas, pobres e estão a perder população, o que pode dar uma explicação para a visão frequente de que o apoio ao desenvolvimento rural deve ser direccionado para a agricultura”* (Ferrer e Kaditi, 2007).

A agricultura já não é o sector predominante em termos da economia e emprego rurais, e muitas regiões experimentaram aumentos de rendimento e população devido ao incremento das oportunidades de emprego em actividades não agrícolas. A crescente difusão das actividades industriais e de serviços no território, a melhoria das redes de comunicação e dos serviços públicos, os novos modelos de organização do trabalho, as novas procuras do rural enquanto espaço de consumo e de residência, sobretudo por parte da população urbana, introduzem novas dinâmicas nos territórios rurais.

Deste modo, “*os instrumentos e políticas públicas focadas na agricultura respondem apenas a uma parte dos elementos relevantes para o desenvolvimento rural e o bem-estar dos seus habitantes*” (OCDE, 2006).

Do reconhecimento desta limitação, emerge a necessidade de um “*novo paradigma rural*”, nas palavras da OCDE (2006), o qual procura desenvolver abordagens multi-sectoriais e visa identificar e explorar o potencial diverso de desenvolvimento das áreas rurais. Assume como eixos de mudança a focagem da política sobre os lugares em vez de sobre os sectores, assim como a focagem sobre os investimentos em vez de sobre os subsídios.

Isto considerando que a intervenção pública é, consensualmente, justificada para assegurar a provisão de certos bens públicos, ultrapassando as falhas de mercado, tanto dos bens que são considerados direitos (como, por exemplo, os serviços públicos básicos) ou dos bens que podem contribuir para despoletar o desenvolvimento rural (como, por exemplo, as amenidades, os serviços colectivos para apoiar a inserção de empresas e a criação de emprego).

De acordo com a OCDE (2006), três factores estão a influenciar esta mudança de paradigma:

- Um enfoque crescente sobre as amenidades, uma vez que as áreas rurais cobrem a maior parte do território, desempenhando um importante papel na gestão e protecção dos recursos naturais (como o solo e a água) e do património histórico-cultural, os quais podem ser relevantes para o desenvolvimento da economia rural ou podem ter um valor para o conjunto da sociedade. É cada vez colocado mais ênfase na necessidade de identificar e valorizar o conjunto dos recursos das áreas rurais e das diferentes actividades que têm associadas externalidades positivas ou negativas, indo além da visão limitada da multifuncionalidade da agricultura;
- O reconhecimento dos limites da política agrícola para responder aos objectivos do desenvolvimento rural e de coesão, a que se associam as pressões internacionais da OMC para a reforma das ajudas directas que distorcem o mercado, bem como as pressões internas devido ao peso orçamental dos subsídios, o que alimenta o debate sobre o uso alternativo dos recursos públicos que se destinam às áreas rurais;
- A tendência para a descentralização da política regional¹⁵, passando a focar-se no desenvolvimento local com base na mobilização dos recursos endógenos e na governação negociada entre os poderes públicos locais, regionais e nacionais e os actores/agentes interessados, para tornar as regiões mais competitivas, em virtude dos maus resultados obtidos com a política inicial de simplesmente redistribuir o dinheiro público.

¹⁵ A política regional visa a reestruturação espacial e a coesão económica e social através do apoio financeiro às regiões menos desenvolvidas (Fundo Estrutural e Fundo de Coesão). Muitas destas regiões são rurais nas suas características, de modo a que estas intervenções representam uma forma de desenvolvimento rural. No entanto, a maioria dos investimentos destinou-se às grandes infra-estruturas, aos centros urbanos e às ligações inter-urbanas ou a grandes projectos do tipo empresarial, incidindo nos territórios e nas actividades em meio rural apenas de forma indirecta.

A OCDE (2001) identifica pelo menos quatro áreas críticas de intervenção a considerar na passagem de uma abordagem sectorial (agricultura) para uma abordagem integrada do desenvolvimento rural: desenvolvimento de infra-estruturas de transporte e tecnologias de informação e comunicação (TIC); provisão de serviços públicos; valorização das amenidades rurais (naturais e culturais); promoção de empresas rurais (incluindo o financiamento e desenvolvimento de pequenas e médias empresas). Considera ainda que, de acordo com os objectivos da política de desenvolvimento rural, a abordagem multi-sectorial deve procurar responder às imperfeições do mercado e à optimização da provisão de bens públicos. Pode dizer-se, e não abordando as perspectivas da OCDE em relação a cada uma destas áreas, que elas procuram contrariar o ciclo de declínio das regiões rurais (Figura 2.1.) e potenciar a sua atractividade, bem como proteger os recursos naturais e o património histórico-cultural, importante a nível local ou para o conjunto da sociedade.

Saraceno (2003) indica que não há uma regra ou receita única para o sucesso das abordagens de desenvolvimento rural, tendo por base as experiências europeias de desenvolvimento territorial em áreas rurais. A autora enfatiza que a revalorização dos territórios rurais pode ocorrer por caminhos variados, sejam eles baseados nas estratégias privadas (empresas ou agentes) ou de natureza pública-governamental (políticas públicas, ...). Em quase todas as experiências, indica, prevalece a diversificação e combinação intersectorial e não a especialização e a homogeneidade. Ou seja, os territórios que conseguem uma integração dinâmica com o sistema social e económico caracterizam-se por estarem inseridos num contexto heterogéneo e diversificado onde predominam as relações de articulação e mediação entre o local e o exterior.

O desenvolvimento rural integrado não existe sob a forma de um programa bem definido na política da UE, apesar de muitos documentos e discursos políticos acentuarem este modelo. Já desde o documento «O Futuro do Mundo Rural», de 1988, que se discute a pertinência deste tipo de abordagem. Daqui resultou a experiência Leader, mas cujo alcance é limitado (apesar de cobrir cerca de 50% do território rural europeu), sobretudo porque trata-se de uma “política de nicho” (OCDE, 2006) que actua apenas sobre algumas zonas rurais sem grande ligação e coordenação com outras políticas territoriais, nomeadamente as regionais, e outras políticas sectoriais, que podem ser importantes pela incidência que têm nas áreas rurais. Além disso, a pequena dimensão da medida significa baixos níveis de financiamento e impactos económicos e sociais modestos.

Também o maior reconhecimento de que o desenvolvimento da economia rural não pode estar focado apenas na agricultura, multifuncional ou não, foi um avanço na última reforma da PAC com a abertura de fundos para as micro-empresas e actividades de turismo não ligadas às explorações ou a produtores. Também a existência de medidas para o desenvolvimento de serviços básicos e renovação das aldeias traduzem esta preocupação. No entanto, o alcance destas medidas é muito limitado, seja no montante de financiamento, como nas próprias medidas em si (por exemplo, não considera o apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas), mesmo com o estabelecimento de um mínimo de

10% de financiamento ao nível dos Estados-Membros e com a transferência de verbas da política regional (as destinadas às zonas rurais no âmbito do objectivo 2) para o desenvolvimento rural. Note-se que, por exemplo, em 2003, apenas 6% dos fundos destinados para o desenvolvimento rural se destinou ao desenvolvimento territorial.

As dificuldades no avanço europeu para uma política de desenvolvimento rural integrado estarão, possivelmente, relacionadas com o facto de esta área se ter desenvolvido no âmbito da PAC, mais para responder às dificuldades internas e externas da sua manutenção do que para concretizar objectivos de desenvolvimento rural e de coesão. É certo que *“o sector agrícola ainda desempenha um papel muito importante nas áreas rurais, sem dúvida como gestor do solo”*, mas também, acrescenta a OCDE (2006), ainda como actividade produtiva e consumidora de bens e recursos. *“A sua situação económica tem também de ser tida em conta no delineamento das políticas rurais. No entanto, uma política de desenvolvimento rural completa deve concentrar-se em todos os bens sociais, como a protecção ambiental, e nos fundos de investimento destinados a desenvolver as actividades económicas nas áreas rurais deprimidas”* (Ferrer e Kaditi, 2007).

Capítulo III. Política de desenvolvimento rural para o período de 2007-2013

Conforme está expresso no Capítulo I, a política de desenvolvimento rural para o período de 2007-2013 assenta em quatro eixos estratégicos, os quais englobam o conjunto de medidas destinadas ao 2º Pilar da PAC: Eixo 1 «aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal»; Eixo 2 «melhoria do ambiente e da paisagem rural»; Eixo 3 «qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural»; Eixo 4 «Leader», o qual é uma abordagem metodológica para a aplicação dos outros Eixos.

De acordo com o documento das orientações estratégicas (Decisão do Conselho (CE) n.º 144/2006, de 20 de Fevereiro), *“Os recursos atribuídos ao eixo 1 devem contribuir para reforçar e dinamizar o sector agro-alimentar europeu, através da sua concentração nas prioridades da transferência de conhecimentos e da inovação na cadeia alimentar e nos sectores prioritários para o investimento no capital físico e humano”, considerando que a “agricultura, a silvicultura e o sector agro-alimentar europeus dispõem de um grande potencial para continuar a elaborar produtos de grande qualidade e com elevado valor acrescentado, correspondendo à procura variada e crescente dos consumidores europeus e dos mercados mundiais”.*

Em relação ao Eixo 2, os recursos atribuídos devem contribuir *“para os três domínios prioritários ao nível da UE: biodiversidade e preservação dos sistemas agrícolas e silvícolas de elevado valor natural, água e alterações climáticas”.*

Os recursos atribuídos ao Eixo 3 devem *“contribuir para a prioridade essencial da criação de oportunidades de emprego”, em particular para “incentivar a criação de capacidades, a aquisição de competências e a organização com vista à elaboração de estratégias de desenvolvimento locais, bem como para garantir que as zonas rurais permaneçam atraentes para as gerações futuras. Quanto à promoção da formação, da informação e do espírito de empresa, há que ter em conta as necessidades especiais das mulheres e dos jovens”.*

O Eixo 4 deve contribuir para as prioridades dos restantes eixos, em especial do Eixo 3, *“mas devem igualmente desempenhar um papel importante no que respeita à prioridade de melhoria da governação e à mobilização do potencial de desenvolvimento endógeno das zonas rurais”.*

Numa primeira fase, os Estados-Membros tiveram de apresentar os seus Planos Estratégicos Nacionais (PEN) para traduzir as prioridades estratégicas da UE, adaptando-as às características dos seus territórios, e assegurar a complementaridade com a política de coesão. Numa segunda fase, os Estados-Membros apresentaram os seus Programas de Desenvolvimento Rural, nacionais ou regionais, efectuando a distribuição do orçamento comunitário pelas várias medidas existentes, conforme as necessidades das suas áreas rurais e considerando as orientações estratégicas e equilíbrio financeiro entre os eixos. No Anexo I é possível consultar a medidas pertencentes a cada eixo estratégico.

Como já foi referido no Capítulo I, para assegurar o equilíbrio entre os eixos nos Programas de Desenvolvimento Rural, foram estabelecidas percentagens mínimas obrigatórias para cada eixo: 10% para o Eixo 1; 25% para o Eixo 2; 10% para o Eixo 3; e 5% para o Eixo Leader (2,5% no caso dos novos Estados-Membros durante o período de adaptação). Deve ser tido em conta que o Eixo Leader, sendo um meio de aplicação das medidas dos outros três eixos estratégicos, pode contribuir para o cumprimento das percentagens mínimas desses eixos.

No final de Outubro de 2008, todos os vinte e sete Planos Estratégicos Nacionais foram submetidos à Comissão Europeia, e os noventa e quatro Programas de Desenvolvimento Rural foram entregues até Setembro de 2008. Estes Programas consistem em oitenta e oito Programas de Desenvolvimento Rural, nacionais ou regionais, dois quadros nacionais e quatro programas de desenvolvimento da rede rural nacional. Todos eles já foram aprovados e encontram-se em aplicação.

O presente Capítulo e o próximo vão-se debruçar apenas sobre os oitenta e oito Programas de Desenvolvimento Rural, nacionais ou regionais, em vigor, adiante designados por PDR, os quais se distribuem geograficamente conforme exposto na tabela presente no Anexo II.

3.1. Caracterização das opções de investimento por eixo estratégico

De acordo com o relatório de informação estatística e económica sobre o desenvolvimento rural na UE de 2008, 33% do orçamento do conjunto dos PDR destinou-se ao Eixo 1, 46,4% ao Eixo 2 e 16,5% ao Eixo 3 (incluindo a contribuição do Leader, excepto das medidas horizontais).

Por Estado-Membro, verifica-se que as medidas incluídas no Eixo 1 têm maior importância na Bélgica (48,6%), Letónia (47,2%), Hungria (45,6%), Portugal (45,5%), Espanha (45,5%), Chipre (44%), Grécia (43,7%) e Roménia (40,2%). Menos de 20% é atribuído a este eixo na Suécia (15,4%), Áustria (14,8%), Reino Unido (12,5%), Finlândia (11,3%) e Irlanda (10,3%).

O investimento no Eixo 2 é maior na Irlanda (79,6%), Finlândia (73,5%), Reino Unido (73%), Áustria (72,4%), Suécia (70,3%), Dinamarca (63,3%) e Luxemburgo (59,1), apresentando valores inferiores a 30% na Letónia (28,1%), Malta (26,6%), Bulgária (24,5%) e Roménia (23,6%).

A contribuição para o Eixo 3 nunca excede os 40% em todos os Estados-Membros. Malta e Holanda (33,7%), Bulgária (27,9%), Alemanha (24,9%), Roménia (25,1%), Polónia (23,1%), Letónia (20,1%) e Estónia (19,4%) são os que investem mais neste Eixo, ao contrário do Chipre e Áustria (10,1%), França e Irlanda (10%), Luxemburgo (9%) e Portugal (8,3%).

Estes dados mostram que, de um modo geral, os países da Europa do Norte investem mais no Eixo 2 e menos no Eixo 1, ao contrário do que se regista nos países da Europa de Leste e do Sul. Verifica-se que cerca de ¾ dos PDR da Europa do Sul investem mais de 40% ao Eixo 1, correspondendo este Eixo

a 50% dos PDR da Europa de Leste e a 33% na Europa Central. Todos os PDR da Europa do Norte dedicam menos de 25% a este Eixo e mais de 50% ao Eixo 2.

Ao nível da UE-27, o Eixo 4 representa 6% da contribuição do FEADER. Espanha (11,3%), Portugal (10,1%), Irlanda (10%), Holanda (9,9%), Dinamarca (9,6%) e Estónia (9,6%) são os Estados-Membros que atribuem mais importância a esta abordagem metodológica, a qual é menos popular na Eslovénia (3%), Eslováquia (3%), Chipre (2,7%), Letónia (2,5%), Bulgária (2,5%) e Roménia (2,5%).

As medidas implementadas através do Leader contribuem, essencialmente, para o Eixo 3. Na Irlanda, Lituânia, Polónia e Portugal, o Leader contribui em exclusivo para este Eixo, enquanto na República Checa e Eslováquia contribui apenas para o Eixo 1. O Eixo 2 é o menos representado na sua aplicação. Vale a pena ressaltar que em alguns PDR o Eixo 3 é implementado apenas via Leader.

Os pagamentos agro-ambientais representam, na UE-27, 22% do total de fundos públicos, seguindo-se-lhes a modernização das explorações agrícolas, com 11%, as medidas para as áreas menos favorecidas, distribuídas de igual modo para as áreas de montanha (7%) e para as outras áreas (7%). O Eixo 2 recebe, assim, a maioria do investimento dos PDR.

No Eixo 1, a medida “121 – Modernização das explorações agrícolas” recebe a maior parte do financiamento, seguida da medida “123 – Acrescentar valor aos produtos agrícolas e florestais” e “125 – Infra-estruturas relacionadas com o desenvolvimento da agricultura e floresta”. Estas três medidas contam para 65% dos fundos destinados ao Eixo 1.

Para o Eixo 2, a mesma concentração em poucas medidas pode ser observada, com a medida “214 – Pagamentos agro-ambientais” a representar mais de metade de todos os fundos destinados ao Eixo 2. Seguem-se-lhe os pagamentos para as áreas menos favorecidas (medidas 211 e 212). Estas três medidas contam para 82% de todo o investimento dedicado a este Eixo.

O Eixo 3 apresenta um maior equilíbrio, já que as três principais medidas contam para apenas 64% do total de fundos destinados a este Eixo. Estas medidas são, por ordem decrescente de investimento, as “322 – Renovação e desenvolvimento de aldeias”, “321 – Serviços básicos para a economia e a população rural” e “312 – Criação e desenvolvimento de empresas”.

Tomando em consideração os PDR individuais, verifica-se que a medida “121 – Modernização das explorações agrícolas” é a mais relevante em quase todos os Estados-Membros, excepto na Espanha, Holanda, Portugal, Roménia, Eslovénia, Finlândia e Reino Unido. Ao nível da UE-27, esta medida tem um peso de 31% do FEADER alocado ao total do Eixo 1. No Luxemburgo este peso é de 76%. Na Letónia, Hungria e Lituânia esta medida ocupa a maior contribuição do FEADER comparativamente a todas as outras medidas. De um modo geral, esta medida é seguida pela “123 – Acrescentar valor aos produtos agrícolas e florestais”, sendo que em Espanha é o segundo principal instrumento de desenvolvimento rural, logo a seguir à medida “214 – Pagamentos agro-ambientais”.

Para o Eixo 2, a medida “214 – Pagamentos agro-ambientais” é o instrumento com a maior alocação financeira na maioria dos Estados-Membros. Ao nível da UE-27, representa mais de 50% do contributo do FEADER alocado a este Eixo e o seu peso é superior a 70% na Bélgica (82%), Suécia (78%), Holanda (75%), Dinamarca (73%) e Reino Unido (72%). Catorze Estados-Membros integraram a medida “211 – Pagamentos em áreas de montanha”, a qual tem a maior importância relativa do Eixo 2 na França (51%).

Dentro das medidas do Eixo 3, a medida “322 – Renovação e desenvolvimento de aldeias” tem o maior peso, representando 25% do investimento ao nível da UE-27. Este valor é maior na Roménia (63%), seguido do Chipre (48%) e da Estónia (40%). A medida “311 – Diversificação em actividades não agrícolas” representa 41% da contribuição do FEADER devotada ao Eixo 3 na Itália e 39% na Finlândia. A medida “312 – Criação e desenvolvimento de empresas” é a mais significativa dentro deste Eixo na Estónia (60%) e na Letónia (49%). Observa-se, também, que a medida “321 – Serviços básicos para a economia e a população rural” desempenha o maior papel na Dinamarca (58%). Em Malta, a medida “323 – Conservação e valorização do património rural” é o principal instrumento de desenvolvimento rural, com um peso de 20,6% da contribuição total do FEADER e 64% da contribuição para o Eixo 3. Em Portugal, esta medida representa 75% da contribuição do FEADER alocada para o Eixo 3. O único Estado-Membro que não tem qualquer valor atribuído a este Eixo é a Irlanda, sendo este objectivo implementado através do Eixo 4.

Importa ainda referir que a Política de Desenvolvimento Rural é co-financiada. O máximo do financiamento comunitário (ao nível do Eixo, como uma parte do orçamento público total elegível) é fixado em 50% (é de 75% nas regiões de convergência) para os Eixos 1 e 3, e de 55% (é de 80% nas regiões de convergência) para os Eixos 2 e 4.

Através do site da Comissão Europeia foi possível obter a distribuição do orçamento da política de desenvolvimento rural por Eixo Estratégico para cada um dos PDR. No ponto seguinte apresenta-se essa distribuição por região europeia e a comparação das opções de investimento entre as mesmas.

3.2. Distribuição do orçamento das regiões europeias por eixo estratégico

Europa do Norte

Os PDR da Europa do Norte investem menos de 15% no Eixo 1, com excepção da Dinamarca (21%), dedicando todos eles mais de 50% ao Eixo 2. O investimento no Eixo 3 é inferior a 10%, com excepção da Escócia, que investe 12% neste Eixo. Os PDR da Irlanda e da Irlanda do Norte não investem neste Eixo, mas investem 10% e 31%, respectivamente, no Eixo Leader. Como já foi referido anteriormente, a Irlanda dedica a totalidade do Eixo Leader ao Eixo 3. 67% dos PDR investem 5% ou mais no Eixo Leader, com o valor mais baixo a situar-se nos 3% (Aland).

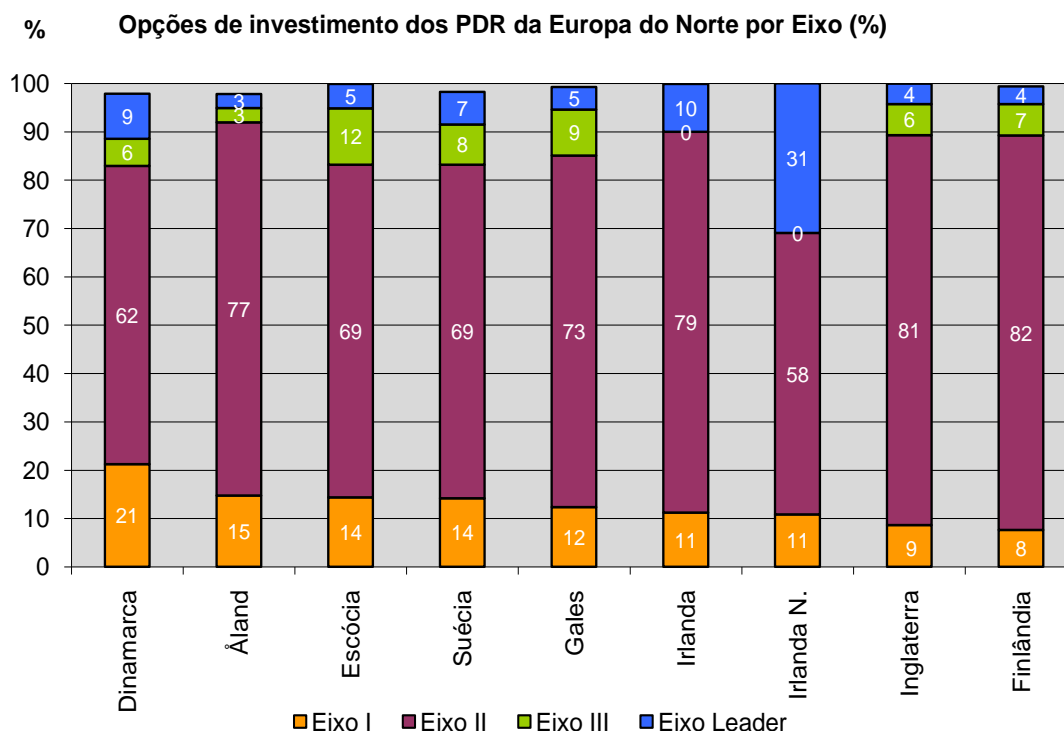


Gráfico 3.1. Opções de investimento dos PDR da Europa do Norte por Eixo (%)

Europa do Centro

Mais de metade (55%) dos PDR da Europa do Centro investe 30% ou mais no Eixo 1, existindo apenas um PDR (Flandres) a investir mais de 50% neste Eixo. Apenas três PDR investem menos de 20% neste Eixo, mas sempre acima dos 10%. Apenas a Áustria investe menos de 15% no Eixo 1.

Relativamente ao Eixo 2, os valores oscilam entre os 17% e os 72%. Mais de 1/3 dos PDR da Europa do Centro investem mais de 50% no Eixo 2, verificando-se que mais de metade (55%) investem menos de 40% neste Eixo.

Metade dos PDR investe mais de 20% no Eixo 3, existindo cinco PDR que investem mais de 30% neste Eixo (o valor mais alto do conjunto dos PDR nacionais e regionais em análise, com exceção de Malta). 30% dos PDR investem menos de 10% no Eixo 3, mas sempre acima dos 5%, com exceção do Luxemburgo (4%).

Todos os PDR desta região europeia investem mais de 3% no Eixo Leader, com valores que oscilam entre os 4% e os 15%. A Áustria, Baden-Wuttemberg e Bavária têm, na distribuição do orçamento pelos Eixos principais, um comportamento semelhante aos PDR da Europa do Norte.

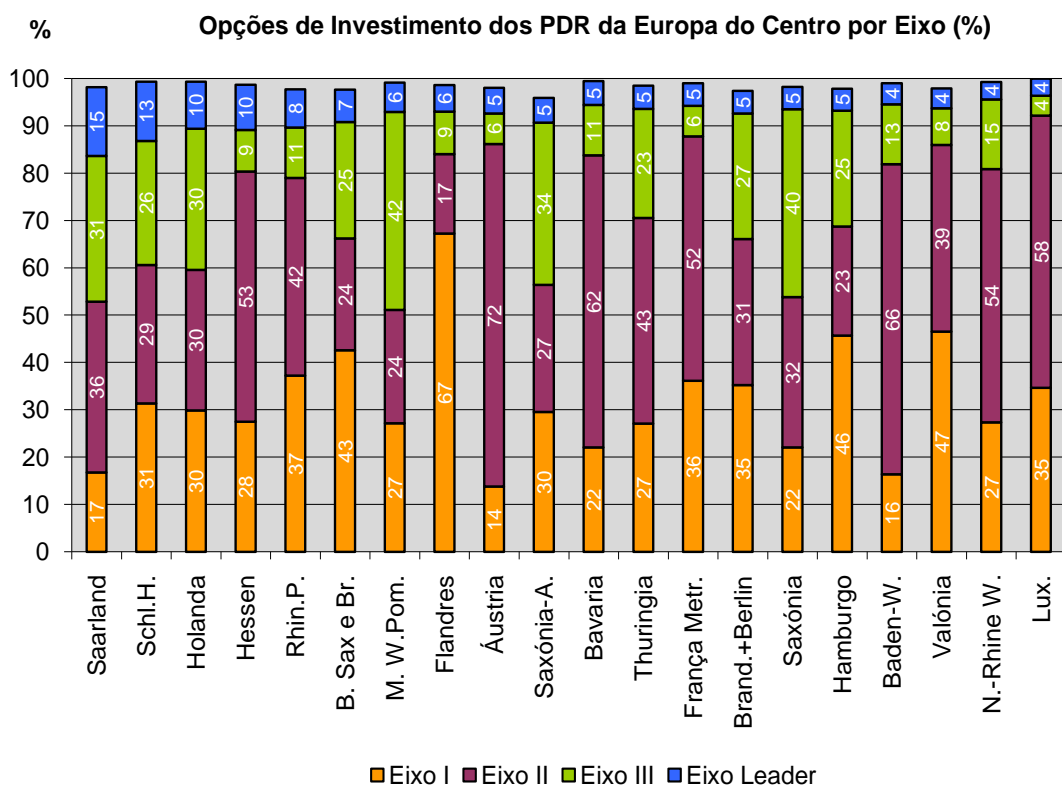


Gráfico 3.2. Opções de investimento dos PDR da Europa do Centro por Eixo (%)

Europa do Sul

Todos os PDR da Europa do Sul, com exceção de Valle d'Aosta (Itália), investem mais de 20% no Eixo 1. 76% dos PDR investem mais de 40% neste Eixo, sendo que 89% investe mais de 30%. Apenas 27% dos PDR investem mais de 50% no Eixo 1.

A maioria dos PDR (60%) investe menos de 40% no Eixo 2, com apenas 13% a investir mais de 50% neste Eixo. Com exceção das regiões espanholas do País Basco e Canárias, todos os PDR investem mais de 20% no Eixo 2, com 82% a investir mais de 30% neste Eixo. A mediana situa-se nos 37%.

Apenas Malta investe mais de 20% no Eixo 3 (33%), enquanto 62% dos PDR investe menos de 10% neste Eixo. Note-se que 31% dos PDR investem menos de 5% no Eixo 3, com as regiões espanholas de Baleares e Múrcia a não investirem qualquer montante neste Eixo, e as regiões de Portugal Continental (0,15%), Madeira (0,73%) e Castilha-La Mancha (0,97%) a investirem menos de 1%. Navarra (4,73%), La Rioja (4,06%), Açores (3,18%), Puglia (2,70%), Extremadura (2,59%), Catábria (1,72%), Castilha e Leão (1,68%), Andaluzia (1,51%) e Sardenha (1,44%) investem menos de 5% no Eixo 3.

40% dos PDR investem mais de 10% no Eixo Leader, com 93% a investir mais de 5% neste Eixo. Apenas as regiões da Lombardia (4%), Malta (4%) e Chipre (3%) investem menos de 5% no Eixo 4.

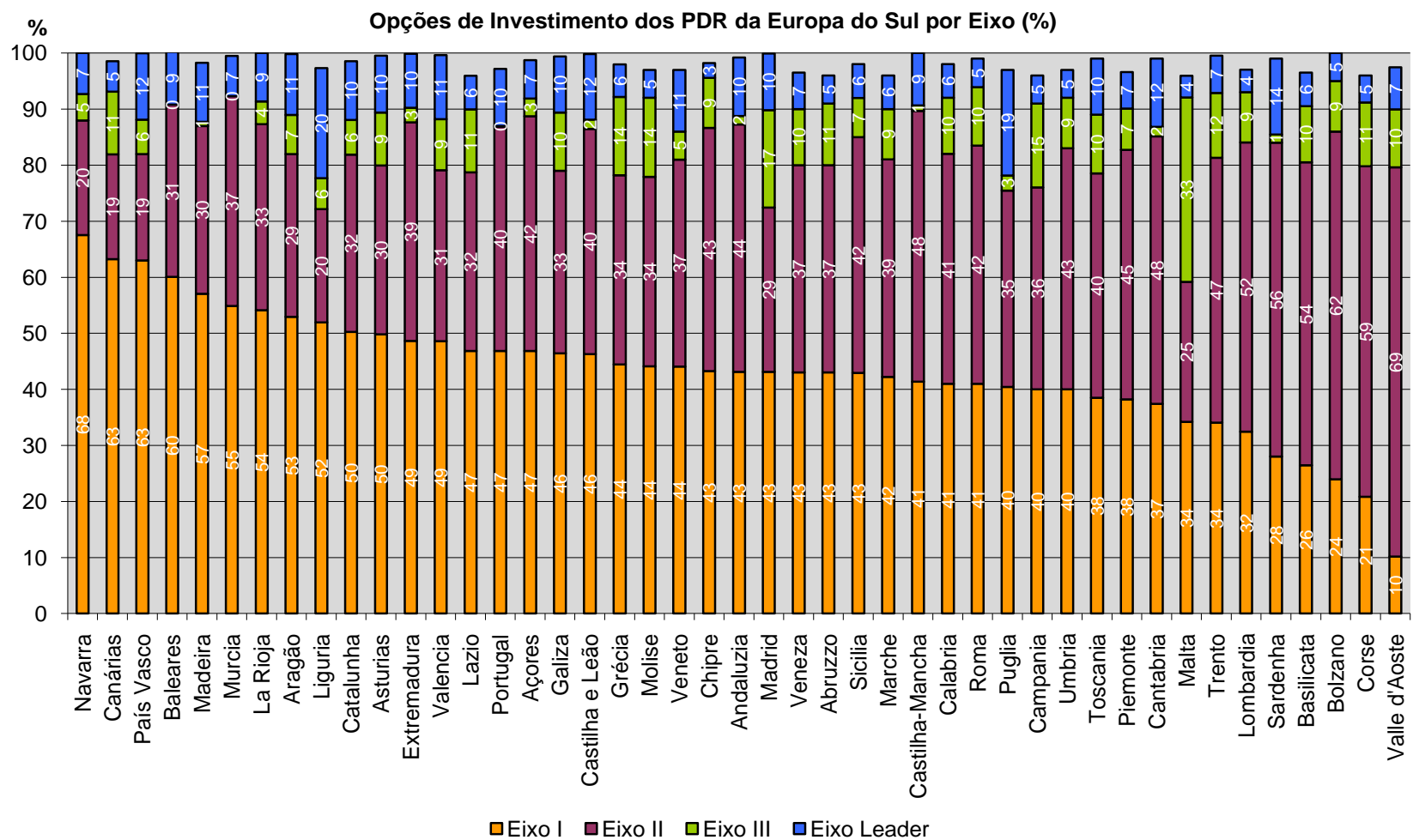


Gráfico 3.2. Opções de investimento dos PDR da Europa do Sul por Eixo (%)

Europa de Leste

Na Europa de Leste todos os PDR investem menos de 50% e mais de 30% no Eixo 1, com exceção da República Checa (23%).

Todos os PDR, com exceção da República Checa (54%) e da Eslovénia (51%), investem menos de 50% e mais de 20% no Eixo 2. Se excluirmos ainda a Eslováquia (49%), todos os restantes investem menos de 40% neste Eixo.

Todos os PDR investem mais de 10% no Eixo 3. Metade dos PDR investe mais de 15% no Eixo 3, com três dos PDR a investirem mais de 20% neste Eixo, a Polónia (20%), a Roménia (25%) e a Bulgária (27%). A mediana situa-se nos 16%.

Todos os PDR investem menos de 10% no Eixo Leader, com metade a investir mais de 5% neste Eixo.

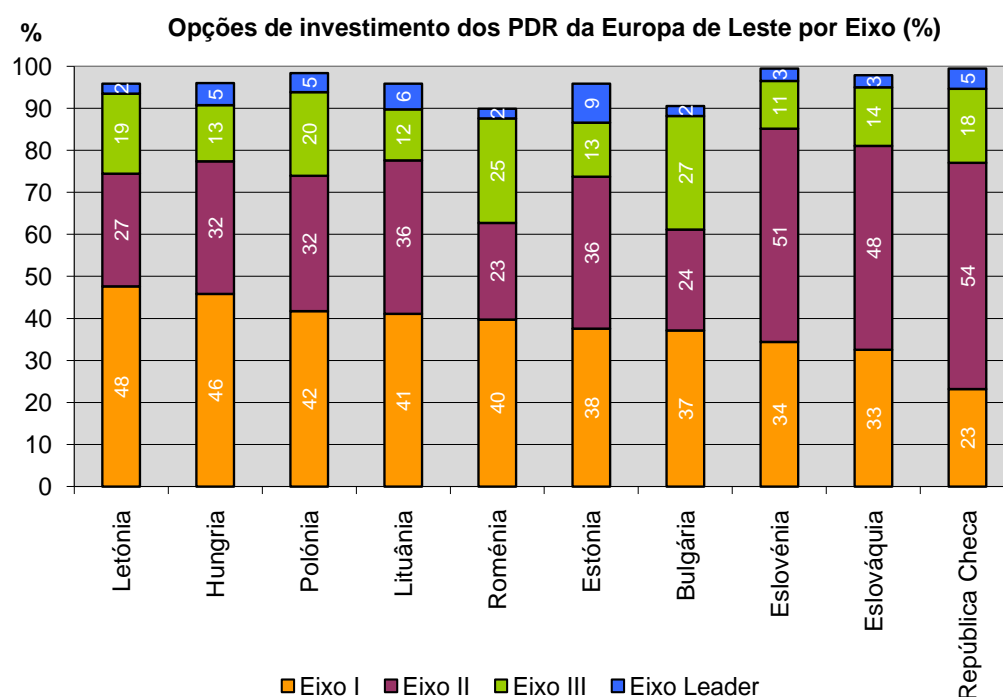


Gráfico 3.3. Opções de investimento dos PDR da Europa de Leste por Eixo (%)

Comparação das opções de investimento na Europa do Norte, Central, do Sul e de Leste

Analisando a distribuição do orçamento das regiões europeias por cada um dos Eixos, verifica-se que a Europa do Sul e a Europa de Leste dão prioridade ao Eixo 1, enquanto a Europa do Norte e a Europa do Centro dão prioridade ao Eixo 2.

A Europa do Sul é a região que mais investe no Eixo 1 (44%), seguida da Europa de Leste (39%), da Europa Central (28%) e da Europa do Norte (11%). Por sua vez, a Europa do Norte dá grande prioridade ao Eixo 2 (76%), seguida da Europa do Centro (51%), sendo este o segundo Eixo com maior financiamento nas restantes regiões, na Europa do Sul (39%) e Europa de Leste (33%).

A Europa de Leste é a região que mais investe no Eixo 3 (19%), seguida da Europa do Centro (14%), da Europa do Sul (7%) e da Europa do Norte (6%).

Note-se que, para efeitos da presente análise, excluíram-se da Europa do Centro os PDR das regiões francesas ultramarinas.

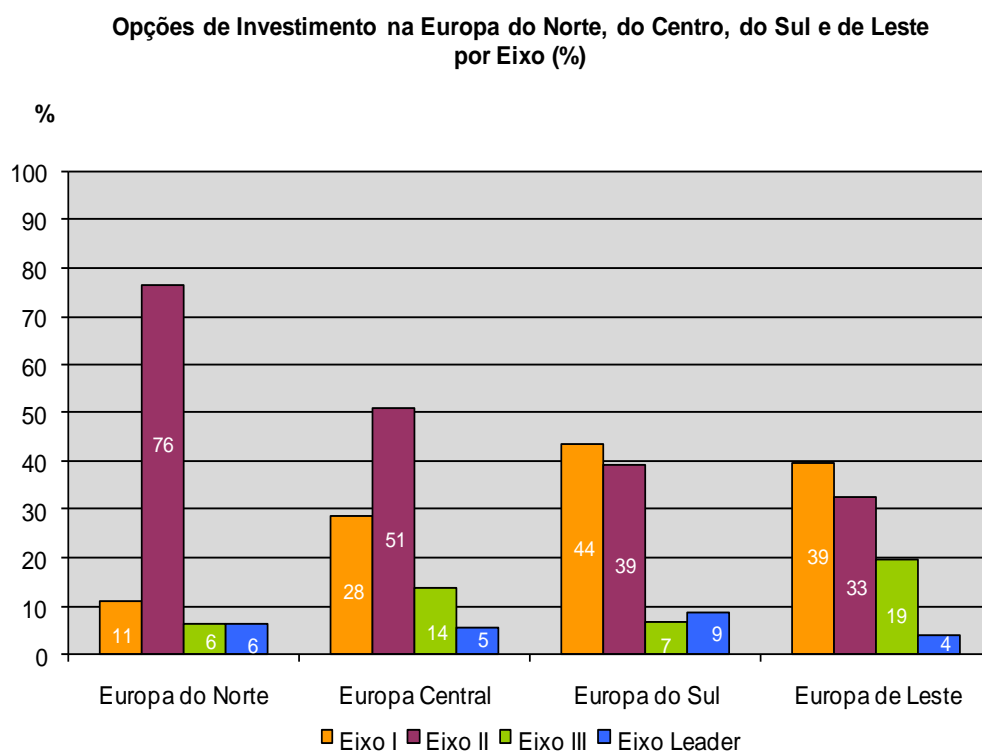


Gráfico 3.4. Opções de investimento na Europa do Norte, do Centro, do Sul e de Leste por Eixo (%)

Capítulo IV - Análise do investimento dos Programas de Desenvolvimento Rural

O presente capítulo pretende avaliar como as opções de investimento dos programas de desenvolvimento rural (PDR) da União Europeia, para o período de 2007-2013, por cada um dos Eixos Estratégicos, estão relacionadas com as características dos países ou regiões com PDR, nomeadamente das suas zonas rurais e, em particular, das suas zonas predominantemente rurais.

Avalia ainda as diferenças das opções de investimento dos PDR da Europa do Norte, do Centro, do Sul e de Leste, e também como estas se relacionam com as características destas regiões europeias. Estes resultados permitem-nos analisar se as opções de investimento da política de desenvolvimento rural são coerentes com essas características ou se existem outros factores que as explicam, permitindo-nos determinar se a aplicação da política cumpre os princípios e objectivos que tem subjacentes.

Para realizar esta análise recorrem-se a vários indicadores estatísticos para caracterizar o contexto social, económico e ambiental dos países ou regiões com PDR, assim como a estrutura das suas explorações agrícolas, e aplica-se o método da correlação linear para avaliar as relações existentes entre estes indicadores e as opções de investimento da política de desenvolvimento rural.

4.1. Metodologia da análise

Para caracterizar o contexto dos países ou regiões com PDR foram utilizados indicadores estatísticos que traduzem a importância das zonas rurais, o seu contexto socioeconómico, o nível de diversificação económica e qualidade de vida, a situação do ambiente e a economia do sector agrícola. Alguns destes grupos de indicadores são horizontais e outros estão relacionados com os vários eixos estratégicos definidos pela política de desenvolvimento rural da União Europeia, embora no presente trabalho esta relação não surja como relevante para a análise.

A principal fonte de dados utilizada foi o relatório de informação estatística e económica sobre o desenvolvimento rural da União Europeia de 2007, o qual é publicado todos os anos pela Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia, com o objectivo de fornecer um conjunto de informação sobre as áreas rurais e a implementação da política de desenvolvimento rural. Este relatório dá prioridade ao conjunto de indicadores de base propostos pelo quadro comum de monitorização e avaliação dos Programas de Desenvolvimento Rural para o período de 2007-2013. A informação sobre a distribuição do orçamento por Eixo Estratégico em cada PDR foi obtida, como já foi referido no Capítulo III, através do site da Comissão Europeia.

O presente trabalho seleccionou alguns desses indicadores tendo em conta vários factores: a disponibilidade dos dados estatísticos; a sua relevância para a análise pretendida; e a obtenção de resultados cuja leitura não fosse excessivamente complexa ou mesmo impossível de realizar.

A unidade territorial estatística utilizada foi a NUTS 3, excepto em dois indicadores, em que, por motivo de falta de dados para esta escala, se recorreu à NUTS 2 (ver Tabela 4.1.). O relatório utilizado como principal fonte de informação contém os dados estatísticos para ambas as escalas, as quais se encontram também traduzidas ao nível de cada país.

Os PDR em análise são nacionais e regionais (ver Anexo II), sendo que a informação necessária para os PDR nacionais ou PDR regionais situados ao nível da NUTS 3 foi retirada directamente do relatório. Para os PDR regionais da Alemanha, da Bélgica, de Portugal (Continental), da França (Metrópole), Finlândia (Continental) e Reino Unido, que se situam ao nível da NUTS 1, foi necessário recorrer a dados estatísticos complementares do Eurostat para obter a informação dos seus indicadores para a escala da NUTS 3, ou para a escala NUTS 2 no caso dos dois indicadores já referenciados.

Para cada um dos indicadores utilizados, excepto nos casos em que os dados estatísticos não o permitiram, foi traduzida a sua expressão ao nível das zonas rurais e das zonas predominantemente rurais, também recorrendo a dados complementares do Eurostat. Note-se que as zonas rurais são constituídas pelas zonas significativamente rurais e as zonas predominantemente rurais, as quais foram obtidas no relatório através da aplicação da metodologia da OCDE baseada na densidade populacional.

Esta metodologia segue dois momentos: em primeiro lugar, as unidades locais (exemplo, concelhos) são identificadas como rurais se a sua densidade populacional é inferior a 150 habitantes por quilómetro quadrado; depois, as regiões (exemplo, NUTS 2 ou NUTS 3) são classificadas de predominantemente rurais se têm mais de 50% da sua população a viver em comunidades rurais (menos de 150 hab/km²), ou classificadas de significativamente rurais se têm entre 15 a 50% da sua população nessas condições, ou classificadas de predominantemente urbanas se têm menos de 15% da sua população em comunidades rurais. De acordo com a revisão introduzida nesta metodologia em 2005, sempre que uma região predominantemente rural tem pelo menos 25% da sua população num centro urbano com mais de 200.000 habitantes é reclassificada de significativamente rural, sendo que uma região significativamente rural que tem pelo menos 25% da sua população num centro urbano com mais de 500.000 habitantes é reclassificada de predominantemente urbana.

Adverte o relatório que esta metodologia é a única definição de territórios rurais internacionalmente reconhecida, mas cujos resultados são frequentemente considerados imperfeitos na reflexão do carácter rural dos territórios, particularmente nas regiões densamente povoadas. Igualmente, esta metodologia apresenta a dificuldade de tentar expressar uma definição de rural que ainda está sujeita a muitas divergências analíticas, quer porque existem várias percepções do que é ou não rural e dos elementos que caracterizam a ruralidade (natural, económico, cultural, ...), quer porque há uma necessidade inerente de ter uma definição de rural ajustada ao objecto em estudo ou à política analisada, quer porque é difícil recolher dados relevantes à escala de unidades básicas territoriais.

A informação sobre a distribuição do orçamento atribuído aos PDR, pelos vários Eixos Estratégicos, definidos na política de desenvolvimento rural, foi recolhida no site da Comissão Europeia, a qual se baseia na informação fornecida por cada Estado-Membro. É possível que alguns dos dados disponíveis utilizados como informação não estejam completamente actualizados em casos pontuais, uma vez que alguns Estados-Membros procederam a rectificações aos seus orçamentos, como é o caso de Portugal e do Reino Unido. No entanto, a distorção dos resultados por esta via será muito reduzida. Note-se ainda que o somatório da distribuição percentual do orçamento pelos Eixos Estratégicos não corresponde a 100% porque para a análise em causa não se considerou pertinente incluir a assistência técnica, a qual assume até um máximo de 4% do orçamento de cada PDR.

O método da correlação linear entre os indicadores foi aplicado por via do coeficiente de correlação de Pearson, também designado de coeficiente de correlação produto-momento ou de r de Pearson, o qual mede o grau e sentido da correlação entre duas variáveis de escala métrica. A obtenção dos dados da correlação linear foi feita através da utilização do programa informático Statistica 2008, utilizando uma probabilidade de significância (p -value) de 0,05, ou seja, um grau de confiança de 95%.

O coeficiente de correlação de Pearson, normalmente representado por r , assume valores entre -1 e 1, indicando o sinal se a correlação é positiva ou negativa e o módulo do seu valor a força da correlação. Quanto mais próximo estiver dos valores extremos, tanto maior é a associação linear entre as variáveis.

Segundo Murteira (1993:144) “A correlação indica que os fenómenos não estão indissoluvelmente ligados, mas, sim, que a intensidade de um é acompanhada tendencialmente (em média, com maior frequência) pela intensidade do outro, no mesmo sentido ou em sentido inverso”. A associação pode ser negativa se a variação entre as variáveis for em sentido contrário, isto é, se os aumentos de uma variável estão associados, em média, a diminuições da outra; ou pode ser positiva, se a variação entre as variáveis for no mesmo sentido. Desta forma, é preciso ter em nota que a análise das correlações no presente trabalho indica tendências e não valores absolutos, nem mede relações entre variáveis. Por exemplo, quando se indica que há um maior investimento num determinado Eixo Estratégico, considerando a evolução de um determinado indicador, isso não significa que esse investimento assume valores superiores ao investimento noutro Eixo Estratégico, em termos absolutos ou relativos.

Por convenção sugere-se que um r menor a 0,2 indica uma associação muito baixa; entre 0,2 e 0,39 baixa; entre 0,4 e 0,69 moderada; entre 0,7 e 0,89 alta; entre 0,9 e 1 muito alta.

A probabilidade de significância indica-nos o grau de “certeza” a partir o qual assumimos como real (representativo da população) o resultado (ou estatística) obtido no estudo. Estes valores são apresentados a vermelho no Anexo V e foram os utilizados na análise. Note-se, no entanto, que o facto de não existir significância apenas permite concluir que não existe evidência (estatística) suficiente sobre a correlação, não permitindo concluir que a mesma não existe.

Relativamente aos resultados da correlação devem ser tidas em conta duas observações: o facto de não se verificar correlação linear não significa que não se verifique outro tipo de correlação; qualquer que seja a correlação verificada, esta não significa relações de causalidade. Importa ainda ressaltar outra nota: dois dos indicadores analisados situam-se à escala da NUTS 2 e são comparados com os outros indicadores situados à escala da NUTS 3, o que confere um menor grau de consistência na sua análise.

Os indicadores utilizados estão expressos no Quadro 4.1., podendo os seus dados ser consultados no anexo III. Os resultados da aplicação do método da correlação linear situam-se no anexo V.

| DIMENSÃO | INDICADORES | ABREV | DIVISÃO | UNIDADE | ORIGEM |
|--|--|------------------------|--|---------------------|-------------------------|
| Opções de investimento dos PDR | Distribuição do orçamento por eixo estratégico | E1, E2, E3 e E4 | Eixo 1, Eixo 2, Eixo 3, Eixo Leader | % | 2007-2013 |
| Importância das zonas rurais | Peso das zonas rurais | PR, RUR | Zonas Pred. Rurais (PR) e Zonas Rurais (RUR) | % | Nuts2 - 2004 |
| Situação socioeconómica das áreas rurais | Densidade populacional | DP | Total, PR e RUR | Hab/km2 | Nuts3 -2004 |
| | PIB <i>per capita</i> | PIB | Total, PR e RUR | Index ppc EUR27=100 | Nuts3 – Média 2002-2004 |
| | Peso do sector secundário e terciário no emprego | EMP | Total, PR e RUR | % | Nuts3 - 2004 (2002 RU) |
| | Taxa de Desemprego | DES | Total, PR e RUR | % | Nuts2 - 2005 |
| | População activa agrícola | PAA | Total | % | Nuts3 - 2004 |
| Diversificação Económica e Qualidade de Vida | Camas Turísticas | TUR | Total, PR e RUR | Nº e % | Nuts3 - 2005 |
| | Peso dos serviços no VAB | SER | Total, PR e RUR | % | Nuts3 - 2004 |
| | Taxa de Migração | MIG | Total, PR e RUR | % | Nuts2 - 2004 (2003 RU) |
| Ambiente | Áreas em risco de erosão do solo | ERO | Total | ton/ha/ano | Nuts3 - 2004 |
| | Peso da Área Agrícola | AA | Total | % | Nuts3 - 2000 |
| | Peso da Área Florestal | AF | Total | % | Nuts3 - 2000 |
| | Peso da Área Natural | AN | Total | % | Nuts3 - 2000 |
| | Peso da Área Florestal e Natural | AFN | Total | % | Nuts3 - 2000 |
| Indicadores económicos do sector agrícola | Área média das explorações agrícolas | DIM | Total | ha | Nuts3 - 2005 |

| | | | | | |
|--|---|------------------|-------|-----|--------------|
| | Peso das explorações com menos de 5 ha | < 5 | Total | % | Nuts3 - 2005 |
| | Peso das explorações entre 5 ha e 50 ha | 5 < 50 | Total | % | Nuts3 - 2005 |
| | Peso das explorações com mais de 50 ha | > 50 | Total | % | Nuts3 - 2005 |
| | Dimensão económica média | UDE | Total | UDE | Nuts3 - 2005 |

Quadro 4.1. – Indicadores estatísticos

4.2. Caracterização das zonas rurais europeias e opções de investimento

Total dos PDR

Para o conjunto dos PDR verifica-se que as zonas com maior percentagem de população activa agrícola têm menor peso do sector secundário e terciário no emprego e apresentam menor nível de riqueza (PIB/capita). Observa-se também, com menos significado, que nestas zonas o peso dos serviços no VAB é menor. Todos estes indicadores correspondem às zonas com menor densidade populacional. Com uma correlação mais fraca, é possível associar o emprego agrícola às explorações agrícolas com menor dimensão física e económica, sobretudo onde o peso das explorações com menos de 5 hectares é maior.

Pelo contrário, verifica-se que nas zonas com maior peso dos sectores não agrícolas no emprego, o nível de riqueza tende a ser maior, o que está associado, com menor significado, à maior densidade populacional e ao maior peso dos serviços no VAB. Estas zonas tendem a apresentar maior peso das explorações agrícolas de maior dimensão física e económica, indicadores com uma correlação positiva forte entre si, e menor peso das explorações agrícolas com menos de 5 hectares. A este contexto de estruturas agrárias corresponde uma menor taxa de migração, ou seja, este indicador tende a ser menor quanto maior e menor, respectivamente, for o valor de cada um destes indicadores, e vice-versa. Verifica-se, ainda, que as zonas com maior nível de riqueza tendem a apresentar maior peso das explorações agrícolas entre 5 a 50 hectares e maior taxa de migração.

Os dados indicam também que a maior percentagem de áreas naturais, as quais estão fortemente correlacionadas com o peso das áreas florestais no território, corresponde a maiores taxas de erosão do solo. Por sua vez, a maior taxa de erosão do solo tem uma correlação positiva moderada com o peso dos serviços no VAB e com a taxa de desemprego, ambos indicadores com uma correlação positiva baixa entre si.

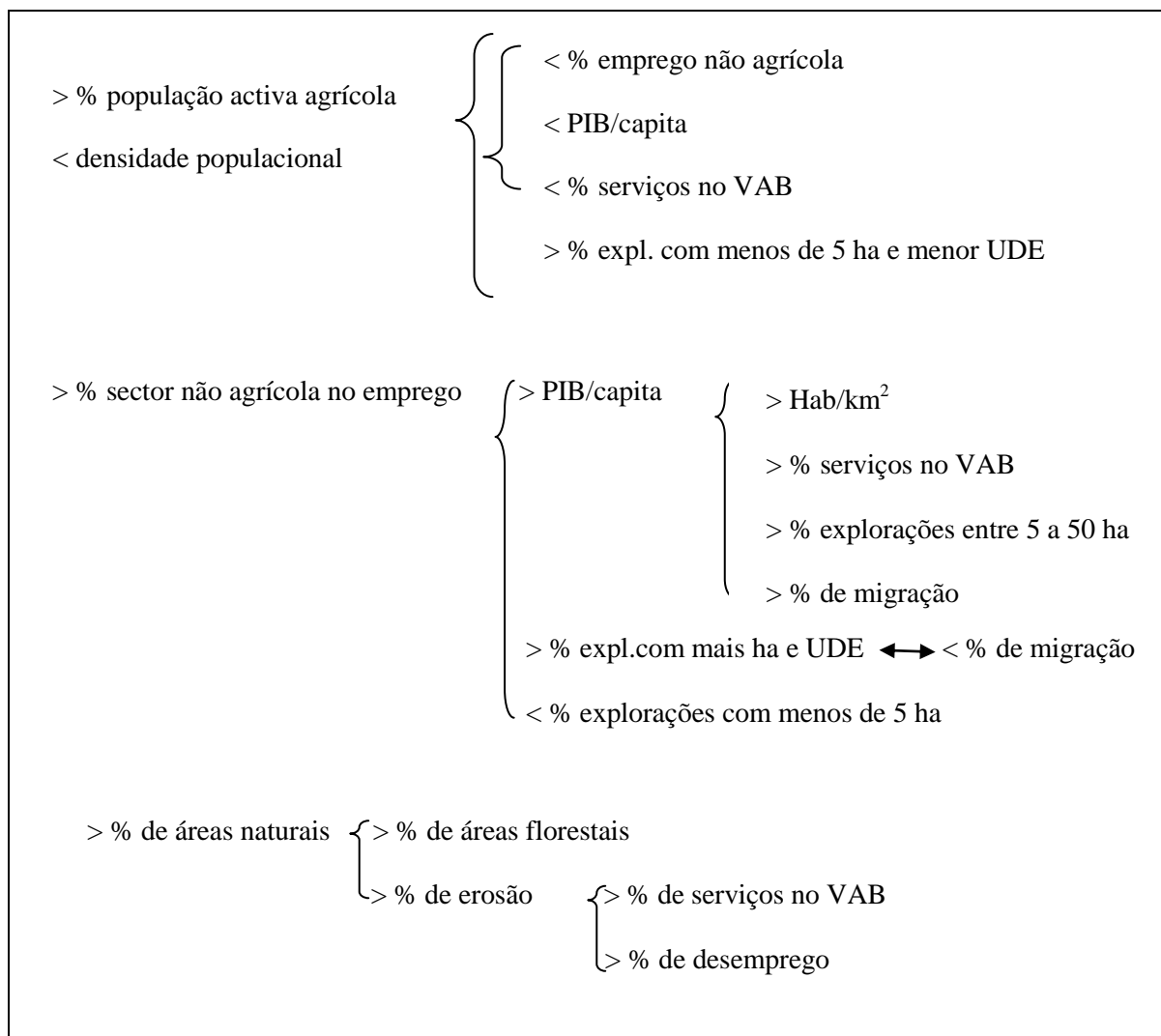


Figura 4.1. Principais correlações entre características dos PDR

Analisando as opções de investimento da política de desenvolvimento rural obtemos que a maior presença de explorações com menos de 5 hectares tem uma correlação positiva com o Eixo 1 e uma correlação negativa com o Eixo 2, o mesmo se verificando nas zonas com maior peso das áreas naturais. A relação inversa pode ser observável nas zonas com maior nível de riqueza. Por sua vez, nas zonas com maior presença de explorações agrícolas de maior dimensão física e económica tende-se a investir mais no Eixo 3 e menos no Eixo 1, verificando-se o inverso nas zonas com maior taxa de migração. Nas zonas com maior peso das explorações agrícolas com 5 a 50 hectares tende a investir-se mais no Eixo 2 e menos no Eixo 3, ao contrário do que se observa nas zonas mais densas.

Estes dados indicam, portanto, que o investimento na competitividade das estruturas agrárias está associado às zonas com maior peso das explorações agrícolas com menos de 5 hectares, menor nível de riqueza e maior taxa de migração. Considerando o diagnóstico social, económico, ambiental e das estruturas agrárias dos PDR, verifica-se que estas zonas apresentam correlação positiva entre si, correspondendo também às zonas com maior peso da população activa agrícola e menos alternativas

de emprego nos sectores não agrícolas. Se tivermos em conta que estas explorações são as que apresentam maiores dificuldades em inserir-se no paradigma da modernização e ser viáveis em mercados competitivos, podemos assumir que esta opção é coerente com este objectivo. No entanto, conforme se explanou nos Capítulos 1 e 2, o fomento dos processos de reestruturação agrária em zonas mais desfavorecidas, ao acentuar o desaparecimento das explorações incapazes de se adaptar a este modelo, pode contribuir para aumentar o desemprego agrícola, o qual, se não tiver alternativa, pode vir a alimentar o declínio das economias rurais e o êxodo populacional. Caso a taxa de migração destas zonas seja negativa, isto significa que a política de desenvolvimento rural pode estar a acentuar o êxodo rural, contrariando aquilo que constitui um dos seus objectivos principais.

Por outro lado, verifica-se que o investimento na diversificação das economias está associado às zonas com maior peso das explorações agrícolas modernizadas e competitivas (grande dimensão física e económica) e menor taxa de migração, indicadores correlacionados positivamente entre si. Como estas zonas estão mais dependentes do sector secundário e terciário para o emprego e do peso dos serviços no VAB, apresentando menor população activa agrícola, poder-se-á dizer que se justifica esta opção. No entanto, estas zonas são também as que apresentam economias já mais diversificadas, além de que se pode estar a suportar através de apoios públicos a pluriactividade das explorações agrícolas com maior capacidade económica.

Os pagamentos ambientais, que representam o grosso do investimento da política de desenvolvimento rural, como já vimos no Capítulo anterior, estão associados às zonas com um maior peso das explorações agrícolas entre 5 a 50 hectares e às zonas com maior nível de riqueza, indicadores correlacionados positivamente entre si.

Estes resultados mostram que o investimento no Eixo 1, destinado a modernizar e tornar competitivas as explorações agrícolas de menor dimensão, está associado às zonas com maiores debilidades, as quais não evidenciam uma associação com o investimento na criação de emprego não agrícola através da diversificação das economias. Ou seja, a política de desenvolvimento rural associada a estas zonas continua a destacar-se por uma lógica sectorial, o que pode mostrar pouca coerência com os objectivos territoriais e de coesão social por ela supostamente visados. Nas zonas mais dinâmicas do ponto de vista económico e das fontes de emprego, tende a investir-se no Eixo 3. Como a maioria das medidas deste Eixo continua a destinar-se às explorações agrícolas, isto pode significar que são as explorações mais competitivas e produtivas que estão a beneficiar dos apoios à diversificação das suas actividades. Por sua vez, a maioria do investimento da política de desenvolvimento rural, dedicado ao Eixo 2, está associado às zonas com maior nível de riqueza e às explorações agrícolas de média dimensão física, as quais são predominantes nas regiões europeias com maior nível de riqueza e estruturas agrícolas mais modernizadas e competitivas.

De seguida vamos proceder à mesma análise considerando as características das zonas rurais e das zonas predominantemente rurais, de modo a verificar se as tendências globais são idênticas nestas tipologias do território. Recorrendo às médias dos indicadores (ver Anexo IV) constata-se que, excepto para a taxa de desemprego, as zonas rurais e predominantemente rurais apresentam valores inferiores ao total dos territórios, nomeadamente para a densidade populacional, o nível de riqueza, o peso dos sectores secundário e terciário no emprego, o peso dos serviços no VAB e a taxa de migração.

Total dos PDR rurais

Para o conjunto dos PDR com território classificado de rural pela metodologia da OCDE, verifica-se que a maior percentagem de população activa agrícola corresponde ao menor peso do sector secundário e terciário no emprego nas zonas rurais, as quais são menos densas e apresentam menor nível de riqueza. Observa-se também, com menor significado, que nestas zonas é maior o peso do alojamento turístico e menor o peso dos serviços no VAB. O emprego agrícola está associado às explorações agrícolas com menor dimensão física e económica, ocorrendo sobretudo nas explorações com menos de 5 hectares. O maior peso destas últimas estruturas agrárias está associado ao menor nível de riqueza das zonas rurais.

Pelo contrário, verifica-se que as zonas rurais com maior peso dos sectores não agrícolas no emprego são mais densas, apresentam maior peso dos serviços no VAB e têm maior nível de riqueza, estando associadas à maior presença de explorações agrícolas de média e grande dimensão física, ou seja, com mais de 5 hectares. Verifica-se uma correlação positiva entre as explorações agrícolas com 5 a 50 hectares com o nível de riqueza das zonas rurais.

Os dados indicam também que a maior percentagem de áreas naturais e florestais significa uma maior taxa de erosão do solo, apresentando este último indicador correlação positiva com a taxa de desemprego, o peso dos serviços no VAB e do alojamento turístico nas zonas rurais.

Analisando as opções de investimento dos PDR, verifica-se que o maior nível de riqueza das zonas rurais está associado ao maior investimento no Eixo 2 e menor no Eixo 3.

Total dos PDR predominantemente rurais

Para o conjunto dos PDR com território classificado de predominantemente rural pela metodologia da OCDE, verifica-se que a maior percentagem de população activa agrícola corresponde a zonas predominantemente rurais com menor nível de riqueza, menor peso do sector secundário e terciário no emprego e maior taxa de migração (a qual poderá significar a existência de êxodo populacional). Observa-se também, com menor significado, que nestas zonas o peso dos serviços no VAB tende a ser

menor. O emprego agrícola está associado às explorações agrícolas com menor dimensão física e económica, ocorrendo sobretudo nas explorações com menos de 5 hectares. Estas últimas têm maior peso nas zonas predominantemente rurais com menor nível de riqueza.

Pelo contrário, verifica-se que as zonas predominantemente rurais com maior peso dos sectores não agrícolas no emprego tendem a ser mais densas, a apresentar maior nível de riqueza, maior peso dos serviços no VAB e menores taxas de migração. O maior peso dos sectores não agrícolas no emprego está associado à maior presença das explorações com dimensão superior a 50 hectares, às quais corresponde uma maior dimensão económica, enquanto o maior nível de riqueza está associado à maior presença das explorações entre 5 a 50 hectares. Ambas as tipologias de explorações têm uma correlação positiva entre si.

Os dados indicam também que a maior percentagem de áreas naturais e florestais significa uma maior taxa de erosão do solo, estando este último indicador correlacionado positivamente com as zonas predominantemente rurais menos densas, com maior taxa de desemprego e maior peso do alojamento turístico.

Analisando as opções de investimento dos PDR, verifica-se que o menor nível de riqueza das zonas predominantemente rurais está associado ao maior investimento no Eixo 1 e no Eixo 3 e ao menor investimento no Eixo 2 e Eixo 4 (Leader). Por sua vez, as zonas predominantemente rurais mais densas estão associadas ao investimento no Eixo 3, enquanto as zonas com maior peso do alojamento turístico estão associadas ao investimento no Eixo 2.

O conjunto de dados apresentados para o total dos PDR, tendo em consideração as características das suas zonas rurais e predominantemente rurais, permite-nos tirar algumas leituras. O investimento no Eixo 2 está associado às zonas com maior nível de riqueza, no total dos PDR, assim como nos seus territórios rurais e predominantemente rurais, zonas onde se verifica um maior peso das explorações agrícolas com a 5 a 50 hectares e um menor peso das explorações agrícolas com menos de 5 hectares. Isto significa que os pagamentos ambientais, a grande parte do investimento da política de desenvolvimento rural, tendem a ser maiores nas zonas com maior peso desta tipologia de explorações agrícolas, as quais correspondem à maioria das estruturas agrárias na Europa do Norte e do Centro.

Por outro lado, as zonas com menor nível de riqueza, no caso dos territórios predominantemente rurais, estão associadas ao investimento no Eixo 1 e no Eixo 3, sendo que, no caso dos territórios rurais, estão associadas ao investimento no Eixo 3. Como para o total dos PDR verifica-se uma associação com o Eixo 1, isto pode significar que, mesmo que o investimento no Eixo 3 tenha correspondência com as zonas rurais e predominantemente rurais com maiores debilidades e onde predominam as explorações agrícolas de menor dimensão, a prioridade global continua a ser as medidas sectoriais. Desta forma, o investimento na diversificação das economias associado as estas

zonas e estruturas agrárias poderá não ser suficiente para contrariar os efeitos negativos dos processos de reestruturação agrária, em particular nos territórios predominantemente rurais. Ao mesmo tempo, como já vimos, o investimento no Eixo 3 tende, no global, a ser maior nas zonas onde há maior peso das explorações mais modernizadas e competitivas. Isto pode significar que, mesmo tendo uma correlação positiva com os territórios rurais e predominantemente rurais mais desfavorecidos, estas medidas podem estar a incidir essencialmente sobre estas estruturas agrárias.

Pode-se dizer, em modo de conclusão, que as medidas ambientais e territoriais da política de desenvolvimento rural, as quais aplicam o paradigma da multifuncionalidade, estão a beneficiar as zonas mais ricas e as explorações mais modernizadas e competitivas, ao passo que é nas zonas com maiores debilidades e mais dependentes do emprego agrícola que mais incidem as medidas de carácter sectorial, inseridas no paradigma da modernização.

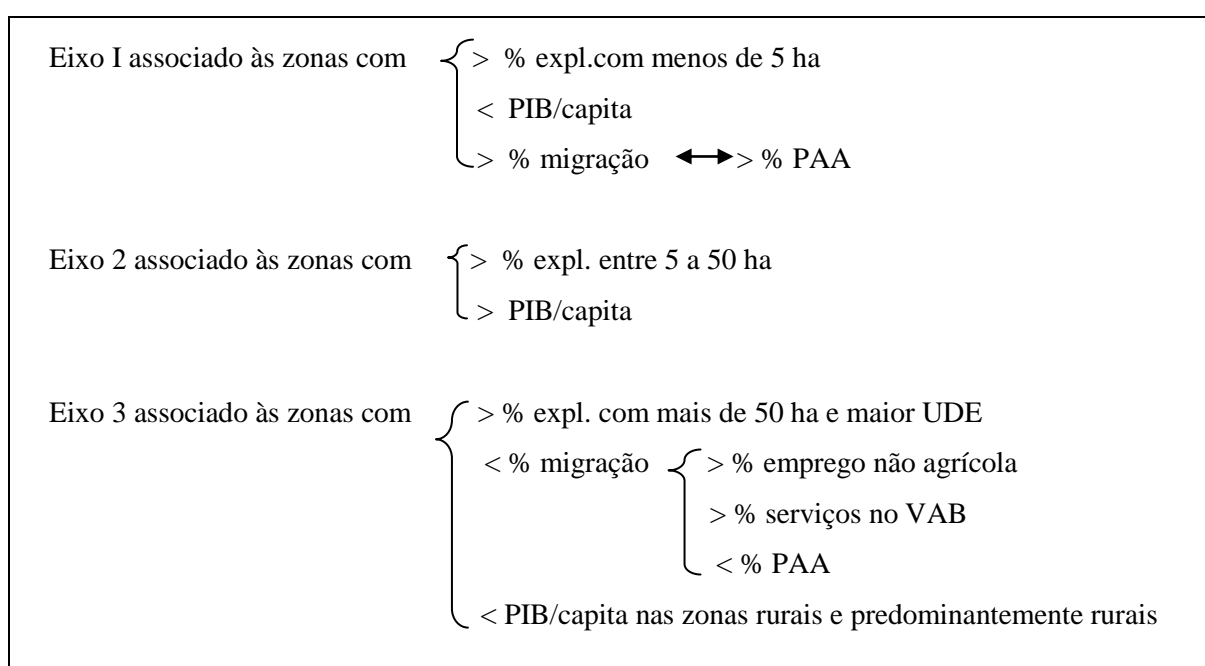


Figura 4.2. Principais correlações entre características e investimento por eixo dos PDR

4.3. Caracterização das regiões europeias e opções de investimento

Europa do Norte

Olhando para os valores médios dos indicadores (ver Anexo IV) verifica-se que, comparativamente com as restantes regiões europeias, a Europa do Norte tem a maior percentagem de território predominante rural, superior a 70%. A densidade populacional destas zonas é também muito reduzida, inferior a 35 habitantes por quilómetro quadrado.

As zonas predominantemente rurais têm um nível de riqueza mais elevado em relação às zonas rurais, ambas registando o maior nível de riqueza de todas as regiões europeias.

As zonas rurais têm uma taxa de desemprego claramente inferior às restantes regiões europeias. Esta taxa é 1% mais elevada em comparação com as suas zonas predominantemente rurais.

A população activa agrícola atinge um valor próximo dos 4%, a segunda mais baixa de todas as regiões europeias. Verifica-se, em contrapartida, que o peso do sector não agrícola no emprego é elevado, superior a 90%. Este é, no entanto, mais reduzido nas zonas rurais do que para o global da região, apresentando ainda um menor valor nas zonas predominantemente rurais.

O peso dos serviços no VAB situa-se acima dos 65%, registando níveis mais reduzidos nas zonas rurais e, sobretudo, nas zonas predominantemente rurais. Os valores apresentados são muito próximos dos registados nas restantes regiões europeias, excepto os da Europa de Leste.

Relativamente aos alojamentos turísticos, o seu número total é muito próximo do registado na Europa do Centro, e perto do dobro em relação à Europa do Sul e Europa do Leste. Verifica-se, no entanto, que quase 60% das camas turísticas se situam nas zonas predominantemente rurais, muito acima dos valores médios das restantes regiões europeias.

A taxa de migração apresenta valores médios positivos, sendo mais elevada nas zonas predominantemente rurais, quase o dobro da média regional. Também nas zonas rurais esta taxa é superior à média regional.

Apresenta a maior percentagem de território natural e a menor de área agrícola, assim como apresenta o menor valor de áreas em risco de erosão do solo, de todas as regiões europeias.

A área média das explorações agrícolas é de 54 hectares, possuindo pouco menos de 60% das explorações agrícolas entre 5 a 50 hectares e cerca de 17% de explorações agrícolas com menos de 5 hectares, os valores mais elevados e mais baixos, respectivamente, de todas as regiões europeias. A dimensão económica média é elevada, mais do dobro da verificada na Europa do Sul e mais do triplo da registada na Europa de Leste.

Principais características da Europa do Norte:

- ❑ Maior peso das zonas predominantemente rurais e maior nível riqueza
- ❑ Menor taxa de desemprego nas zonas rurais e predominantemente rurais
- ❑ Reduzido peso da população activa agrícola
- ❑ Elevado peso não agrícola no emprego e na economia
- ❑ Predomínio do turismo nas zonas predominantemente rurais
- ❑ Taxa de migração positiva, em especial nas zonas rurais e predominantemente rurais
- ❑ Maior peso das zonas naturais e menor área agrícola
- ❑ Maior peso das explorações com 5 a 50 ha, menor peso das explorações < 5 ha e elevada dimensão económica

Quadro 4.2. Principais características da Europa do Norte

Recorrendo ao método da correlação linear verifica-se que as pequenas explorações agrícolas têm um maior peso nas zonas mais densas e com menor percentagem de território rural, apresentado estas estruturas agrárias uma forte correlação positiva com o alojamento turístico. É também nas zonas mais densas que o emprego é mais importante no sector não agrícola, o qual está muito associado ao turismo. Os dados indicam, portanto, que nas zonas onde há um maior peso das pequenas explorações há uma forte aposta no turismo, possivelmente associado às próprias explorações, o que pode contribuir para a criação de emprego nos sectores não agrícolas e a fixação de população. Estas são, aparentemente, zonas dinâmicas, muito devido à diversificação da economia para responder a uma procura turística, indiciando que as pequenas explorações fazem parte da resposta a essa procura.

Ao nível das opções de política de desenvolvimento rural, verifica-se que o investimento no Eixo 3, destinado à diversificação das economias, está associado às zonas com maior peso do sector não agrícola no emprego. Estas correspondem às zonas mais densas e com mais turismo, características relacionadas com o maior peso das explorações agrícolas com menos de 5 hectares. Esta opção está de acordo com o diagnóstico económico e social destas zonas, uma vez são os sectores não agrícolas que asseguram o emprego e retêm a população. Este pode ser um apoio importante às pequenas explorações agrícolas que decidem diversificar as suas actividades económicas como forma de complementar o rendimento.

Por sua vez, a maior presença de explorações de média dimensão física significa uma maior percentagem da população activa agrícola e menor peso do sector secundário e terciário no emprego. Estas estão associadas às zonas menos densas, com maior peso dos territórios predominantemente rurais, contribuindo para aumentar o nível de riqueza desses mesmos territórios. É também nestas zonas que se concentra o alojamento turístico, mas os dados não dão quaisquer indicações de que o mesmo está associado às explorações agrícolas, o que, a confirmar-se, significa que estas explorações têm essencialmente uma função produtiva.

Ao nível das opções de política de desenvolvimento rural, verifica-se que o investimento no Eixo 2 está associado às zonas predominantemente rurais menos densas. Se considerarmos que as explorações agrícolas de dimensão física média tendem a assumir maior peso nos territórios com menor densidade e maior percentagem das zonas predominantemente rurais, isto pode significar que os pagamentos ambientais, que representam cerca de 76% do investimento da política de desenvolvimento rural na Europa do Norte, como vimos no Capítulo anterior, estão a beneficiar estas estruturas agrárias, as quais são predominantes nesta região europeia e são tidas como modernizadas e competitivas.

Verifica-se ainda que o investimento no Eixo 3 está associado às zonas onde há menor peso das explorações agrícolas de dimensão física média, indicador associado ao maior peso das explorações agrícolas com menos de 5 hectares, as quais, como vimos, estão associadas a zonas correlacionadas positivamente com este Eixo.

Os dados parecem apontar uma repartição das explorações agrícolas no território de forma demarcada: as pequenas explorações estão em zonas menos rurais, são pouco intensivas em trabalho agrícola, e apoiam a sua actividade no turismo, ou seja, em funções não agrícolas; as explorações de dimensão física média, a maioria do total das explorações na Europa do Norte, estão nas zonas predominantemente rurais, contribuindo para o seu nível de riqueza, e têm fundamentalmente uma função produtiva, gerando emprego agrícola; as grandes explorações estão nas zonas rurais mais densas, onde há menos turismo, e são pouco intensivas em trabalho agrícola nas zonas predominantemente rurais. A existir influência destas últimas estruturas agrárias nas decisões de investimento da política de desenvolvimento rural, ela não é evidenciada pela aplicação do método de correlação linear utilizado no presente trabalho.

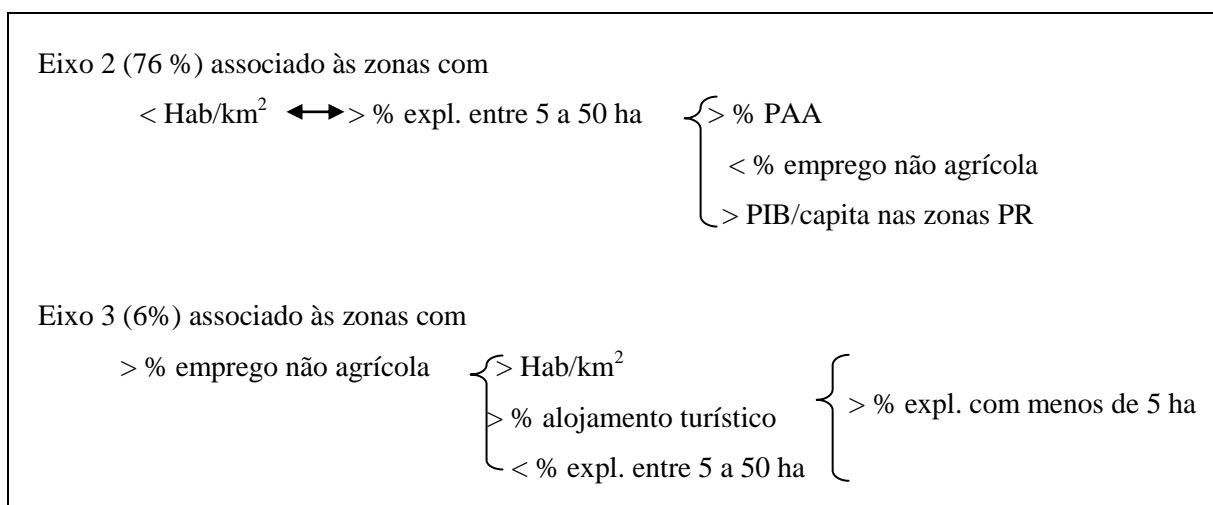


Figura 4.3. Principais correlações entre características e investimento por eixo da Europa do Norte

Europa do Centro

A Europa do Centro, em termos médios, possui a menor percentagem de território predominante rural, situando-se próximo dos 41%, e também de território rural, em relação às restantes regiões europeias. Estas zonas são igualmente as que apresentam densidades populacionais mais elevadas, comparativamente às outras regiões europeias, mas muito inferiores à média regional.

O nível de riqueza das zonas predominantemente rurais é inferior ao das zonas rurais, sendo em ambos mais baixo que o da média regional. Estas zonas apresentam o maior peso do sector não agrícola no emprego (93% e 95%, respectivamente) e dos serviços no VAB (68% e 69%, respectivamente), mas com uma diferença pouco substancial das outras regiões europeias, excepto da Europa de Leste. Por sua vez, esta é a região europeia com menor peso da população activa agrícola, pouco acima dos 3%.

A taxa de desemprego das zonas rurais é elevada (13%) e ligeiramente superior à da média regional, situando-se muito acima do nível de desemprego das restantes regiões europeias. Nas zonas

predominantemente rurais a taxa de desemprego é próxima dos 8%, muito inferior em relação às zonas rurais e à média regional.

O número total de camas é muito próximo do valor da Europa do Norte, mas o seu peso no território rural é a mais reduzida de todas as outras regiões europeias. Nas zonas predominantemente rurais a percentagem de alojamento turístico é ligeiramente superior a 35%, apenas acima do verificado na Europa de Leste.

A taxa de migração apresenta valores médios positivos, sendo a mais reduzida de todas as regiões europeias. No entanto, ela é muito superior nas zonas predominantemente rurais em relação às zonas rurais e à média regional.

Apresenta a menor percentagem de território natural, na ordem dos 8%, e uma elevada percentagem de área agrícola, superior a 50%, comparativamente às outras regiões europeias.

A área média das explorações agrícolas é de 66 hectares, a maior de todas as regiões europeias, o mesmo sucedendo com a dimensão económica média, a qual é de 69 UDE. Predominam as explorações entre 5 a 50 hectares, que são cerca de 40% do total de explorações, seguindo-se-lhes as explorações com menos de 5 hectares, à volta de 31%.

Principais características da Europa do Centro:

- Menor peso das zonas RUR e PR e com maior DP
- Menor peso da população activa agrícola (3%)
- Maior peso dos sectores não agrícolas no emprego e VAB nas zonas RUR e PR
- Maior taxa de desemprego rural
- Reduzido peso do turismo nas zonas RUR e PR
- Menor taxa de migração positiva, mas mais elevada nas zonas RUR e PR
- Elevada área agrícola e reduzida área natural
- Maior área e dimensão económica média das explorações
- Predomínio das explorações 5 < 50 ha (40%), seguidas das < 5 ha (31%)
- Menor peso das zonas RUR e PR e com maior DP
- Menor peso da população activa agrícola (3%)
- Maior peso dos sectores não agrícolas no emprego e VAB nas zonas RUR e PR
- Maior taxa de desemprego rural

Quadro 4.3. Principais características da Europa do Centro

Na Europa do Centro, as explorações agrícolas de pequena dimensão física têm um maior peso nas zonas com uma maior percentagem de área agrícola, florestal e natural. Nestas zonas há uma maior taxa de erosão do solo, a qual está relacionada com a presença das pequenas explorações. As zonas com maior percentagem de área floresta e natural têm maior peso do emprego agrícola e menor peso

dos sectores secundário e terciário. Estas são também as zonas com menor nível de riqueza e maior taxa de desemprego.

Ao nível das opções de política de desenvolvimento rural, verifica-se que nas zonas com um maior peso das explorações agrícolas com menos de 5 hectares, assim como nas zonas com maior peso das áreas naturais e com maior percentagem de áreas sujeitas a erosão do solo, todos estes indicadores correlacionados entre si, há uma associação com o maior investimento no Eixo 1 e menor no Eixo 2. Por sua vez, o investimento no Eixo 3 está associado às zonas com maior dimensão física e económica das explorações agrícolas, indicadores correlacionados positivamente com as explorações agrícolas com mais de 50 hectares. Isto significa que a opção de investimento na modernização e competitividade está associada aos territórios com maiores dificuldades, nomeadamente devido às suas características e restrições naturais, os quais assumem um maior peso das explorações agrícolas de pequenas dimensões.

O eventual desaparecimento de explorações agrícolas excluídas dos processos de ajustamento estrutural, ao mesmo tempo que não se evidencia o investimento na criação de emprego nos sectores não agrícolas, poderá vir a agravar a taxa de desemprego e todas as suas consequências para a economia e demografia destes territórios. Perante o maior desemprego e menor nível de riqueza destas zonas, seria de esperar uma associação com o investimento na diversificação económica, inclusive como forma de complementar o rendimento das pequenas explorações agrícolas e assegurar a sua viabilidade. Igualmente, seria de esperar que nos territórios com maiores dificuldades naturais ocorresse uma associação com o investimento nos pagamentos ambientais, assegurando a permanência das pequenas explorações, fonte de emprego perante a falta de alternativas, e como forma de melhorar as suas práticas agrícolas para reabilitar zonas sujeitas a maior erosão do solo.

As explorações agrícolas de dimensão física média apresentam maior peso nas zonas com menos desemprego, nomeadamente nas zonas rurais, assim como nas zonas com menor peso dos serviços no VAB e maior taxa de migração. Estas contribuem para um maior nível de riqueza das zonas predominantemente rurais.

Ao nível das opções de política de desenvolvimento rural, verifica-se que o maior investimento no Eixo 2 e menor no Eixo 3 está associado às zonas com maior presença destas explorações agrícolas. Ou seja, os pagamentos ambientais estão correlacionados com estas estruturas agrárias, as quais têm maior peso em zonas mais favorecidas, inclusive nos territórios predominantemente rurais. Os dados indicam também que o maior peso destas explorações significa um menor peso da dimensão económica média das estruturas agrárias, o que pode significar que os pagamentos ambientais se destinam mais a compensar o rendimento das explorações, as quais têm um baixo desempenho económico, ou são mesmo uma forma de renda fundiária. Como na Europa do Centro se investe mais no Eixo 2, isso significa que as opções de investimento da política de desenvolvimento rural estão associadas às explorações predominantes nesta região europeia.

Por sua vez, o investimento no Eixo 3 está associado às zonas com maior peso das explorações agrícolas de grande dimensão física e económica, onde se verifica uma menor taxa de migração. Perante a insuficiência de dados, poderemos fazer duas breves considerações distintas sobre esta opção de investimento. Por um lado, como é nas zonas com menor taxa de migração que se associam maiores taxas de desemprego, a aposta na diversificação económica poderá significar que se pretende investir na criação de empregos no sector não agrícola. Por outro lado, essa opção poderá significar que se estão a destinar fundos públicos para a diversificação económica de explorações modernizadas e competitivas, as quais têm melhores condições para realizarem por si esses investimentos.

Em síntese, na Europa do Centro tende a investir-se mais na modernização e competitividade agrícolas nas zonas com maiores debilidades naturais, sociais e económicas, onde predominam as explorações de menor dimensão física. Tal poderá agravar a situação de desemprego e pobreza destas zonas devido ao desaparecimento destas explorações, ao mesmo tempo que não se evidencia o investimento na criação de emprego não agrícola, o que pode levar ao êxodo populacional e declínio das suas economias. Por sua vez, o investimento nos pagamentos ambientais, a maioria do orçamento para o desenvolvimento rural na Europa do Centro, está associado às zonas mais favorecidas, onde predominam as explorações de média dimensão física. Como o maior peso destas explorações corresponde à diminuição da dimensão económica média das estruturas agrárias, tal poderá significar que estamos diante uma ajuda directa ao rendimento dos produtores ou mesmo a rendas fundiárias. O investimento na diversificação económica está associado às zonas com explorações de grandes dimensões físicas e económicas, o que pode dever-se à maior taxa de desemprego nestas zonas, mas também à atribuição de fundos públicos para suportar novas oportunidades de negócio em explorações com boas condições económicas. Ou seja, poder-se-á dizer que as dimensões ambiental e rural da política de desenvolvimento rural na Europa do Centro está a beneficiar as zonas mais ricas e as explorações agrícolas maiores e mais produtivas, enquanto é nas zonas mais pobres, com mais desemprego, maiores restrições naturais e nas explorações agrícolas de menores dimensões que se investe mais na modernização fundiária e produtiva.

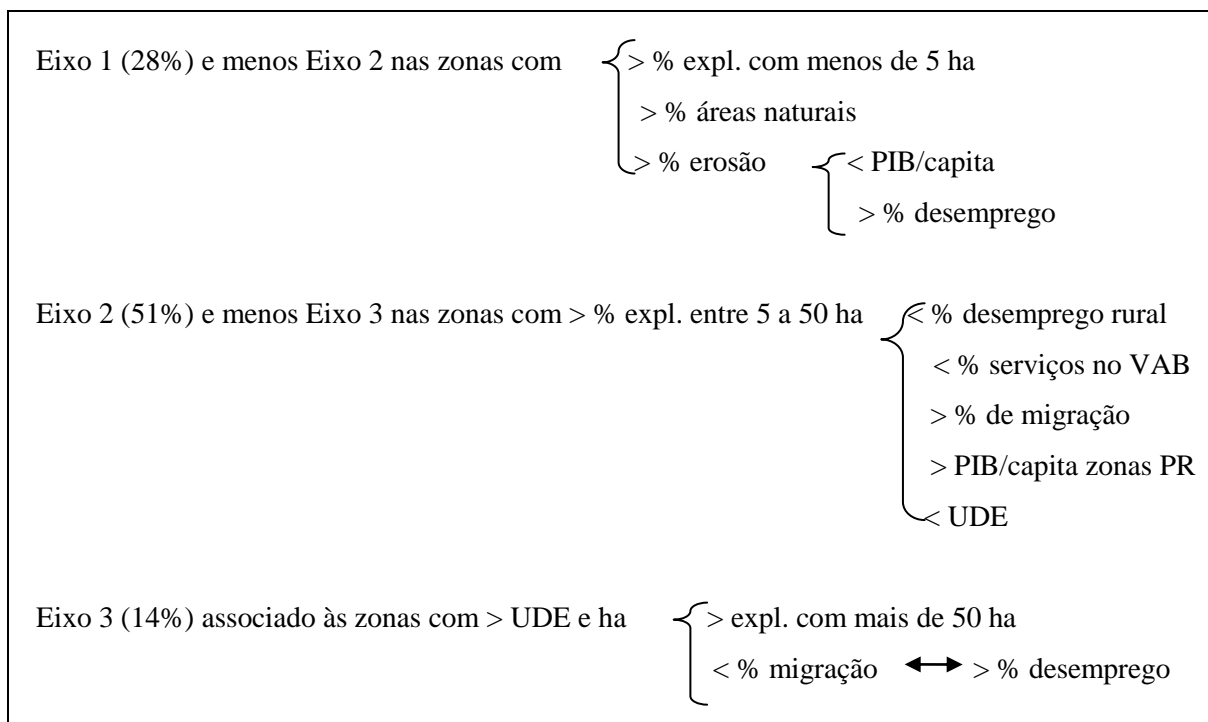


Figura 4.4. Principais correlações entre características e investimento por eixo da Europa do Centro

Europa do Sul

Mais de 85% do território da Europa do Sul é classificado de rural e cerca de 55% de predominantemente rural. A densidade populacional destas últimas zonas é cerca de metade do verificado nas zonas rurais.

O nível de riqueza das zonas predominantemente rurais é o que mais se distancia das zonas rurais, comparativamente às outras regiões europeias. No entanto, o seu valor situa-se ligeiramente acima do valor das zonas predominantemente rurais da Europa do Centro.

A população activa agrícola é próxima dos 7%, mais do dobro da registada na Europa do Centro e na Europa do Norte. Relativamente ao peso dos sectores não agrícolas no emprego nas zonas rurais e predominantemente rurais os dados disponíveis são insuficientes para obtermos informação. O peso dos serviços no VAB nestas zonas apresenta valores muito próximos da Europa do Centro e do Norte, sendo mesmo superiores em relação às zonas predominantemente rurais desta última região europeia. O valor da média regional é, no entanto, inferior ao destas regiões europeias.

A taxa de desemprego das zonas predominantemente rurais é próxima dos 10%, muito superior à das outras regiões europeias. Tanto nestas zonas, como nas rurais, a taxa de desemprego é superior à média regional, situada nos 8%.

Quase 80% das camas turísticas estão situadas nas zonas rurais e cerca de 43% localizam-se nas zonas predominantemente rurais.

A taxa de migração apresenta valores médios positivos, sendo a mais elevada de todas as regiões europeias, excepto nas zonas predominantemente rurais, onde é ligeiramente ultrapassada pela Europa do Norte. No entanto, verifica-se que as taxas de migração das zonas rurais, e sobretudo nas zonas predominantemente rurais, são inferiores à média regional.

Apresenta mais de 21% do território em áreas naturais, valor só ultrapassado pela Europa do Norte, situando-se a percentagem de área agrícola próxima dos 50%. A área de solo sujeita a erosão é muito superior à de todas as regiões europeias, acima do dobro.

A área média das explorações agrícolas é a menor das regiões europeias, situando-se nos 13 hectares. Predominam as explorações com menos de 5 hectares, representando mais de 65% do total das explorações, ocupando as explorações com mais de 50 hectares cerca de 5% do total. A dimensão económica média das explorações é muito inferior às verificadas na Europa do Norte e do Centro, mas superior à registada na Europa de Leste.

Principais características da Europa do Sul:

- ❑ Elevado peso das zonas rurais e predominantemente rurais
- ❑ Maior distância do nível de riqueza entre zonas rurais e predominantemente rurais
- ❑ Elevado peso da população activa agrícola (7%)
- ❑ Maior taxa de desemprego nas zonas predominantemente rurais, elevada nas zonas rurais e predominantemente rurais
- ❑ Elevado peso do turismo nas zonas rurais
- ❑ Maior taxa de migração positiva, excepto nas zonas predominantemente rurais
- ❑ Elevado peso das áreas naturais e maior erosão do solo
- ❑ Menor área média das explorações (13 ha)
- ❑ Predomínio das explorações com < 5 ha (65%) e reduzida dimensão económica

Quadro 4.4. Principais características da Europa do Sul

Recorrendo ao método da correlação linear, verifica-se que na Europa do Sul as explorações agrícolas com menos de 5 hectares têm maior peso nas zonas rurais com menor percentagem do sector secundário e terciário no emprego. Estas zonas estão associadas a um menor nível de riqueza e são menos densas, a que corresponde uma maior população activa agrícola. Nestas zonas verifica-se também um menor peso do turismo e dos serviços no VAB.

Ao nível das opções de política de desenvolvimento rural, verifica-se que o maior investimento no Eixo 1 e menor no Eixo 3 está associado às zonas rurais com menor peso do sector secundário e terciário no emprego, onde há uma maior presença das explorações agrícolas com menos de 5 hectares. Isto significa que é nas zonas com maiores debilidades sociais e económicas, onde o emprego agrícola não tem alternativas, que se tende a investir na modernização e competitividade das

explorações agrícolas. Tal pode agravar a situação de desemprego e pobreza destas zonas devido ao desaparecimento de explorações excluídas do processo de ajustamento estrutural. No entanto, aparentemente são estas zonas que têm maior influência nas opções de investimento da política de desenvolvimento rural, já que o Eixo 1 é o que assume maior financiamento na Europa do Sul.

Por sua vez, o investimento no Eixo 3 está associado às zonas mais densas, com maior peso do sector não agrícola no emprego e menor população activa agrícola. As duas últimas características dizem respeito às zonas com maior nível de riqueza, onde há maior peso das explorações agrícolas de maior dimensão física e económica. É também nestas zonas que se regista uma menor taxa de desemprego e uma maior taxa de migração. Ou seja, é nas zonas que mais dependem dos sectores não agrícolas para o emprego que se tende a investir na diversificação das economias, as quais em parte correspondem às zonas mais favorecidas e com melhores condições socioeconómicas e onde há maior peso das explorações agrícolas mais modernizadas.

O investimento no Eixo 2 tende a aumentar com o maior alojamento turístico das zonas predominantemente rurais, o que pode significar que a actividade turística está associada à qualidade do ambiente e da paisagem. Aumenta também nas zonas com maior peso das explorações agrícolas de maior dimensão económica, as quais estão associadas às explorações de média e grande dimensão física e assumem mais significado nas zonas com maior nível de riqueza (note-se que estes indicadores não surgem associados ao investimento no Eixo). Ou seja, os pagamentos ambientais, os que ocupam o segundo lugar nas prioridades de investimento na política de desenvolvimento rural na Europa do Sul, muito próximo do primeiro, estão associados ao maior peso das explorações mais ricas e produtivas.

O maior peso de áreas naturais e florestais no território significa um maior investimento no Eixo 4 (Leader). Por sua vez, quanto maior a percentagem de território rural menor tende a ser o investimento neste Eixo, o mesmo se verificando com o maior peso das explorações agrícolas entre 5 a 50 hectares.

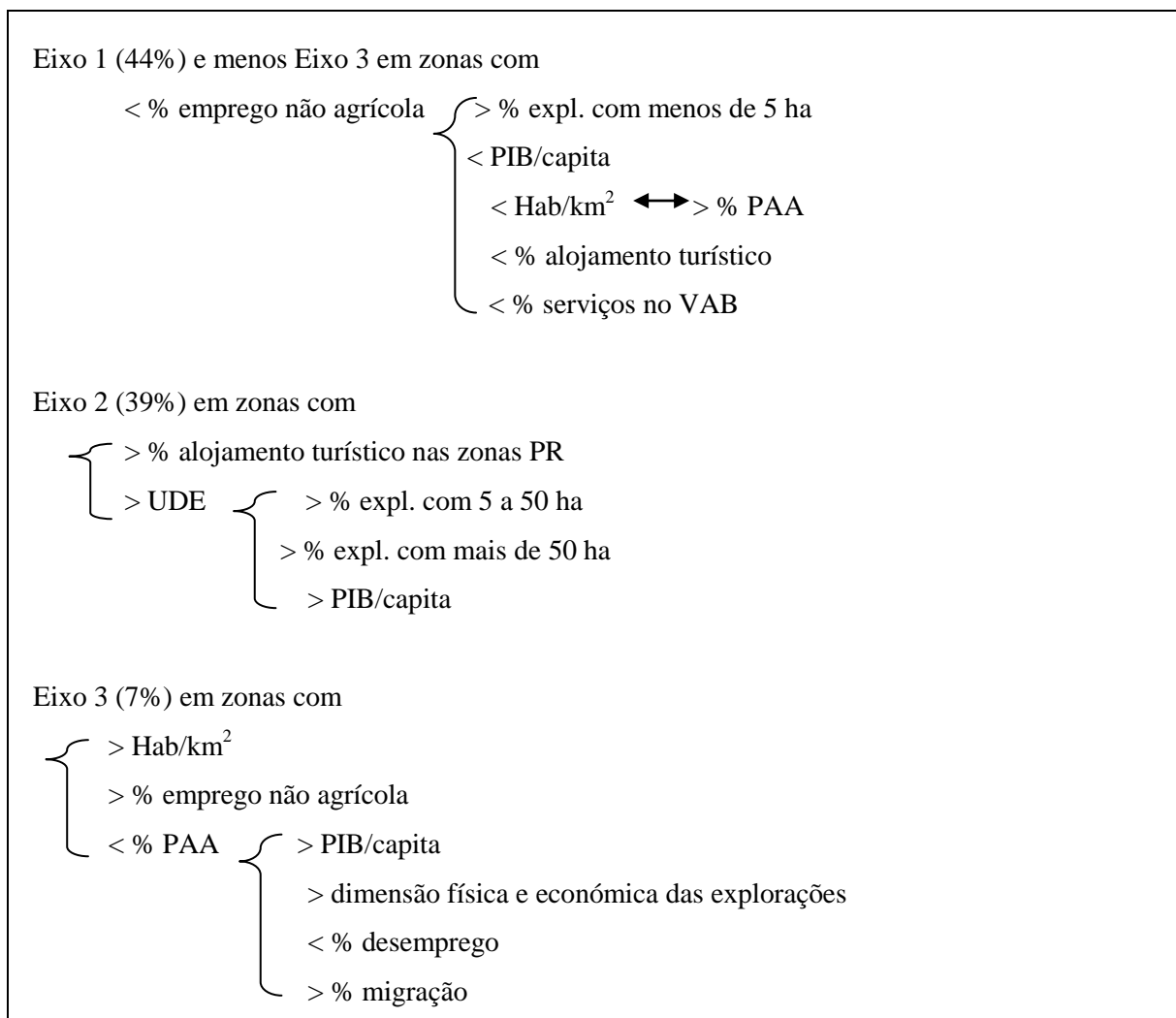


Figura 4.5. Principais correlações entre características e investimento por eixo da Europa do Sul

Europa de Leste

A Europa de Leste apresenta a maior percentagem de território rural das regiões europeias, cerca de 96% do total do seu território, mas das mais baixas percentagens de território predominantemente rural (43%), apenas ultrapassado ligeiramente pela Europa do Centro.

O nível de riqueza da média regional é cerca de metade do registado nas restantes regiões europeias. As zonas rurais e, sobretudo, as predominantemente rurais apresentam um menor nível de riqueza em relação à média regional.

A população activa agrícola ocupa um peso importante, acima dos 13%, sendo muito superior ao das outras regiões europeias. Por sua vez, o peso dos sectores não agrícolas no emprego é mais reduzido, mas superior a 80%, sendo inferior nas zonas rurais e nas predominantemente rurais comparativamente à média regional. A mesma relação verifica-se para o peso dos serviços no VAB, o qual é superior a 50%.

A taxa de desemprego, próxima dos 10% na média regional, é a mais reduzida de todas as regiões europeias nas zonas predominantemente rurais, situando-se pouco acima dos 4%. Nas zonas rurais, a taxa de desemprego é quase o dobro da verificada nestas últimas zonas, sendo, no entanto, inferior à média regional. Esta é a única região europeia onde as taxas de desemprego nas zonas rurais e predominantemente rurais são inferiores à média regional.

É a região europeia com maior peso do alojamento turístico nas zonas rurais, com um valor de 86%. No entanto, as zonas predominantemente rurais apresentam apenas 26% do total de camas, muito inferior às restantes regiões europeias.

O valor médio da taxa de migração para as zonas rurais e predominantemente rurais é negativo, o que significa que predomina o êxodo populacional, sendo este superior nas zonas rurais.

Apresenta a maior percentagem de área agrícola, superior a 50%, e de área florestal, cerca de 33%, de todas as regiões europeias. A percentagem de área natural é reduzida, ligeiramente superior à da Europa do Centro.

A área média das explorações agrícolas é de 19 hectares, predominando as explorações agrícolas com menos de 5 hectares, que são 69% do total das explorações. As explorações agrícolas com mais de 50 hectares são menos de 4%. A dimensão económica média é, de longe, a menor de todas as regiões europeias, apresentando um valor de apenas 7 UDE.

Principais características da Europa de Leste:

- ❑ Maior peso das zonas RUR, mas das mais baixas PR
- ❑ Menor nível de riqueza, mais baixo nas zonas RUR e PR
- ❑ Maior peso da população activa agrícola (13%)
- ❑ Menor peso não agrícola no emprego e economia
- ❑ Menor taxa de desemprego nas zonas PR
- ❑ Maior peso do turismo rural e menor nas zonas PR
- ❑ Taxas de migração negativas nas zonas RUR e PR
- ❑ Maior peso de área agrícola e florestal
- ❑ Reduzida área média das explorações, predominando as de < 5 ha (69%)
- ❑ Menor dimensão económica das explorações

Quadro 4.5. Principais características da Europa de Leste

Ao nível das opções de política de desenvolvimento rural, verifica-se que o investimento no Eixo 2 está associado às zonas com maior nível de riqueza, incluindo as zonas predominantemente rurais, com maior peso dos sectores não agrícolas no emprego, incluindo as zonas rurais, e onde a população activa agrícola é menor. Igualmente, o investimento neste Eixo tende a aumentar nas zonas com maior

peso das explorações agrícolas de maior dimensão física e económica, e também nas zonas com maior taxa de erosão do solo, estando este último indicador associado à maior presença de explorações agrícolas com maior dimensão económica.

Por sua vez, o investimento no Eixo 1 está associado às zonas com menor dimensão física e económica das explorações agrícolas, estruturas agrárias que têm maior peso nas zonas com maior percentagem de território predominantemente rural. Este investimento é também maior nas zonas predominantemente rurais com maior presença do turismo e peso dos serviços no VAB, ambos relacionados positivamente entre si.

O investimento no Eixo 3 está associado às zonas com menor nível de riqueza, menor peso dos sectores não agrícolas no emprego, inclusive nas zonas rurais, e onde é maior a população activa agrícola.

Os dados indiciam, portanto, que o investimento na modernização e competitividade das estruturas agrárias está associado às zonas com maior presença das explorações agrícolas de menores dimensões física e económica. Como o investimento na diversificação económica está associado às zonas mais desfavorecidas e com maior peso do emprego agrícola, e se considerarmos que estas explorações têm maior peso nestas zonas, tal pode significar que existe a preocupação de se investir na criação de emprego não agrícola para suportar a absorção da mão-de-obra excedentária resultante dos processos de ajustamento estrutural. Ao mesmo tempo, o investimento na modernização e competitividade está também associado às zonas predominantemente rurais, as quais são mais desfavorecidas, onde há um maior peso do turismo e dos serviços no VAB, ou seja, onde já se verificam processos de diversificação da economia e criação de emprego não agrícola.

Por sua vez, os pagamentos ambientais, que representam 33% do investimento da política de desenvolvimento rural na Europa de Leste, estão associados às zonas mais ricas e produtivas.

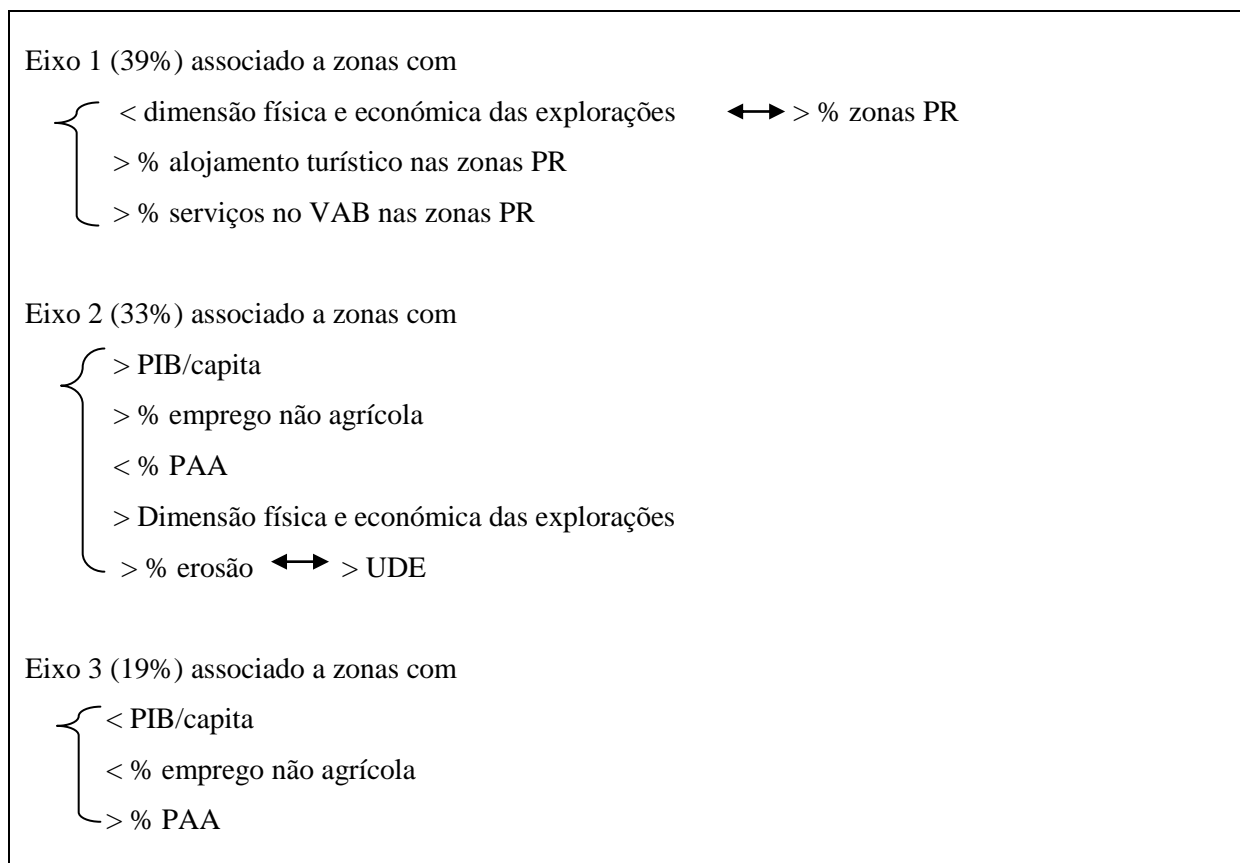


Figura 4.6. Principais correlações entre características e investimento por eixo da Europa de Leste

4.4. Conclusão

Como já foi referido, os resultados obtidos pelo método de correlação linear apresentam uma validade limitada. Primeiro, porque os dados estatísticos disponíveis são reduzidos e os indicadores seleccionados apresentam uma leitura muito parcial de uma realidade tão complexa e heterogénea como a que está sob análise. Depois, porque a existência de correlação linear não é sinónimo de causalidade e não torna evidente a ocorrência de outro tipo de correlações para as mesmas variáveis ou de outros factores explicativos dessa mesma correlação.

No entanto, mesmo considerando as suas limitações, os resultados obtidos fornecem-nos referenciais de leitura acerca das realidades rurais europeias e sobre o modo como estas influenciam as opções de investimento das políticas de desenvolvimento rural. Mas mais do que isso, permitem-nos tirar ilações sobre a forma como a aplicação dessas políticas se ajusta aos princípios e objectivos por ela advogados e que são o sustento teórico da sua existência.

Para o conjunto dos oitenta e oito PDR, os resultados mostram que as medidas ambientais e territoriais da política de desenvolvimento rural, as quais aplicam o paradigma da multifuncionalidade, estão a beneficiar as zonas mais ricas e as explorações mais modernizadas e competitivas, ao passo que é nas

zonas com maiores debilidades e mais dependentes do emprego agrícola que mais incidem as medidas de carácter sectorial, inseridas no paradigma da modernização.

Como vimos, o investimento na modernização e competitividade agrícola está associado às explorações de menor dimensão, as quais têm um maior peso nas zonas mais desfavorecidas. Esta opção é coerente se considerarmos que o objectivo da PAC passa por responder ao aumento da competitividade da agricultura europeia, o que implica uma maior intensificação e especialização da produção e uma maior modernização e profissionalização das explorações agrícolas. No entanto, se considerarmos que o objectivo da política de desenvolvimento rural, o 2º pilar da PAC, é travar a perda de explorações agrícolas que resultam desse processo de ajustamento estrutural através do apoio às funções não produtivas das explorações incapazes de se integrar nesse modelo, mas também apoiar crescentemente a criação de empregos não agrícolas através da diversificação das economias rurais, contendo o que se pode designar por ciclo de declínio das zonas rurais, verificamos que esta opção é pouco sustentada.

Por sua vez, o investimento na diversificação das economias rurais e os pagamentos ambientais estão associados às zonas mais favorecidas e às explorações agrícolas com maiores dimensões e capacidade económica. Isto significa que o apoio às funções não produtivas das explorações agrícolas, considerando o paradigma da multifuncionalidade advogado pela PAC desde a reforma de 2000, tem maior relação com as explorações já modernizadas e com maior capacidade de diversificar as suas actividades e o seu rendimento. Igualmente, a associação entre os pagamentos ambientais e estas estruturas agrárias significa que são elas que influenciam as opções de investimento da política europeia de desenvolvimento rural. A inexistência de correlação entre o investimento no Eixo 2 e o peso das áreas naturais e florestais pode significar que os pagamentos ambientais destinam-se mais a compensar a perda de rendimento destas explorações agrícolas do que a reabilitar e valorizar as áreas ambientais sujeitas às externalidades negativas ou positivas da actividade agrícola.

A análise dos territórios rurais e predominantemente rurais permite introduzir alguns dados neste quadro de leitura. O investimento no Eixo 3 está associado às zonas rurais e predominantemente rurais com menor nível de riqueza, o que pode demonstrar a preocupação de compensar os efeitos do ajustamento estrutural devido ao maior investimento no Eixo 1 nas zonas com maior peso das explorações agrícolas mais débeis, mas também em diversificar as economias e criar emprego nas zonas rurais com mais carências. No entanto, considerando o reduzido peso do Eixo 3 no orçamento da política de desenvolvimento rural, assim como os dados que apontam para a sua correlação com as explorações agrícolas de maior dimensão e capacidade económica, tal poderá não ser suficiente para contrariar os efeitos negativos dos processos de reestruturação agrária, em particular sobre os territórios predominantemente rurais.

Avaliando as opções de investimento dos PDR da Europa do Norte, do Centro, do Sul e do Leste é possível observar se as regiões europeias seguem o mesmo padrão ou se aplicam a política tendo em

conta as suas próprias características sociais, económicas, ambientais e das suas estruturas agrárias, permitindo-nos também tirar ilações sobre a forma como as várias regiões interpretam e aplicam os objetivos da política de desenvolvimento rural.

Na Europa do Norte, onde as zonas predominantemente rurais são uma parte importante do seu território e apresentam elevados níveis de riqueza, índices de atractividade e investimento no turismo, registando ainda uma reduzida população activa agrícola e um maior peso das explorações agrícolas de maior dimensão física e económica, ou seja, modernizadas e competitivas, verificam-se duas tendências: nas zonas onde há um maior peso das explorações agrícolas de menores dimensões, associadas a zonas dinâmicas com uma presença importante do turismo, observa-se um maior investimento na diversificação económica; nas zonas onde há um maior peso das explorações agrícolas de dimensão física média, as mais predominantes e competitivas na Europa do Norte, cuja presença está associada a uma maior população activa agrícola e maior nível de riqueza nas zonas predominantemente rurais, tende a investir-se mais nos pagamentos ambientais.

Estes resultados parecem indicar que nas zonas com maior peso das explorações agrícolas de menores dimensões se está a apostar na diversificação das suas actividades e rendimentos para responder a uma procura turística dos territórios rurais, sobretudo dos predominantemente rurais, que apresenta já algum significado. Ou seja, a política de desenvolvimento rural na Europa do Norte aparenta estar a promover o investimento destas estruturas agrárias em funções não produtivas e na criação de empregos não agrícolas, o que poderá ser o que garante da sua viabilidade e permanência. No entanto, considerando que este investimento está associado às zonas mais densas e com maior nível de riqueza, tal poderá significar que não está a ser destinado para eventuais zonas com maiores debilidades sociais e económicas.

Nas zonas onde se verifica um maior peso das explorações agrícolas modernizadas e competitivas tende a investir-se mais nos pagamentos ambientais, possivelmente para reduzir as externalidades ambientais negativas das práticas agrícolas. Nestas zonas verifica-se um grande peso do turismo, mas nada indica que está associado às explorações agrícolas. A maioria do orçamento da política de desenvolvimento rural destina-se ao Eixo 2, o que pode significar que está a beneficiar estas estruturas agrárias.

Na Europa do Centro verifica-se que as dimensões ambiental e rural da política de desenvolvimento rural estão a beneficiar as zonas mais ricas e as explorações agrícolas maiores e mais produtivas, enquanto é nas zonas mais pobres, com mais desemprego, maiores restrições naturais e maior peso das explorações agrícolas de menores dimensões que se investe mais na modernização fundiária e produtiva.

Isto significa que nas zonas mais debilitadas se poderá vir a agravar o desemprego agrícola em resultado dos processos de ajustamento estrutural, o qual, se não tiver alternativa, pode contribuir para

o declínio das economias destas zonas e o êxodo populacional. Note-se que nesta situação estão cerca de 30% do total de explorações agrícolas, o que representa um valor significativo.

Por outro lado, os pagamentos ambientais estão associados às explorações agrícolas de média dimensão física, as quais não são as que apresentam melhor desempenho económico. Ao mesmo tempo, não há evidência de correlação entre estas medidas e as zonas com maiores debilidades naturais ou onde as externalidades ambientais negativas da agricultura aparentam ser mais fortes. Estes dois factores podem significar que se está perante uma compensação ao rendimento dos produtores ou mesmo à obtenção de rendas fundiárias. Como na Europa do Centro se investe mais no Eixo 2, isso pode significar que as opções de investimento da política de desenvolvimento rural são influenciadas pelas explorações predominantes nesta região europeia.

O investimento na diversificação económica está associado às zonas com explorações de grandes dimensões físicas e económicas, o que pode relacionar-se com a maior taxa de desemprego nestas zonas, mas também à atribuição de fundos públicos para suportar novas oportunidades de negócio em explorações com boas condições económicas.

Na Europa do Sul e do Leste os resultados da aplicação do método da correlação linear são menos claros, mas é possível inferir algumas leituras sobre estas realidades.

Em relação à Europa do Sul, verifica-se que a prioridade do investimento da política de desenvolvimento rural está associada às zonas com maiores debilidades sociais e económicas e onde assumem maior peso as explorações agrícolas de menor dimensão, mais de 65% do total de explorações presentes na região. No entanto, este investimento diz respeito à modernização e competitividade das estruturas agrárias, o que poderá vir a agravar as debilidades destas zonas na ausência de respostas ao aumento de desemprego agrícola resultante do processo de ajustamento estrutural. Por sua vez, as dimensões ambiental e rural da política de desenvolvimento rural, que juntas representam a maior fatia do orçamento da política na Europa do Sul, estão associadas às zonas mais favorecidas e onde assumem maior peso as explorações agrícolas mais modernizadas e competitivas.

Quanto à Europa do Leste, observa-se que o investimento na modernização e competitividade está também associado às zonas com maior peso das explorações agrícolas de menor dimensão. No entanto, há uma associação entre as zonas mais debilitadas e com maior peso do emprego agrícola e o investimento na diversificação das economias. Tal poderá significar que se pretende investir na criação de emprego para compensar o desemprego agrícola originado pelos processos de ajustamento estrutural. Mas também pode significar um maior investimento na dotação de serviços básicos e infra-estruturas necessárias na região. Recorde-se que, segundo a OCDE (2006), a provisão de serviços públicos nas áreas rurais é importante para sustentar o seu desenvolvimento. A associação entre o investimento na modernização e as zonas predominantemente rurais, onde aparentemente já se verificam processos de diversificação e criação de emprego não agrícola, vem reforçar a ideia de que,

ao mesmo tempo que se quer proceder ao ajustamento das estruturas agrárias, existe a preocupação de travar o aumento do desemprego e declínio das economias rurais. A maior parte do orçamento da política de desenvolvimento rural está associado a estas zonas e estruturas agrárias.

Por sua vez, os pagamentos ambientais, que representam 33% do investimento da política de desenvolvimento rural na Europa de Leste, estão associados às zonas mais ricas e produtivas, o que poderá significar o incentivo a práticas agrícolas menos danosas para o ambiente, mas também uma ajuda directa de compensação do rendimento dos produtores.

As regiões europeias analisadas apresentam características sociais, económicas, ambientais e das suas estruturas agrárias muito diferentes. A aplicação da política de desenvolvimento rural em cada uma delas não segue, como seria de esperar, o mesmo padrão, mas verifica-se que as opções adoptadas nem sempre revelam ser coerentes com as características que apresentam, ou respondem aos objectivos visados pela política de desenvolvimento rural.

Na Europa do Norte, onde as zonas rurais e predominantemente rurais apresentam as melhores condições, a opção de investimento nos Eixos Estratégicos parece ser coerente com as características dessas zonas e das suas estruturas agrárias. No entanto, os dados indicam que a maior parte do investimento está associado às zonas mais favorecidas e às explorações mais modernizadas e competitivas.

A Europa do Centro e a Europa do Sul são as que apresentam menor coerência com as suas características e menos respondem aos objectivos da política de desenvolvimento rural. Em ambas, as dimensões ambiental e rural, que representam a maior fatia do orçamento da política, estão associadas às zonas mais favorecidas e onde assumem maior peso as explorações agrícolas mais modernizadas e competitivas. Por sua vez, nas zonas mais debilitadas e onde predominam as explorações agrícolas com menor dimensão associa-se a investimento nos processos de ajustamento estrutural, o que poderá vir a agravar o declínio destas zonas.

A Europa de Leste, onde as zonas rurais e predominantemente rurais são mais débeis, as opções de investimento mostram ser coerentes com as características da região e aparentam responder aos objectivos da política de desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo que se investe na reestruturação agrária das pequenas explorações, apoia-se a diversificação das economias nas zonas mais debilitadas. Isto poderá significar que se pretende contrariar os efeitos negativos dos processos de ajustamento estrutural para o desenvolvimento rural, mas pode representar também o reconhecimento de que é através da diversificação das economias rurais, com a criação de emprego não agrícola, e da provisão de serviços e infra-estruturas nas zonas rurais que se reúnem as condições para a sustentação do desenvolvimento dos territórios rurais. Verifica-se, no entanto, que há uma associação entre os pagamentos ambientais e as explorações agrícolas mais modernizadas e competitivas.

Considerações finais

A política de desenvolvimento rural é considerada como cada vez mais importante pelos decisores políticos devido a, pelo menos, três razões: em primeiro lugar, as áreas rurais enfrentam desafios significativos que ameaçam a coesão territorial dos países; em segundo lugar, as áreas rurais possuem, em geral, um potencial económico grande não utilizado que pode ser melhor explorado e contribuir para o bem-estar dos cidadãos rurais e para o desenvolvimento nacional global; em terceiro lugar, nem as políticas sectoriais nem as forças de mercado são capazes de lidar totalmente com a heterogeneidade dos desafios e potencialidades das regiões rurais ou agir sobre as externalidades positivas e negativas aí presentes (OCDE, 2006).

As transformações operadas nas últimas décadas no mundo rural fizeram com que o “rural” perdesse especificidade nas dimensões social e económica. Os critérios que o delimitam hoje do mundo urbano ou que nele diferenciam tipos resultam mais do modo como a população e as actividades se distribuem pelo espaço do que decisivas diferenças sociológicas (Baptista, 2003). As definições do “rural”, sejam as da OCDE ou outras utilizadas individualmente pelos países, baseiam-se na assumpção de que as zonas rurais têm baixas densidades populacionais e localizam-se numa região sem um grande centro urbano. Estas duas características combinadas levantam um conjunto de problemas que têm impacto nas economias rurais e no bem-estar da população, colocando algum nível de disparidade entre as zonas rurais e as outras áreas.

Os problemas das zonas rurais relacionam-se, grosso modo, com o declínio e envelhecimento da população e a distância a mercados e serviços, o que tem influência na criação de emprego, na acessibilidade à educação e a outros recursos associados à prestação de serviços públicos, na qualidade e densidade das infra-estruturas, entre outros. A dificuldade em reproduzir os mesmos níveis de serviços e acessos que se encontram nas zonas urbanas tem sido o factor chave que explica os movimentos de população e actividades económicas para fora das regiões rurais nas últimas décadas. Este é o que se pode designar por ciclo de declínio das zonas rurais, no qual a falta de oportunidades de emprego e a falta de serviços geram o êxodo rural. Os problemas tornam-se particularmente evidentes com o decréscimo do emprego em sectores antes cruciais nas economias rurais, nomeadamente a agricultura e o sector público.

O aumento exponencial da produtividade na agricultura, permitido pelo avanço dos processos de modernização do sector, significou a concentração da produção em poucas áreas rurais e a redução do número de agricultores a tempo inteiro. A redução do emprego agrícola tornou-se mais grave, em termos da ocupação da população activa, com o decréscimo mais recente do emprego no sector público, o qual tem sido em muitos casos a maior fonte de crescimento de emprego nas zonas rurais.

Mas as áreas rurais não são, necessariamente, o sinónimo de declínio. Se é certo que em relação a um conjunto de indicadores socioeconómicos e estruturais, estas áreas tendem a acusar um atraso em

relação às zonas não rurais, sobretudo nas áreas predominantemente rurais, existem diversos casos de zonas rurais que apresentam sinais de crescimento em termos de população, emprego e nível de riqueza.

As áreas rurais mais próximas de centros urbanos e com mais infra-estruturas de transporte apresentam vantagens face a outras zonas rurais. É, por isso, que são as zonas rurais mais acessíveis as que registam, de um modo geral, maior dinamismo de crescimento. Como vimos, estão em curso dois processos de deslocação de população e actividades económicas na Europa, um de «urbanização» e outro de «contra-urbanização», ambos com peso nas zonas rurais mais acessíveis. No entanto, estes factores não são a chave para todas as zonas rurais nem revelam ser condição suficiente para despoletar o desenvolvimento rural, sendo mesmo, por vezes, mais fonte de pressão do crescimento urbano, do que de ligações económicas e criação de emprego rural, como acontece nas zonas peri-urbanas, ou um meio de facilitar a saída da população para os centros urbanos para acesso a serviços públicos e emprego.

Existe uma forte heterogeneidade nas trajectórias de desenvolvimento das zonas rurais europeias. Um largo número de regiões rurais de sucesso conseguiram valorizar bens públicos ou quasi-públicos como as amenidades rurais para responder às novas procurar urbanas associadas ao consumo do espaço (actividades territoriais ligadas à paisagem, lazer, caça, património histórico e cultural, ...). Também a maior dispersão espacial das actividades económicas, nomeadamente de pequenas unidades industriais e serviços mercantis, permitida pela redução dos custos de transporte, difusão das tecnologias de informação e novos modelos de organização do trabalho, tem permitido criar emprego e fixar população, quer por conter o êxodo rural associado à perda de emprego agrícola quer por tornar as zonas rurais atractivas para a fixação de residência de parte da população urbana. Em qualquer dos casos, acentua-se a articulação do rural com o exterior, nomeadamente com os sistemas urbanos e com os mercados regional, local e internacional.

As novas dinâmicas das zonas rurais associam-se, portanto, à capacidade de coordenar os vários actores económicos para promover os bens colectivos locais na resposta à crescente procura da população urbana de actividades de consumo e residência em meio rural e à criação de emprego capaz de enfrentar, em particular, a redução do emprego agrícola. Aqui as políticas públicas têm um papel importante a desempenhar no apoio aos processos de transição rural, colocando-se como questão central do desenvolvimento rural encontrar vias que promovam a criação de emprego e riqueza, em articulação com o exterior, sem marginalizar os que vivem e trabalham no rural ou que aí se pretendem enraizar (Baptista, 2007).

O reconhecimento de diferentes padrões de desenvolvimento nas regiões rurais desafia a adaptação das políticas públicas a essas diversas trajectórias de inserção das economias rurais, considerando os desafios, os recursos e o potencial económico de cada local. Como refere a OCDE (2006), *“os sinais positivos de muitas regiões rurais sugerem que a política no futuro deve ser menos defensiva – i.e.*

focada em limitar o declínio - e concentrar-se mais na procura de novas oportunidades. Além disso, sugere que a política necessita de diferenciar as regiões rurais tendo em conta os seus problemas e potencial económico, em vez de assumir o declínio e limitado potencial da maioria das áreas rurais”.

A política de desenvolvimento rural na Europa tem sido assumida no âmbito da política agrícola, ou seja, da PAC. Se na sua origem as questões agrícola e rural eram consideradas virtualmente sinónimas, uma vez que o sector agrícola era o motor do crescimento das economias rurais e representava a fonte predominante do rendimento, emprego e riqueza das zonas rurais, os processos de transição agrícola e as novas dinâmicas associadas ao espaço rural mudaram fortemente esse contexto. A questão agrária e a questão rural são hoje distintas, mantendo-se a política pública de intervenção no rural a mesma, embora sujeita a transformações no seu discurso teórico e nos seus instrumentos.

Como vimos no Capítulo II, o sector primário representa 18% do emprego e 5% do VAB das áreas rurais, com diferenças significativas entre as regiões europeias. No entanto, um ponto comum a todas elas é o declínio da participação deste sector no emprego e na criação de riqueza das áreas rurais.

Em resultado da modernização e profissionalização da agricultura, incentivada pela PAC, o emprego agrícola a tempo inteiro reduziu-se, tornando-se mais prevalecente o emprego agrícola a tempo parcial e o trabalho fora das explorações agrícolas. Consequentemente, as estruturas agrárias dependem cada vez mais do rendimento não agrícola, o que torna ainda mais importante o crescimento de fontes alternativas de emprego nas zonas rurais. Existe, no entanto, uma forte polarização no sector. Enquanto as explorações agrícolas familiares tendem a adoptar estratégias de pluriemprego e diversificação das fontes de rendimentos, as explorações maiores ou mais intensivas em capital tendem a ter agricultores a tempo inteiro. Tal reflecte-se no facto de os rendimentos da produção agrícola, mesmo tendo decrescido substancialmente o seu contributo para o nível de riqueza das áreas rurais, serem, muitas vezes, superiores aos de outros sectores económicos ou mesmo às médias nacionais dos países.

Os processos de transição agrícola assumiram diferentes ritmos e configurações nas várias regiões europeias, resultado da aplicação da política e das características das suas áreas rurais. Na Europa do Norte e do Centro estes processos são mais antigos, afirmando-se mais claramente no ajustamento estrutural das suas explorações agrícolas e na distribuição do emprego agrícola. A área e a dimensão económica média das estruturas agrárias nestas regiões assumem valores mais elevados comparativamente à Europa do Sul e de Leste, possuindo uma agricultura mais modernizada e competitiva. Tal reflecte-se no reduzido peso da população activa agrícola e na maior presença dos agricultores a tempo inteiro nas estruturas agrárias, ou seja, de produtores profissionalizados. Por sua vez, na Europa do Sul e do Leste, onde estes processos são mais recentes, predominam as explorações agrícolas de pequena dimensão, de índole familiar, onde as estratégias de pluriemprego e

diversificação dos rendimentos assumem maior importância para a sua sustentação. Tal reflecte-se na menor dimensão económica média das estruturas agrárias, assim como no maior peso da população activa agrícola.

Este quadro mostra como o sector agrícola perdeu importância nas economias rurais, o que se reflecte no seu reduzido contributo para o emprego e a riqueza destas zonas, mas com diferentes incidências nas várias regiões europeias. Em qualquer dos casos, a importância na diversificação económica das áreas rurais é evidente, tanto na Europa do Norte e do Centro, com uma agricultura mais modernizada, competitiva e profissionalizada, mais autonomizada do seu contexto rural, como na Europa do Sul e de Leste, com uma agricultura familiar mais dependente dos rendimentos exteriores às explorações.

A política agrícola inseriu o desenvolvimento rural no seu âmbito através do paradigma da multifuncionalidade da agricultura, a qual passa a desempenhar funções produtivas e funções territoriais. Considera-se, então, que as explorações agrícolas cumprem um papel social na gestão do espaço, em termos de conservação da natureza, da qualidade ambiental e da manutenção da paisagem, como contribuem para a manutenção do emprego e da população nas áreas rurais. Estes valores ou objectivos, correspondentes com as crescentes expectativas da sociedade em relação às áreas rurais e à actividade agrícola (pelo menos ao nível da redução das externalidades ambientais negativas), são considerados bens públicos ou quasi-públicos, em resultado dos mercados para esses bens não existirem ou funcionarem fracamente (OCDE, 2001), o que justifica a existência de políticas públicas de intervenção.

As duas funções a cumprir pela agricultura estão associadas a dois objectivos que devem orientar os instrumentos da intervenção política. Ao mesmo tempo que se quer responder ao aumento da competitividade da agricultura europeia no mercado internacional, o que implica uma maior intensificação e especialização da produção e uma maior modernização e profissionalização das explorações agrícolas, pretende-se travar a perda de explorações e população agrícola que resultam desse processo. Desenha-se, então, um modelo de agricultura dual em que devem conviver duas tipologias de explorações agrícolas: por um lado, explorações modernizadas geridas de modo profissional com uma função essencialmente produtiva e, por outro, explorações familiares pluriactivas com uma função essencialmente social. Deste modo, a política agrícola deveria ter dois focos de intervenção: o apoio à modernização das explorações e o apoio às explorações que são incapazes de se modernizar para o desempenho de funções não produtivas, dando relevância às áreas rurais mais debilitadas onde estas estruturas agrárias assumem maior importância.

A aplicação da política agrícola mostra, no entanto, pouca coerência com estes objectivos, uma vez que o orçamento comunitário tem visado, prioritariamente, compensar a perda de rendimento dos produtores sem que isso se traduza em benefícios claros ao nível do ambiente ou dos territórios rurais,

nem mesmo em termos da competitividade das explorações agrícolas, nomeadamente porque tende a estar concentrado nas regiões mais ricas, onde as explorações agrícolas são maiores e mais produtivas. Ou seja, os apoios estão a ser direccionados para as estruturas agrárias mais modernizadas e para as regiões rurais com menos debilidades, o que significa que não se está a atingir por esta via o objectivo de combater o desemprego agrícola e o êxodo rural ou esbater as assimetrias sociais e territoriais nas zonas rurais.

Por outro lado, a diversificação económica nas explorações agrícolas, considerado como um processo de reorganização das estruturas agrárias necessário para as adaptar às novas funções da agricultura e responder às novas procuras do espaço rural, é ainda incipiente e verifica-se com maior pertinência nas explorações modernizadas e nas regiões onde estas se concentram, sem se evidenciarem sinais de que existe o abandono do paradigma da modernização no sentido da dispersão, extensificação e diversificação de actividades. Isto significa que este processo ocorre mais como uma forma de diversificar os rendimentos dos produtores melhor posicionados, do que como uma forma global de reorganização das estruturas agrárias, na qual as explorações agrícolas familiares assumiriam novos papéis. Tende também a incidir nas regiões mais produtivas e onde as novas procuras do rural estão mais desenvolvidas, ou seja, na Europa do Norte e do Centro, o que acentua as disparidades territoriais e coloca dúvidas sobre a capacidade deste modelo em generalizar-se no rural europeu.

Os critérios que orientam a aplicação da política de desenvolvimento rural nas várias regiões europeias são diferenciados, reflectindo a forma como cada uma entende as novas funções da agricultura e os processos de transição rural. Da análise efectuada no presente trabalho resulta que, em geral, existe pouca coerência entre as opções de investimento da política de desenvolvimento rural e as características socio-económicas, ambientais e das estruturas agrárias das regiões europeias, tendo em conta os princípios e objectivos subjacentes ao apoio público à multifuncionalidade da agricultura. Serão, portanto, outros factores que explicam estas opções. Mas existem diferenças que importam assinalar.

A Europa do Centro e do Sul são as regiões europeias que mais assumem o paradigma da modernização, apesar das dimensões ambiental e rural corresponderem, em conjunto, à maioria do orçamento da política de desenvolvimento rural. Estas dimensões têm maior significado nas zonas mais favorecidas, onde as explorações agrícolas mais modernizadas e competitivas têm maior peso, as quais correspondem às estruturas agrárias predominantes na Europa do Centro e minoritárias na Europa do Sul. Ou seja, são estas estruturas agrárias que influenciam a distribuição do orçamento da política de desenvolvimento rural, mesmo que o seu peso no território não seja predominante.

Também na Europa do Norte é válida esta conclusão, mas assume contornos específicos. Aqui os apoios à diversificação das actividades nas explorações tendem a ser maiores para as estruturas agrárias de menor dimensão, assumindo-se como uma forma de suportar a sua inclusão nos processos existentes de dinamização das economias rurais. Os apoios ao ambiente estão associados às

explorações que assumem funções produtivas como uma forma de reduzir as externalidades ambientais negativas da actividade agrícola, não existindo evidência de que estão associados à mera propriedade do solo agro-florestal, como sucede na Europa do Centro.

Na Europa do Leste o investimento na modernização das pequenas explorações agrícolas é a prioridade da política de desenvolvimento rural, mas os dados sugerem que existe a preocupação de compensar os efeitos do ajustamento estrutural através do investimento na diversificação económica nas zonas mais debilitadas com maior peso do emprego agrícola, assim como prover serviços públicos e infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento das áreas rurais. No entanto, também são as zonas mais ricas e produtivas que surgem associadas aos pagamentos ambientais.

Os dados mostram, portanto, que as opções de investimento na Europa do Centro e do Sul respondem mais aos interesses agrícolas com capacidade de influência das decisões de política, ao passo que na Europa do Norte e do Leste, mesmo assinalando-se esta mesma tendência, há maior preocupação em responder aos desafios que se colocam às áreas rurais.

Este diagnóstico geral reflecte que, *“em geral, a dimensão das explorações e a actividade principal numa região determinam o nível de apoio financeiro das políticas agrícolas, e estes factores ultrapassam qualquer incidência em áreas ou grupos alvo”* (OCDE, 2006). Mas mesmo que o apoio público fosse focado nas explorações com menores rendimentos e capacidade de diversificar actividades, assim como nas áreas mais debilitadas onde a sua presença é mais significativa, dúvidas se colocam sobre o seu contributo para despoletar o desenvolvimento rural e concretizar objectivos de coesão social e territorial. Por um lado, o peso da agricultura nas economias rurais europeias é reduzido e tende a declinar, o que deixaria excluída uma parte importante da população rural que hoje já não está ligada ao sector, sejam antigos ou novos residentes. Por outro lado, a diversificação económica nas explorações tenderia a assumir maior importância nas zonas rurais com maior peso das estruturas agrárias mais dependentes da pluriactividade, mas onde as novas procuras do rural podem ainda ser muito incipientes, como é o caso da Europa do Sul e do Leste, ou a presença de amenidades rurais não ser suficiente para justificar este processo.

Deste modo, *“os instrumentos e políticas públicas focadas na agricultura respondem apenas a uma parte dos elementos relevantes para o desenvolvimento rural e o bem-estar dos seus habitantes”* (OCDE, 2006).

Mas existe um outro argumento que justifica, em parte, a inclusão do desenvolvimento rural na política agrícola, relacionado com o controlo do solo nas áreas rurais.

Com o processo de modernização da agricultura a produção agrícola concentrou-se em poucas áreas rurais, o que significa que parte importante dos espaços rurais já não contribui de forma substancial para essa produção nem é ela que orienta as decisões dos proprietários das explorações agrícolas onde estão inseridos esses espaços. Desta forma, parte do espaço rural que está a perder progressivamente a

sua função produtiva agrícola pode ser utilizada para actividades territoriais associadas às novas procuras do rural. Também esses espaços, tenham ou não algum tipo de aproveitamento agrícola ou sejam a base de outras actividades produtivas que não a agricultura, desempenham uma função ambiental ao nível da conservação da natureza e biodiversidade, a qual corresponde a uma exigência crescente da sociedade.

A política agrícola, através dos apoios que estabelece, tem vindo a promover a manutenção da função produtiva agrícola em espaços rurais, mesmo que nesses espaços não exista produção agrícola (o que foi incentivado com o regime de pagamento único a partir de 2005) ou, a existir, ela não obedeça a fins produtivos, justificando-se ambas as opções como uma via para receber ajudas públicas associadas ao factor primário de produção terra ou a direitos de produção. Isto significa que a modernização da agricultura e os processos de ajustamento estrutural, mesmo tendo levado à retracção da produção agrícola em termos de área ocupada, mantiveram grande parte do espaço rural como espaço agro-florestal, o qual está vinculado à propriedade do solo.

Nas novas procuras territoriais ou função ambiental que o espaço rural deve cumprir, os agricultores surgem, então, como uma peça importante, não enquanto agentes produtivos mas como proprietários do espaço. O acesso às oportunidades e recursos locais que possibilitam a mercantilização do consumo do espaço rural origina a competição entre diversos actores, muitos dos quais provenientes do exterior, em torno dos direitos de propriedade. Esta competição, que se associa à forma como as políticas públicas definem esses direitos (posse e uso do solo) e incidem sobre os mesmos, determina a transformação dos diferentes territórios rurais.

São as explorações agrícolas (ou as propriedades agrárias) de grande dimensão física e económica que se encontram melhor posicionadas para assumir o desempenho destas funções ou melhor competir pelos recursos locais (o que leva, antes de mais, à valorização dos preços do solo). É também sobre elas, como já vimos, que incide a maioria do orçamento comunitário da política agrícola para a diversificação económica e a preservação ambiental, o que reforça a sua posição. Ou seja, são as explorações agrícolas mais modernizadas que têm maior influência na provisão dos bens e serviços rurais e na organização do seu mercado de consumo, o que pode acentuar assimetrias em termos dos objectivos de coesão social e territorial. Mas, mais uma vez, mesmo que a política agrícola fosse orientada para as explorações (ou propriedades agrárias) mais desfavorecidas ou situadas em áreas rurais mais débeis, o seu contributo para o desenvolvimento das economias rurais parece frágil já que a larga da maioria da população rural não se encontra associada à agricultura e ao espaço agro-florestal.

Há, no entanto, realidades muito diferentes entre as várias áreas rurais, particularmente entre as diversas regiões europeias, que influenciam o quadro de análise sobre estes processos de reestruturação rural. Por exemplo, enquanto na Europa do Norte a situação da população e território rural apresenta condições favoráveis em termos de emprego, com uma reduzida taxa de desemprego e

um peso do sector não agrícola no emprego elevado, e também dos níveis de riqueza, na Europa do Sul as economias rurais são mais débeis, persistindo situações de desemprego e pobreza para uma parte significativa da população rural. Ou seja, no primeiro caso, o dinamismo das zonas rurais, sobretudo das predominantemente rurais, onde os processos de transição rural estão mais avançados, tem lugar independentemente da situação da agricultura, a qual ocupa uma área de espaço rural mais reduzida, enquanto, no segundo caso, as economias rurais ainda precisam de ser fortalecidas e diversificadas, o que constitui um objectivo incontornável do desenvolvimento rural e das políticas públicas que nele intervêm. Desta forma, a orientação da política para a agricultura na provisão destes bens e serviços rurais apresenta maiores riscos no caso da Europa do Sul em termos da concretização dos objectivos de coesão e facilitação dos processos de transição rural, já que não se dá prioridade ao apoio às economias rurais locais nem à promoção da rearticulação necessária entre o rural e o espaço em torno da oferta dos serviços ambientais e das actividades territoriais.

Existe um paradoxo no facto da política pública para o desenvolvimento rural estar concentrada num só sector, quando os desafios e potencialidades das zonas rurais são extremamente diversos. Apesar da política agrícola trazer largos recursos para as zonas rurais, estes estão orientados para uma parcela cada vez menor da população rural, os agricultores. Além disso, os instrumentos actuais não são eficientes em lidar com alguns dos mais prementes dos desafios socio-económicos das zonas rurais e estão mesmo a acentuar as assimetrias sociais e territoriais, em particular entre as várias regiões europeias.

Uma das justificações apontada para a inserção da política de desenvolvimento rural na política agrícola está relacionada com a necessidade de responder às pressões internacionais para reduzir as ajudas directas ao sector agrícola e tornar aceitável para o contribuinte o pesado orçamento comunitário dedicado a esta área. As causas da preponderância da agricultura no apoio público às zonas rurais devem-se à expressão territorial das explorações agrícolas, à influência social e ideológica da agricultura, ao “peso” histórico e institucional dos interesses agrícolas, à debilidade de manifestação dos interesses rurais, à visão corporativa da agricultura enquanto sector, ao modo de organização sectorial do Estado (Baptista, 2007).

Tendo em conta as limitações da política focada no sector agrícola em responder à heterogeneidade dos desafios e potencialidades das zonas rurais, surge a necessidade de uma abordagem diferente na política de desenvolvimento rural. Esta deve suportar-se em estratégias que considerem as diferentes oportunidades de desenvolvimento, muitas das quais são baseadas nos recursos locais e endógenos, adoptando uma perspectiva territorial e articulando-se com outras políticas territoriais ou sectoriais com significado no rural.

Bibliografia:

- Comissão Europeia (1985), *Perspectives for the common agricultural policy*, comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento, Bruxelas
- Comissão Europeia (1988), *The future of rural society*, comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento, Bruxelas
- Comissão Europeia (1991), *The development and future of the CAP*, comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento, Bruxelas
- Cunha, A. (2000), *A Política Agrícola Comum e o Futuro do Mundo Rural*, Plátano Editora, Amadora
- OCDE (2001), *Multifunctionality, Towards an analytical framework*, OCDE, Paris
- Ploeg, J., Long, A., Banks, J. (2002), *Living Countrysides. Rural Development processes in Europe: The state of the art*, Doetinchem
- Baptista, F. (2003), Um rural sem território, em Portela, J. e Caldas, J. (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras
- Cordovil, F. (2003), *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia – Factos e políticas, futuro e opções*, Principia, Cascais
- Iglesias, E. (2003), *El proceso de ajuste estructural en la agricultura española durante la década de los 90; implicaciones para el “modelo de agricultura”*, comunicação V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais, 23-24 Out, Bragança
- Maroco, J. (2003), *Análise Estatística*, Edições Sílabo
- Pestana, M., Gageiro, J. (2003), *Análise de dados para ciências sociais*, 3ª edição, Ed. Sílabo
- Rodrigo, I. (2003), A questão ambiental nos territórios rurais e nas agriculturas da União Europeia, em Portela, J. e Caldas, J. (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, pp. 167-187.
- Saraceno, E. (2003), *La experiencia europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latinoamericano*, Comissão Europeia, Documento de trabalho
- Saraceno, E. (2003), *Rural Development Policies and the Second Pillar of the Common Agricultural Policy*, Academy for Spatial Research and Planning
- Avillez, F., Jorge, M., Trindade, C., Pereira, N., Serrano, P., Ribeiro, I. (2004), *Rendimento e competitividade agrícolas em Portugal, Evolução recente, situação actual e perspectivas futuras*, Livraria Almedina, Coimbra
- ESPON (2004), *The territorial Impact of the CAP and Rural Development Policy*, projecto ESPON 2.1.3, relatório final
- OCDE (2004), *Analysis of the 2003 CAP Reform*, OCDE, Paris

- Shneider, S. (2004), A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas, *Sociologias*, ano 6, n.º 11, Jan/Jun 2004, p. 88-125, Porto Alegre
- Wichern R. (2004), *The Economics of the Common Agricultural Policy*, Direcção Geral para os Assuntos Económicos e Financeiros Europeus, Comissão Europeia
- Agra CEAS (2005), *Synthesis of rural development mid term evaluation, EAGGF guarantee*, Relatório Final para a Comissão Europeia, Bruxelas
- Arnalte, E. (2005), La “teoria” de la política de estructuras agrárias, su evolución y algunos desfases de la realidad, Capítulo 8, em Baptista, F. (org.), *Terra e Tecnologia: século e meio de debates e políticas de emparcelamento*, Oeiras
- Ortiz, D. (2005), *El enfoque de la « reestructuración rural » y su utilidad para el análisis de los procesos de cambio en el rural español*, Valência, Departamento de Economia e Ciências Sociais da Universidade Politécnica de Valência
- Veiga, J. (2005), *Território e Desenvolvimento Local*, Celta, Oeiras
- OCDE (2006), *The New Rural Paradigm: Policies and Governance*, OCDE, Paris
- Bandarra, N. (2006), *Devenir du monde rural face aux orientations de la politique européenne 2007-2013*, Revue du marché commun et de l'Union Européenne, n.º 499, Jun 2006, p. 391-413, Paris
- Comissão Europeia (2006), *Emprego nas zonas rurais: reduzir o défice de postos de trabalho*, comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, SEC (2006) 1772, Bruxelas
- Comissão Europeia (2006), *Política de Desenvolvimento Rural da UE 2007-2013*, factsheet, Luxemburgo
- Copus, A. Hall, C., Barnes, A., Dalton, G., Cook P., Weingarten, P., Baum, S., Stange, H., Lindner, C., Hill, A., Eiden, G., McQuaid, R., Grieg, M., Johansson, M. (2006), *Study on employment in rural areas*, Comissão Europeia
- IEEP (2006), *An evaluation of the Less favoured Area Measure in the 25 Member States of the European Union*, Institute for European Environmental Policy for DG Agriculture
- Baptista, F. (2007), *A transição rural*, ISA/UTL
- Brady, M., Kellermann, K., Sahrbacher, C., Jelinek, L., Lobianco, A. (2007), *Environmental Impacts of Decoupled Agricultural Support: a Regional Assessment*, documento de trabalho 2007:1, Swedish Institute for Food and Agricultural Economics (SLI)
- DG-ADR (2007), *Rural Development in the European Union – Statistical and Economic Information Report*, Bruxelas

Ferrer, J. e Kaditi, E. (2007), *The EU added value of agricultural expenditure – from market to multifunctionality – gathering criticism and sucess stories of the CAP*, Policy Department on Budgetary Affairs, Parlamento Europeu, Bruxelas

Arias, A., Fra, M. e Alvarez, A. (2008), *Relaciones entre territórios y ajuste agrário. Experiências en el noroeste peninsular*, comunicação no Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Cultura, Inovação e Território, Coimbra

Baptista, F. e Arnalte, E. (2008), *Producción agraria, gestión ambiental y transición rural. Tres dimensiones de la “cuestión rural en la Península Ibérica”*, Papeles de Economía Española, n.º 117, pp. 180-190

Baptista, F. (2008), *O rural, de novo a economia*, comunicação no VI Congresso Português de Sociologia, IST/UTL

DG-ADR (2008), *Rural Development in the European Union – Statistical and Economic Information Report*, Bruxelas

Anexo I – Objectivos e medidas da Política de Desenvolvimento Rural

| Eixo | Obj. principais | Obj. específicos | Grupos de Medidas | Medidas |
|------|---|---|---|---|
| 1 | Aumentar os conhecimentos e a melhorar o potencial humano | <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços capacitando os activos para o desempenho da actividade - Rejuvenescer o tecido empresarial - Assegurar uma alteração estrutural significativa nas explorações transferidas | <ul style="list-style-type: none"> - Serviços de apoio técnico e aconselhamento - Informação e formação profissional - Instalação de jovens agricultores - Reforma antecipada de agricultores | 114/115 111 112 113 |
| | Promover a inovação | Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias através da cooperação | Cooperação para a inovação | 124 |
| | Reestruturar e desenvolver o potencial físico | <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a competitividade das fileiras estratégicas - Melhorar a Competitividade das empresas do sector agroflorestal - Desenvolver as Infraestruturas agrícolas e florestais de forma sustentável - Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição | <ul style="list-style-type: none"> - Modernização e capacitação das empresas agrícolas e agroindustriais - Promoção da competitividade florestal - Novos Instrumentos financeiros e gestão de risco e crises - Cooperação para o mercado e a internacionalização - Desenvolvimento sustentável do regadio e de outras infraestruturas colectivas | 121/123 122/123 121/122/123/126 123 125 |
| | Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas | Valorizar os produtos de qualidade | Desenvolvimento e promoção de produtos e participação em regimes de qualidade | 131/132/133 |
| 2 | Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras | <ul style="list-style-type: none"> - Promover a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais | <ul style="list-style-type: none"> - Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos - Intervenção integrada para sítios da RN 2000 - Pagamentos RN 2000 - Investimentos não produtivos | 214 214/222/223/227 213/224 216 |
| | Proteger os recursos hídricos e o solo | Incentivar a introdução ou manutenção de modos de produção compatíveis com | Promoção de modos de produção sustentáveis | 214 |

| | | | | |
|---|---|---|--|---------------------|
| | Contribuir para a atenuação das alterações climáticas | a protecção dos valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo no âmbito da actividade agrícola e florestal | | |
| | | Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais | Gestão do espaço florestal e agro-florestal | 221/222/223/226/227 |
| | | Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição | Investimentos de requalificação ambiental | 216 |
| | Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas | Preservar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas | Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas | 211/212 |
| 3 | Diversificar a economia rural | Promover a diversificação da economia e do emprego em meio rural | Diversificação e desenvolvimento de actividades na exploração agrícola, micro-empresas, turismo e lazer | 311/312/313 |
| | Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais | Promover a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais | - Serviços básicos para a economia e as populações rurais - Conservação e valorização do património rural e natural | 321 323 |
| | Desenvolver competências nas zonas rurais | Desenvolver competências nas zonas rurais | Aquisição de competências | 331/341 |
| 4 | Valorizar o potencial de desenvolvimento local | Promover a diversificação de actividades e a qualidade de vida nas zonas rurais | Execução de estratégias locais de desenvolvimento com vista a atingir os objectivos do Eixo III | 413 |
| | | Promover a cooperação e as boas práticas | Execução de projectos de cooperação para a concretização de estratégias locais de desenvolvimento | 421 |
| | Desenvolver competências nas zonas rurais e melhorar a governança local | Aumentar a capacidade de execução da abordagem LEADER | Funcionamento dos Grupos de Acção Local, aquisição de competências e animação dos territórios | 431 |

Fonte: Plano Estratégico Nacional 2007-2013 (MADRP)

Anexo II – Programas de Desenvolvimento Rural a nível nacional e regional

| Região Europeia | Estado-Membro | Programa de Desenvolvimento Rural |
|-----------------|------------------|-----------------------------------|
| Europa do Norte | Suécia | Suécia |
| | Dinamarca | Dinamarca |
| | Finlândia | Finlândia Continental |
| | Reino Unido | Åland |
| | | Irlanda |
| | | Inglaterra |
| | | Escócia |
| | | Gales |
| | Irlanda do Norte | Irlanda do Norte |
| Europa Central | Holanda | Holanda |
| | França | França Métropole |
| | | Martinicas |
| | | Reunião |
| | | Guiana |
| | | Guadelupe |
| | | Córsega |
| | Alemanha | Bavária |
| | | N.-R. Westphalia |
| | | Saxónia |
| | | Hessen |
| | | Brandendurgo e Berlim |
| | | Hamburgo |
| | | Baixa Saxónia e Bremen |
| | | Saarland |
| | | B.-Württemberg |
| | | Rhineland-P. |
| | | Thuringia |
| | | Mecklenburg-W. P. |
| | | Schleswig-Holstein |
| | | Saxónia-Anhalt |
| | Áustria | Áustria |
| | Luxemburgo | Luxemburgo |
| | Bélgica | Flandres |
| | | Valónia |
| Europa do Sul | Itália | Bolzano |
| | | E. Romagna |
| | | Veneto |
| | | Lombardia |
| | | Toscana |
| | | Campania |
| | | F. Venezia G. |
| | | Liguria |
| | | Calabria |
| | | Piemonte |
| | | Sardenha |
| | | Umbria |
| | | Abruzzo |
| | | Lázio |

| | | |
|-----------------|-----------------|----------------------|
| | | Marche |
| | | Trento |
| | | Puglia |
| | | Vale de Aoste |
| | | Sicília |
| | | Basilicata |
| | | Molise |
| | Chipre | Chipre |
| | Espanha | Andaluzia |
| | | Aragão |
| | | Canárias |
| | | Cantábria |
| | | Castilha-La Mancha |
| | | Castilha e Leão |
| | | Catalunha |
| | | C. Madrid |
| | | C. Navarra |
| | | C. Valência |
| | | Extremadura |
| | | Galiza |
| | | Ilhas Baleares |
| | | Rioja |
| | | País Basco |
| | | P. Astúrias |
| | | Região de Múrcia |
| | Portugal | Portugal Continental |
| | | R. A. dos Açores |
| | | R. A. da Madeira |
| | Grécia | Grécia |
| | Malta | Malta |
| Europa de Leste | Estónia | Estónia |
| | Letónia | Letónia |
| | Bulgária | Bulgária |
| | Roménia | Roménia |
| | Eslováquia | Eslováquia |
| | República Checa | República Checa |
| | Eslovénia | Eslovénia |
| | Polónia | Polónia |
| | Lituânia | Lituânia |
| | Hungria | Hungria |

Anexo III - Indicadores e dados estatísticos

| | | | | | Importância das Zonas Rurais | | Situação socio-económica | | | | | | | | |
|------------------------------------|--------|---------|----------|---------|--|----------------------------------|--------------------------|--------|-----------------------------|--------------------------|--------|--|------------------------|-------|-------|
| | | | | | Peso das zonas predominantemente rurais e das zonas rurais (%) | Densidade Populacional (hab/km2) | | | PIB <i>per capita</i> (ppc) | | | Peso do sector secundário e terciário no Emprego (%) | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| Distribuição do Orçamento PDR/Eixo | | | | | Nuts 3 - 2004 | | Nuts 3 - 2004 | | | Nuts 3 - Média 2002-2004 | | | Nuts3 - 2004 (2002 RU) | | |
| PDR | Eixo I | Eixo II | Eixo III | Eixo IV | PR | RUR | PR | RUR | TOT | PR | RUR | TOT | PR | RUR | TOT |
| R. Checa | 23,25 | 53,83 | 17,58 | 4,84 | 8,81 | 99,37 | 74,39 | 115,40 | 132,22 | 62,03 | 63,25 | 73,59 | 89,88 | 95,34 | 96,02 |
| Suécia | 14,17 | 68,98 | 8,32 | 6,74 | 89,88 | 98,41 | 11,20 | 16,37 | 21,92 | 104,78 | 118,54 | 120,32 | 96,71 | 97,19 | 97,77 |
| Dinamarca | 21,21 | 61,68 | 5,61 | 9,36 | 67,73 | 95,42 | 71,55 | 92,71 | 125,40 | 111,06 | nd | 126,07 | 94,82 | 95,62 | 96,84 |
| Finlândia | 7,61 | 81,60 | 6,53 | 3,65 | 92,72 | 97,90 | 10,31 | 11,69 | 17,11 | 97,24 | 99,69 | 114,28 | 92,31 | 92,78 | 94,85 |
| Åland | 14,74 | 77,21 | 2,96 | 2,89 | 100,00 | 100,00 | 16,98 | 16,98 | 17,29 | 150,00 | 150,00 | 150,10 | 93,98 | 93,98 | 93,98 |
| Holanda | 29,91 | 29,70 | 29,80 | 9,97 | 3,29 | 38,34 | 150,60 | 174,62 | 481,95 | 98,37 | 119,03 | 131,35 | 93,64 | 94,76 | 96,65 |
| França Metr. | 36,17 | 51,65 | 6,43 | 4,80 | 40,66 | 95,43 | 46,50 | 84,09 | 112,78 | 90,78 | 98,67 | 115,24 | 92,25 | 95,19 | 96,50 |
| Martinicas | 73,16 | 13,88 | 4,01 | 6,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 349,73 | 0,00 | 0,00 | 74,98 | 0,00 | 0,00 | 93,79 |
| Reunião | 73,52 | 13,52 | 7,17 | 5,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 305,12 | 0,00 | 0,00 | 61,71 | 0,00 | 0,00 | 95,28 |
| Guiana | 42,94 | 9,58 | 33,11 | 10,59 | 100,00 | 100,00 | 2,35 | 2,35 | 2,34 | 58,00 | 58,00 | 58,22 | 94,72 | 94,72 | 94,72 |
| Guadelupe | 74,23 | 13,54 | 5,94 | 4,87 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 259,60 | 259,24 | 0,00 | 67,00 | 67,21 | 0,00 | 94,89 | 94,89 |
| Córsega | 20,81 | 58,96 | 11,39 | 4,84 | 53,75 | 100,00 | 31,67 | 31,62 | 31,76 | 77,89 | 88,04 | 88,04 | 95,02 | 95,93 | 95,93 |
| Eslovénia | 34,43 | 50,73 | 11,39 | 2,93 | 70,35 | 100,00 | 80,77 | 98,48 | 99,15 | 69,15 | 74,73 | 81,59 | 85,47 | 89,66 | 89,66 |
| Polónia | 41,74 | 32,21 | 19,92 | 4,57 | 58,07 | 97,11 | 79,37 | 97,08 | 122,11 | 38,85 | nd | 49,59 | 72,86 | 75,62 | 82,07 |
| Irlanda | 11,21 | 78,75 | 0,00 | 9,90 | 98,66 | 98,66 | 41,97 | 41,97 | 59,49 | 123,36 | 123,36 | 140,37 | 91,07 | 91,07 | 93,75 |
| Inglaterra | 8,63 | 80,64 | 6,45 | 4,23 | 0,00 | 66,71 | 0,00 | 154,26 | 384,70 | 0,00 | 104,83 | 123,57 | 0,00 | 97,02 | 98,78 |
| Escócia | 14,34 | 68,85 | 11,61 | 5,04 | 36,02 | 84,89 | 27,37 | 193,46 | 181,15 | 79,94 | 89,40 | 108,94 | 91,49 | 95,62 | 97,63 |
| Gales | 12,30 | 72,78 | 9,48 | 4,70 | 40,64 | 82,98 | 37,56 | 65,16 | 142,29 | 83,13 | 85,04 | 93,93 | 91,05 | 93,88 | 97,28 |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|
| Irlanda do Norte | 10,84 | 58,20 | 0,00 | 30,96 | 46,40 | 93,30 | 57,64 | 80,76 | 120,9 | 119,03 | 83,38 | 96,76 | 89,46 | 92,31 | 95,37 |
| Bavaria | 22,08 | 61,69 | 10,71 | 5,02 | 56,30 | 91,83 | 99,16 | 119,27 | 176,24 | 100,02 | 207,79 | 137,92 | 93,87 | 94,57 | 96,96 |
| N.-R. Westphalia | 27,36 | 53,55 | 14,72 | 3,68 | 5,75 | 34,30 | 142,37 | 201,26 | 530,39 | 107,17 | 101,03 | 115,60 | 97,45 | 97,04 | 98,53 |
| Saxónia | 22,06 | 31,76 | 39,71 | 4,73 | 13,62 | 87,37 | 78,74 | 152,51 | 234,00 | 68,61 | 71,05 | 85,20 | 93,53 | 96,04 | 97,62 |
| Hessen | 27,52 | 52,85 | 8,79 | 9,53 | 20,52 | 51,64 | 91,86 | 131,84 | 288,60 | 97,79 | 102,89 | 139,78 | 95,45 | 96,64 | 98,51 |
| Brand.+Berlin | 35,22 | 30,89 | 26,53 | 4,79 | 38,99 | 94,67 | 53,10 | 75,84 | 196,23 | 76,08 | 75,09 | 93,50 | 93,18 | 94,99 | 98,20 |
| Hamburgo | 45,67 | 23,06 | 24,51 | 4,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2296,74 | 0,00 | 0,00 | 198,34 | 0,00 | 0,00 | 99,50 |
| B. Sax.+Bremen | 42,61 | 23,61 | 24,62 | 6,83 | 37,29 | 87,31 | 94,83 | 129,99 | 180,34 | 90,32 | 86,53 | 105,69 | 93,56 | 94,98 | 96,93 |
| Saarland | 16,80 | 36,06 | 30,77 | 14,59 | 0,00 | 18,54 | 0,00 | 199,37 | 412,25 | 0,00 | 85,23 | 106,85 | 0,00 | 97,60 | 98,97 |
| B.-Württemberg | 16,37 | 65,54 | 12,64 | 4,48 | 6,52 | 66,27 | 124,91 | 171,60 | 299,42 | 100,67 | 112,12 | 131,52 | 96,35 | 96,76 | 98,04 |
| Rhineland-P. | 37,24 | 41,79 | 10,66 | 8,05 | 32,00 | 83,89 | 86,71 | 143,02 | 204,55 | 83,29 | 81,11 | 102,72 | 94,68 | 96,01 | 97,21 |
| Thuringia | 27,13 | 43,43 | 23,06 | 4,89 | 44,20 | 94,90 | 101,79 | 117,83 | 146,19 | 73,29 | 70,71 | 80,56 | 95,73 | 96,00 | 97,10 |
| M.-W. Pomerania | 27,17 | 23,94 | 41,88 | 6,18 | 93,50 | 97,70 | 52,39 | 53,35 | 74,48 | 65,59 | 66,03 | 78,82 | 92,75 | 92,96 | 95,60 |
| Schleswig-H. | 31,36 | 29,27 | 26,20 | 12,55 | 26,10 | 92,80 | 88,82 | 130,93 | 179,27 | 91,09 | 92,67 | 105,07 | 93,93 | 95,44 | 96,71 |
| Saxony-Anhalt | 29,54 | 26,88 | 34,30 | 5,20 | nd | nd | nd | nd | 126,50 | nd | nd | nd | 94,45 | 95,42 | 96,63 |
| Bolzano | 23,93 | 62,06 | 9,02 | 4,99 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 63,73 | 64,37 | 0,00 | 141,00 | 141,42 | nd | nd | 93,34 |
| Emilia Romana | 40,98 | 42,49 | 10,43 | 5,10 | 0,00 | 66,70 | 0,00 | 156,99 | 191,23 | 0,00 | 135,76 | 136,31 | nd | nd | 96,34 |
| Veneto | 44,07 | 36,93 | 5,01 | 11,00 | 20,44 | 30,17 | 55,99 | 81,67 | 265,86 | 134,00 | 120,69 | 129,69 | nd | nd | 97,00 |
| Lombardia | 32,42 | 51,65 | 8,95 | 4,00 | 13,85 | 46,84 | 53,64 | 144,37 | 408,77 | 119,00 | 124,15 | 146,68 | nd | nd | 98,34 |
| Toscana | 38,50 | 40,00 | 10,50 | 10,00 | 50,39 | 81,27 | 69,48 | 125,86 | 158,11 | 108,72 | 124,22 | 120,98 | nd | nd | 96,90 |
| Campania | 40,00 | 36,00 | 15,00 | 5,00 | 0,00 | 91,32 | 0,00 | 215,85 | 431,21 | 0,00 | 72,74 | 70,67 | nd | nd | 95,20 |
| F. Venezia Giulia | 43,00 | 37,00 | 10,00 | 6,50 | 0,00 | 91,20 | 0,00 | 114,49 | 159,01 | 0,00 | 120,36 | 122,01 | nd | nd | 96,52 |
| Liguria | 51,91 | 20,21 | 5,53 | 19,66 | 0,00 | 28,51 | 0,00 | 180,66 | 297,35 | 0,00 | 116,00 | 112,26 | nd | nd | 97,54 |
| Calabria | 41,00 | 41,00 | 10,00 | 6,00 | 11,48 | 100,00 | 100,01 | 133,37 | 136,26 | 62,00 | 69,62 | 69,62 | nd | nd | 86,21 |
| Piemonte | 38,19 | 44,55 | 7,37 | 6,51 | 0,00 | 67,77 | 0,00 | 99,99 | 172,98 | 0,00 | 115,73 | 122,17 | nd | nd | 96,39 |
| Sardenha | 28,00 | 56,00 | 1,44 | 13,56 | 71,40 | 100,00 | 51,09 | 68,21 | 297,35 | 82,83 | 82,74 | 82,74 | nd | nd | 97,54 |
| Umbria | 40,00 | 43,00 | 9,00 | 5,00 | 74,61 | 100,00 | 98,84 | 100,29 | 103,43 | 106,00 | 103,93 | 103,93 | nd | nd | 96,23 |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|
| Abruzzo | 43,00 | 37,00 | 11,00 | 5,00 | 47,09 | 100,00 | 59,52 | 119,47 | 121,54 | 83,00 | 90,79 | 90,79 | nd | nd | 92,90 |
| Lazio | 46,86 | 31,86 | 11,25 | 5,98 | 36,54 | 68,72 | 71,06 | 122,05 | 309,97 | 95,34 | 101,69 | 132,13 | nd | nd | 98,13 |
| Marche | 42,21 | 38,79 | 9,00 | 6,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 155,23 | 158,24 | 0,00 | 110,78 | 110,78 | nd | nd | 95,35 |
| Trento | 34,05 | 47,26 | 11,55 | 6,69 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 79,08 | 80,49 | 0,00 | 132,00 | 131,56 | nd | nd | 95,25 |
| Puglia | 40,39 | 35,07 | 2,70 | 18,84 | 36,73 | 49,33 | 96,35 | 132,30 | 211,28 | 67,00 | 70,20 | 72,10 | nd | nd | 91,39 |
| Valle d'Aoste | 10,17 | 69,42 | 10,38 | 7,48 | 100,00 | 100,00 | 37,40 | 37,40 | 37,82 | 130,00 | 130,00 | 130,34 | nd | nd | 95,52 |
| Sicilia | 42,89 | 42,09 | 7,02 | 6,00 | 9,95 | 74,20 | 68,33 | 181,37 | 197,10 | 65,00 | 69,28 | 69,72 | nd | nd | 92,67 |
| Basilicata | 26,43 | 54,05 | 10,01 | 6,01 | 100,00 | 100,00 | 59,73 | 59,73 | 61,41 | 77,22 | 77,22 | 77,22 | nd | nd | 88,66 |
| Molise | 44,08 | 33,82 | 14,11 | 5,00 | 100,00 | 100,00 | 72,49 | 72,49 | 73,59 | 79,73 | 79,73 | 79,73 | nd | nd | 90,92 |
| Lituânia | 41,15 | 36,48 | 12,19 | 6,06 | 32,73 | 84,96 | 32,00 | 46,77 | 54,81 | 34,05 | 41,35 | 48,14 | 72,78 | 80,30 | 84,19 |
| Áustria | 13,79 | 72,38 | 6,47 | 5,41 | 78,48 | 98,70 | 57,11 | 75,68 | 99,10 | 97,12 | 115,19 | 128,80 | 76,66 | 83,90 | 87,58 |
| Luxemburgo | 34,66 | 57,54 | 4,21 | 3,59 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 175,17 | 175,17 | 0,00 | 247,56 | 247,56 | 0,00 | 99,33 | 99,33 |
| Hungria | 45,87 | 31,53 | 13,39 | 5,28 | 57,96 | 99,44 | 77,90 | 90,96 | 108,64 | 44,71 | 49,44 | 63,19 | 92,04 | 93,38 | 94,88 |
| Flandres | 67,26 | 16,82 | 8,97 | 5,61 | 0,00 | 8,79 | 0,00 | 177,14 | 452,89 | 0,00 | 100,31 | 123,47 | 0,00 | 91,84 | 97,50 |
| Valónia | 46,54 | 39,44 | 7,79 | 4,14 | 39,33 | 74,77 | 55,04 | 109,30 | 209,82 | 68,99 | 71,38 | 87,93 | 93,74 | 96,21 | 97,8 |
| Chipre | 43,23 | 43,42 | 8,90 | 2,65 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 78,96 | 129,94 | 0,00 | 90,12 | 90,12 | 0,00 | 94,59 | 94,59 |
| Andalucía | 43,13 | 44,11 | 1,51 | 10,46 | 15,41 | 75,64 | 47,75 | 66,95 | 86,89 | 67,00 | 75,45 | 76,91 | 79,88 | 87,53 | 90,67 |
| Aragão | 52,93 | 29,04 | 6,99 | 10,87 | 63,80 | 63,80 | 11,45 | 11,45 | 25,90 | 104,25 | 104,25 | 107,73 | 85,65 | 85,65 | 92,25 |
| Canárias | 63,21 | 18,72 | 11,19 | 5,44 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 250,41 | 253,36 | 0,00 | 94,00 | 94,12 | 0,00 | 97,40 | 97,43 |
| Cantábria | 37,40 | 47,71 | 1,72 | 12,18 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 102,45 | 103,01 | 0,00 | 98,00 | 97,87 | 0,00 | 93,40 | 93,40 |
| Castilla-Mancha | 41,38 | 48,30 | 0,97 | 9,34 | 84,63 | 100,00 | 24,24 | 22,94 | 23,15 | 78,52 | 79,50 | 79,50 | 82,74 | 85,00 | 85,00 |
| Castilla e Leão | 46,25 | 40,20 | 1,68 | 11,69 | 46,58 | 100,00 | 17,66 | 26,13 | 26,17 | 89,42 | 94,04 | 94,04 | 83,03 | 89,09 | 89,09 |
| Catalunha | 50,25 | 31,61 | 6,20 | 10,47 | 37,90 | 75,93 | 31,15 | 68,02 | 208,97 | 126,00 | 126,86 | 121,77 | 88,90 | 93,73 | 97,50 |
| Madrid | 43,12 | 29,32 | 17,36 | 10,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 717,90 | 0,00 | 0,00 | 133,61 | 0,00 | 0,00 | 99,54 |
| Navarra | 67,51 | 20,45 | 4,73 | 7,31 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 55,15 | 55,51 | 0,00 | 127,00 | 127,24 | 0,00 | 94,59 | 94,59 |
| Valencia | 48,56 | 30,50 | 9,15 | 11,39 | 0,00 | 53,54 | 0,00 | 169,23 | 191,72 | 0,00 | 94,78 | 95,39 | 0,00 | 96,18 | 96,45 |
| Extremadura | 48,63 | 39,00 | 2,59 | 9,64 | 100,00 | 100,00 | 25,61 | 25,61 | 25,64 | 66,39 | 66,39 | 66,39 | 85,70 | 85,70 | 84,63 |
| Galicia | 46,43 | 32,58 | 10,37 | 10,00 | 57,92 | 100,00 | 40,08 | 91,50 | 91,60 | 74,56 | 80,22 | 80,22 | 87,93 | 91,65 | 91,65 |
| Ilhas Baleares | 60,04 | 30,75 | 0,00 | 9,40 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 186,66 | 189,28 | 0,00 | 117,00 | 116,74 | 0,00 | 97,81 | 97,81 |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|--------|---------|-------|--------|--------|-------|-------|-------|
| Rioja | 54,13 | 33,19 | 4,06 | 8,63 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 57,16 | 57,76 | 0,00 | 111,00 | 110,85 | 0,00 | 88,55 | 88,55 |
| País Basco | 63,00 | 18,95 | 6,16 | 11,83 | 0,00 | 41,98 | 0,00 | 96,58 | 290,15 | 0,00 | 140,00 | 125,03 | 0,00 | 96,92 | 97,47 |
| Astúrias | 49,80 | 30,15 | 9,42 | 10,19 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 99,97 | 99,92 | 0,00 | 87,00 | 86,51 | 0,00 | 95,76 | 95,76 |
| Murcia | 54,88 | 37,41 | 0,00 | 7,18 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 111,90 | 113,40 | 0,00 | 85,00 | 85,08 | 0,00 | 90,11 | 90,11 |
| Portugal | 46,83 | 39,98 | 0,15 | 10,19 | 72,17 | 92,04 | 34,83 | 58,49 | 112,75 | 59,41 | 62,29 | 76,45 | 69,69 | 77,23 | 87,70 |
| Açores | 46,82 | 41,90 | 3,18 | 6,82 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 103,37 | 103,62 | 0,00 | 67,00 | 66,84 | 0,00 | 87,77 | 87,77 |
| Madeira | 57,03 | 29,96 | 0,73 | 10,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 294,20 | 0,00 | 0,00 | 95,10 | 0,00 | 0,00 | 91,58 |
| Grécia | 44,41 | 33,77 | 13,98 | 5,81 | 73,85 | 97,09 | 41,91 | 55,35 | 84,63 | 66,06 | 69,06 | 84,00 | 74,53 | 80,45 | 87,78 |
| Estónia | 37,58 | 36,16 | 12,86 | 9,27 | 20,88 | 92,25 | 15,58 | 29,18 | 31,07 | 34,86 | 56,21 | 53,11 | 83,24 | 93,72 | 94,23 |
| Letónia | 47,66 | 26,81 | 19,06 | 2,39 | 56,21 | 99,59 | 24,88 | 24,62 | 37,13 | 25,98 | 27,18 | 43,50 | 82,00 | 81,46 | 87,96 |
| Bulgária | 37,17 | 23,98 | 27,07 | 2,37 | 36,56 | 98,78 | 48,34 | 60,04 | 70,10 | 25,76 | 27,01 | 32,31 | 60,85 | 69,99 | 75,08 |
| Malta | 34,19 | 24,96 | 32,90 | 3,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1271,55 | 0,00 | 0,00 | 78,23 | 0,00 | 0,00 | 97,46 |
| Roménia | 39,79 | 23,00 | 24,81 | 2,36 | 54,71 | 99,90 | 68,16 | 83,06 | 94,30 | 24,58 | 28,32 | 31,52 | nd | 63,47 | 68,19 |
| Eslováquia | 32,60 | 48,47 | 13,97 | 2,91 | 32,22 | 95,82 | 86,57 | 101,74 | 109,77 | 47,50 | 55,52 | 55,52 | 93,46 | 94,99 | 95,63 |

| | Situação socio-económica | | | | Diversidade económica e Qualidade de Vida | | | | | | | | |
|------------------|--------------------------|-------|-------|------------|---|--------|------------|------------------------------|-------|-------|------------------------|-------|-------|
| | Taxa de Desemprego (%) | | | % | Nº de camas (% e Total) | | | Peso dos serviços no VAB (%) | | | Taxa de migração (%) | | |
| | Nuts2 - 2005 | | | Nuts3 2004 | Nuts3 - 2005 | | | Nuts3 - 2004 | | | Nuts2 - 2004 (2003 RU) | | |
| PDR | PR | RUR | TOT | PAA | PR | RUR | TOT | PR | RUR | TOT | PR | RUR | TOT |
| R. Checa | 0,00 | 8,50 | 7,90 | 4,01 | 4,31 | 85,00 | 435993,00 | 43,51 | 52,13 | 58,08 | 0,00 | 1,31 | 1,82 |
| Suécia | 7,50 | 7,83 | 7,40 | 2,23 | 66,65 | 91,00 | 734851,00 | 63,71 | 65,99 | 70,64 | 2,74 | 2,32 | 2,82 |
| Dinamarca | 0,00 | 4,80 | 4,80 | 3,13 | 60,19 | 88,00 | 390764,00 | 68,28 | 70,96 | 73,21 | 0,00 | 0,92 | 0,92 |
| Finlândia | 10,04 | 8,40 | 8,32 | 5,98 | 76,35 | 85,00 | 202593,00 | 59,29 | 59,28 | 65,34 | 0,74 | 1,25 | 1,25 |
| Åland | nd | nd | nd | 6,02 | 100,00 | 100,00 | 7620,00 | 83,60 | 83,60 | 83,61 | 6,93 | 6,93 | 6,93 |
| Holanda | 0,00 | 4,70 | 4,70 | 3,30 | 1,23 | 36,00 | 1189734,00 | 66,90 | 64,58 | 74,00 | 0,00 | -0,32 | -0,61 |
| França Metr. | 7,79 | 8,72 | 8,84 | 3,56 | 28,33 | 87,00 | 4627714,00 | 68,37 | 71,80 | 76,12 | 4,81 | 3,23 | 1,69 |
| Martinicas | 0,00 | 0,00 | 18,70 | 6,21 | 0,00 | 0,00 | 11228,00 | 0,00 | 0,00 | 82,70 | 0,00 | 0,00 | 1,00 |
| Reunião | 0,00 | 0,00 | 30,10 | 4,72 | 0,00 | 0,00 | 8208,00 | 0,00 | 0,00 | 84,64 | 0,00 | 0,00 | 1,03 |
| Guiana | 24,80 | 24,80 | 24,80 | 5,49 | 100,00 | 100,00 | 2772,00 | 76,40 | 76,40 | 76,39 | -3,06 | -3,06 | -3,06 |
| Guadelupe | 0,00 | 25,90 | 25,90 | 5,11 | 0,00 | 100,00 | 15980,00 | 0,00 | 83,70 | 83,71 | 0,00 | -1,35 | -1,35 |
| Córsega | 10,90 | 10,90 | 10,91 | 4,08 | 44,75 | 100,00 | 112794,00 | 81,70 | 82,69 | 82,69 | 8,84 | 8,84 | 8,84 |
| Eslovénia | 6,50 | 6,50 | 6,50 | 10,39 | 40,63 | 100,00 | 64627,00 | 53,70 | 62,35 | 62,35 | 0,86 | 0,86 | 0,86 |
| Polónia | 17,20 | 17,58 | 17,70 | 19,23 | 46,51 | 86,00 | 569896,00 | 58,26 | 60,33 | 64,14 | -0,64 | 0,02 | -0,25 |
| Irlanda | 4,40 | 4,33 | 4,30 | 6,25 | 80,03 | 80,00 | 207127,00 | 53,26 | 53,26 | 60,63 | 15,95 | 11,78 | 11,71 |
| Inglaterra | 0,00 | 3,63 | 4,30 | 1,24 | 0,00 | 45,00 | 1448145,00 | 0,00 | 71,29 | 77,80 | 0,00 | 7,87 | 2,75 |
| Escócia | 3,70 | nd | 4,46 | 2,31 | 33,52 | 68,00 | 240012,00 | 66,08 | 70,10 | 74,29 | 9,14 | 3,58 | 3,40 |
| Gales | 0,00 | 4,48 | 4,48 | 2,43 | 25,02 | 87,00 | 500115,00 | 72,23 | 72,71 | 71,86 | 0,00 | 5,73 | 5,73 |
| Irlanda do Norte | 0,00 | 4,70 | 4,70 | 4,3 | 23 | 74 | 36860,00 | 60,20 | 62,19 | 71,54 | 0,00 | -0,15 | -0,15 |
| Bavaria | 6,50 | 7,48 | 5,95 | 2,42 | 56 | 83 | 675384,00 | 61,90 | 63,25 | 68,19 | 1,96 | 1,60 | 2,08 |
| N.-R. Westphalia | 0,00 | 0,00 | 11,10 | 1,16 | 9 | 26 | 328873,00 | 58,90 | 63,21 | 70,60 | 0,00 | 0,00 | 1,22 |
| Saxónia | 0,00 | 17,80 | 18,66 | 1,84 | 6 | 69 | 137503,00 | 65,36 | 66,59 | 70,02 | 0,00 | -4,32 | -2,31 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|-------|-------|-------|-------|----|-----|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Hessen | 0,00 | 9,16 | 9,11 | 1,30 | 18 | 40 | 236200,00 | 64,61 | 65,74 | 74,72 | 0,00 | 0,35 | 2,06 |
| Brand.+Berlin | 0,00 | 18,20 | 19,50 | 1,71 | 21 | 52 | 204875,00 | 68,96 | 69,22 | 77,97 | 0,00 | 0,38 | 0,46 |
| Hamburgo | 0,00 | 0,00 | 10,40 | 0,50 | 0 | 0 | 36470,00 | 0,00 | 0,00 | 82,24 | 0,00 | 0,00 | 1,30 |
| B. Sax.+Bremen | 0,00 | 10,46 | 10,85 | 3,19 | 37 | 82 | 368950,00 | 66,33 | 68,39 | 68,91 | 0,00 | 2,34 | 2,40 |
| Saarland | 0,00 | 0,00 | 9,41 | 0,77 | 0 | 16 | 19576,00 | 0,00 | 65,40 | 66,69 | 0,00 | 0,00 | -0,62 |
| B.-Württemberg | 6,50 | 7,42 | 6,41 | 1,57 | 3 | 54 | 199753,00 | 61,39 | 58,14 | 61,37 | 0,00 | 2,32 | 1,86 |
| Rhineland-P. | 0,00 | 17,20 | 8,85 | 1,97 | 36 | 82 | 234936,00 | 65,52 | 66,32 | 66,56 | 0,00 | 2,25 | 2,62 |
| Thuringia | 0,00 | 17,20 | 17,23 | 1,97 | 31 | 83 | 98209,00 | 58,03 | 62,31 | 66,99 | 0,00 | -4,18 | -4,18 |
| M.-W. Pomerania | 0,00 | 21,40 | 21,59 | 3,57 | 70 | 92 | 259264,00 | 72,38 | 73,10 | 77,42 | 0,00 | -4,91 | -4,91 |
| Schleswig-H. | 0,00 | 10,30 | 12,95 | 2,08 | 34 | 94 | 246013,00 | 80,88 | 75,24 | 75,97 | 0,00 | 3,99 | 3,99 |
| Saxony-Anhalt | 0,00 | 20,00 | 20,15 | 3,37 | 34 | 86 | 63577,00 | 68,20 | 65,61 | 70,38 | nd | nd | -7,11 |
| Bolzano | 0,00 | 2,70 | 2,70 | 6,66 | 0 | 100 | 215741,00 | 0,00 | 73,10 | 73,10 | 0,00 | 7,87 | 7,87 |
| Emilia Romana | 0,00 | 3,80 | 3,80 | 3,66 | 0 | 36 | 421652,00 | 0,00 | 65,71 | 63,62 | 0,00 | 18,90 | 18,90 |
| Veneto | 0,00 | 0,00 | 4,20 | 3,00 | 13 | 17 | 678112,00 | 59,80 | 62,85 | 63,04 | 0,00 | 0,00 | 11,08 |
| Lombardia | 0,00 | 0,00 | 4,10 | 1,66 | 10 | 15 | 282028,00 | 71,90 | 61,84 | 64,28 | 0,00 | 0,00 | 14,59 |
| Toscana | 0,00 | 5,30 | 5,30 | 3,10 | 34 | 63 | 462045,00 | 68,11 | 70,24 | 69,53 | 0,00 | 11,05 | 11,05 |
| Campania | 0,00 | 0,00 | 14,90 | 4,80 | 0 | 57 | 178117,00 | 0,00 | 71,93 | 77,72 | 0,00 | 0,00 | 1,65 |
| F. Venezia Giulia | 0,00 | 4,10 | 4,10 | 3,48 | 0 | 77 | 153089,00 | 0,00 | 66,45 | 71,04 | 0,00 | 8,60 | 8,60 |
| Liguria | 0,00 | 0,00 | 5,80 | 2,46 | 0 | 87 | 153965,00 | 0,00 | 77,60 | 80,94 | 0,00 | 0,00 | 14,72 |
| Calabria | 0,00 | 14,40 | 14,40 | 13,79 | 11 | 100 | 189878,00 | 65,60 | 76,88 | 76,88 | 0,00 | -1,78 | -1,78 |
| Piemonte | 0,00 | 4,70 | 4,70 | 3,61 | 0 | 58 | 163626,00 | 0,00 | 65,09 | 67,92 | 0,00 | 16,01 | 16,01 |
| Sardenha | 12,90 | 12,90 | 5,80 | 7,15 | 77 | 100 | 153965,00 | 74,04 | 74,07 | 74,07 | 4,41 | 4,41 | 14,72 |
| Umbria | 6,10 | 6,10 | 6,10 | 3,77 | 84 | 100 | 76809,00 | 69,40 | 68,96 | 68,96 | 14,55 | 14,55 | 14,55 |
| Abruzzo | 0,00 | 7,80 | 7,80 | 7,10 | 21 | 100 | 102663,00 | 73,30 | 65,84 | 65,84 | 0,00 | 11,90 | 11,90 |
| Lazio | 0,00 | 0,00 | 7,70 | 1,87 | 12 | 35 | 257508,00 | 74,92 | 72,41 | 83,79 | 0,00 | 0,00 | 11,88 |
| Marche | 0,00 | 4,70 | 4,70 | 4,65 | 0 | 100 | 225644,00 | 0,00 | 64,91 | 64,91 | 0,00 | 10,49 | 10,49 |
| Trento | 0,00 | 3,60 | 3,60 | 4,75 | 0 | 100 | 158457,00 | 0,00 | 70,20 | 70,17 | 0,00 | 11,57 | 11,57 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-----|-----|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Puglia | 0,00 | 14,60 | 14,60 | 8,61 | 48 | 54 | 202417,00 | 75,30 | 70,35 | 71,88 | 0,00 | 4,36 | 4,36 |
| Valle d'Aoste | 3,20 | 3,20 | 3,20 | 4,48 | 100 | 100 | 49838,00 | 73,70 | 73,70 | 73,70 | 6,76 | 6,76 | 6,76 |
| Sicília | 0,00 | 16,20 | 16,20 | 7,33 | 1 | 71 | 165473,00 | 73,20 | 75,85 | 77,04 | 0,00 | 0,56 | 0,56 |
| Basilicata | 12,30 | 12,30 | 12,30 | 11,34 | 100 | 100 | 29807,00 | 66,01 | 66,01 | 66,01 | -0,43 | -0,43 | -0,43 |
| Molise | 10,10 | 10,10 | 10,10 | 9,08 | 100 | 100 | 12817,00 | 69,43 | 69,43 | 69,43 | 3,90 | 3,90 | 3,90 |
| Lituânia | 0,00 | 8,30 | 8,30 | 15,78 | 21 | 71 | 31254,00 | 51,29 | 55,60 | 61,03 | 0,00 | -2,83 | -2,80 |
| Áustria | 4,30 | 4,28 | 5,20 | 12,41 | 73 | 94 | 926078,00 | 58,20 | 62,75 | 68,45 | 6,35 | 5,54 | 7,55 |
| Luxemburgo | 0,00 | 4,50 | 4,50 | 1,34 | 0 | 100 | 66499,00 | 0,00 | 82,24 | 82,24 | 0,00 | 3,37 | 3,37 |
| Hungria | 8,60 | 8,13 | 7,20 | 5,13 | 46 | 88 | 329290,00 | 60,22 | 58,52 | 64,92 | -0,54 | -0,34 | 1,80 |
| Flandres | 0,00 | 0,00 | 5,08 | 2,56 | 0 | 14 | 227013,00 | 0,00 | 67,83 | 70,01 | 0,00 | 0,00 | 3,70 |
| Valónia | 7,90 | 10,90 | 9,45 | 3,63 | 52 | 86 | 156073,00 | 75,66 | 74,33 | 73,99 | 4,64 | 4,43 | 3,85 |
| Chipre | 0,00 | 5,30 | 5,20 | 5,37 | 0 | 100 | 95392,00 | 0,00 | 77,29 | 77,29 | 0,00 | 21,25 | 21,26 |
| Andalucía | 0,00 | 13,80 | 13,80 | 9,33 | 4 | 58 | 409735,00 | 61,70 | 66,17 | 68,41 | 0,00 | 12,01 | 12,01 |
| Aragão | 0,00 | 0,00 | 5,80 | 7,75 | 1 | 1 | 75138,00 | 52,80 | 52,80 | 59,66 | 0,00 | 0,00 | 13,17 |
| Canárias | 0,00 | 11,70 | 11,70 | 2,57 | 0 | 100 | 443947,00 | 0,00 | 80,54 | 80,54 | 0,00 | 19,69 | 19,69 |
| Cantábria | 0,00 | 0,00 | 8,50 | 6,60 | 0 | 100 | 68239,00 | 0,00 | 62,70 | 62,70 | 0,00 | 0,00 | 11,06 |
| Castilla-Mancha | 9,20 | 9,20 | 9,20 | 15,00 | 87 | 100 | 51101,00 | 55,64 | 55,57 | 55,57 | 17,76 | 17,76 | 17,76 |
| Castilla e Leão | 0,00 | 8,70 | 8,70 | 10,91 | 41 | 100 | 119376,00 | 59,08 | 59,99 | 59,99 | 0,00 | 5,89 | 5,89 |
| Catalunha | 0,00 | 0,00 | 7,00 | 2,50 | 6 | 75 | 709692,00 | 63,60 | 63,54 | 65,20 | 0,00 | 0,00 | 19,00 |
| Madrid | 0,00 | 0,00 | 6,80 | 0,46 | 0 | 0 | 113935,00 | 0,00 | 0,00 | 76,73 | 0,00 | 0,00 | 15,05 |
| Navarra | 0,00 | 0,00 | 5,60 | 5,41 | 0 | 100 | 26115,00 | 0,00 | 57,20 | 57,15 | 0,00 | 0,00 | 10,88 |
| Valencia | 0,00 | 0,00 | 8,80 | 3,55 | 0 | 60 | 302565,00 | 0,00 | 64,76 | 66,01 | 0,00 | 0,00 | 24,01 |
| Extremadura | 15,80 | 15,80 | 15,80 | 15,37 | 100 | 100 | 31378,00 | 63,61 | 63,61 | 63,61 | 2,95 | 2,95 | 2,95 |
| Galicia | 0,00 | 9,90 | 9,90 | 8,35 | 20 | 100 | 118605,00 | 61,50 | 62,02 | 62,02 | 0,00 | 5,14 | 5,14 |
| Ilhas Baleares | 0,00 | 0,00 | 7,20 | 2,19 | 0 | 100 | 433151,00 | 0,00 | 81,20 | 81,15 | 0,00 | 0,00 | 23,73 |
| Rioja | 0,00 | 0,00 | 6,20 | 11,45 | 0 | 100 | 13577,00 | 0,00 | 54,20 | 54,20 | 0,00 | 0,00 | 19,78 |
| País Basco | 0,00 | 0,00 | 7,30 | 2,53 | 0 | 12 | 35981,00 | 0,00 | 53,10 | 60,01 | 0,00 | 0,00 | 3,64 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|------------|-------|-------|-------|-------|----|-----|-----------|-------|-------|-------|------|-------|-------|
| Astúrias | 0,00 | 0,00 | 10,20 | 4,24 | 0 | 100 | 64814,00 | 0,00 | 61,90 | 61,92 | 0,00 | 0,00 | 4,22 |
| Murcia | 0,00 | 0,00 | 8,00 | 9,89 | 0 | 100 | 44527,00 | 0,00 | 64,40 | 64,37 | 0,00 | 0,00 | 21,04 |
| Portugal | 9,10 | 7,45 | 7,48 | 12,82 | 17 | 69 | 407194,00 | 64,13 | 65,10 | 71,42 | 3,95 | 4,37 | 4,56 |
| Açores | nd | nd | nd | 12,23 | 0 | 100 | 8605,00 | 0,00 | 72,50 | 72,49 | 0,00 | 2,83 | 2,83 |
| Madeira | 0,00 | 0,00 | 4,50 | 8,33 | 0 | 0 | 30671,00 | 0,00 | 0,00 | 81,85 | 0,00 | 0,00 | 3,61 |
| Grécia | 10,30 | 10,45 | 9,80 | 12,22 | 58 | 92 | 777610,00 | nd | nd | 73,07 | 2,41 | 1,78 | 3,74 |
| Estónia | 0,00 | 0,00 | 7,90 | 5,74 | 6 | 92 | 38088,00 | 51,62 | 69,83 | 68,06 | 0,00 | 0,00 | 0,10 |
| Letónia | 0,00 | 0,00 | 8,90 | 12,02 | 44 | 62 | 24045,00 | 57,73 | 61,49 | 73,32 | 0,00 | 0,00 | -0,47 |
| Bulgária | 12,50 | nd | 10,10 | 23,30 | 9 | 95 | 221144,00 | 50,75 | 53,34 | 59,78 | nd | nd | 0,00 |
| Malta | 0,00 | 0,00 | 7,30 | 2,54 | 0 | 0 | 38016,00 | 0,00 | 0,00 | 73,95 | 0,00 | 0,00 | 4,79 |
| Roménia | 0,00 | 7,20 | 7,20 | 32,99 | 24 | 97 | 283194,00 | 45,24 | 47,40 | 51,59 | 0,00 | -0,82 | -0,47 |
| Eslováquia | 0,00 | 17,80 | 16,30 | 4,38 | 19 | 88 | 160195,00 | 54,84 | 54,90 | 60,17 | 0,00 | 0,28 | 0,53 |

| | Ambiente | | | | | Indicadores Económicos Sectoriais | | | | |
|------------------|------------|---------------|-------|-------|-------|-----------------------------------|-------|-------|-------|--------|
| | ton/ha/ano | % | | | | há | % | | | UDE |
| | Nuts3 2004 | Nuts 3 - 2000 | | | | Nuts 3 - 2005 | | | | |
| PDR | ERO | AA | AF | nd | AFN | DIM | <5 | 5<50 | >50 | UDE |
| República Checa | 1,31 | 57,78 | 32,41 | 3,02 | 35,42 | 84,21 | 53,00 | 31,90 | 15,20 | 36,30 |
| Suécia | nd | 8,95 | 57,43 | 25,75 | 83,18 | 42,11 | 14,80 | 60,40 | 24,80 | 21,50 |
| Dinamarca | 2,29 | 77,60 | 8,98 | 5,11 | 14,08 | 53,65 | 3,10 | 63,70 | 33,20 | 72,90 |
| Finlândia | nd | 8,84 | 59,34 | 22,83 | 82,17 | 32,13 | 9,20 | 72,07 | 18,83 | 25,11 |
| Åland | nd | 0,67 | 54,27 | 40,18 | 69,00 | 22,45 | 15,90 | 74,10 | 10,00 | 21,30 |
| Holanda | 0,08 | 71,37 | 8,90 | 3,53 | 12,43 | 23,93 | 28,90 | 58,10 | 13,10 | 102,60 |
| França Metr. | 1,48 | 60,80 | 26,38 | 7,07 | 33,45 | 50,32 | 24,21 | 39,23 | 36,57 | 51,79 |
| Martinicas | nd | nd | nd | nd | nd | 3,74 | 80,80 | 18,80 | 0,40 | 9,10 |
| Reunião | nd | nd | nd | nd | nd | 12,49 | 68,10 | 29,00 | 2,90 | 24,90 |
| Guiana | nd | nd | nd | nd | nd | 6,93 | 73,50 | 24,30 | 2,20 | 29,00 |
| Guadelupe | nd | 12,43 | 23,74 | 61,35 | 85,09 | 64,51 | 10,76 | 44,10 | 44,90 | 44,50 |
| Córsega | 6,06 | 11,67 | 28,97 | 57,08 | 86,05 | 59,50 | 9,43 | 41,13 | 42,64 | 34,04 |
| Eslovénia | 0,87 | 34,98 | 56,09 | 5,86 | 61,94 | 6,29 | 59,40 | 40,20 | 0,40 | 4,60 |
| Polónia | 0,67 | 64,39 | 29,48 | 1,36 | 30,84 | 5,96 | 70,70 | 28,50 | 0,80 | 3,30 |
| Irlanda | 0,11 | 67,26 | 4,19 | 24,15 | 28,35 | 31,80 | 7,00 | 75,20 | 17,80 | 19,20 |
| Inglaterra | 0,38 | 74,70 | 6,00 | 7,40 | 13,40 | 44,48 | 44,09 | 32,09 | 23,78 | 40,83 |
| Escócia | 0,40 | 32,43 | 9,67 | 49,48 | 59,16 | 180,36 | 18,00 | 32,57 | 49,63 | 47,09 |
| Gales | 0,06 | 56,66 | 9,61 | 28,22 | 37,83 | 37,57 | 36,35 | 40,09 | 23,48 | 19,57 |
| Irlanda do Norte | 0,25 | 72,93 | 4,33 | 17,42 | 21,75 | 37,46 | 8,35 | 68,76 | 22,89 | 22,40 |
| Bavaria | 0,89 | 56,80 | 34,37 | 2,54 | 36,91 | 25,74 | 16,87 | 70,13 | 12,98 | 29,35 |
| N.-R. Westphalia | 1,35 | 60,10 | 23,09 | 0,63 | 23,72 | 30,25 | 25,29 | 52,78 | 20,68 | 50,47 |
| Saxónia | 1,34 | 60,50 | 24,94 | 2,47 | 27,41 | 117,29 | 30,21 | 27,12 | 27,12 | 116,67 |
| Hessen | 0,79 | 49,60 | 40,61 | 0,86 | 41,47 | 32,84 | 21,31 | 57,73 | 21,01 | 31,76 |

| | | | | | | | | | | |
|-------------------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|--------|
| Brand.+Berlin | 0,42 | 52,46 | 34,55 | 2,33 | 36,87 | 200,48 | 22,59 | 23,92 | 40,42 | 136,77 |
| Hamburgo | 0,28 | 30,27 | 5,30 | 1,42 | 6,72 | 13,45 | 66,02 | 5,83 | 6,80 | 85,40 |
| B. Sax.+Bremen | 0,92 | 69,32 | 20,25 | 2,34 | 22,59 | 49,14 | 14,57 | 40,38 | 36,93 | 67,56 |
| Saarland | 0,75 | 50,08 | 34,66 | 0,40 | 35,06 | 48,71 | 22,64 | 38,36 | 33,33 | 34,50 |
| B.-Württemberg | 1,04 | 52,06 | 37,27 | 1,67 | 38,95 | 24,39 | 31,22 | 51,47 | 14,67 | 30,16 |
| Rhineland-P. | 1,13 | 50,88 | 40,43 | 1,07 | 41,50 | 27,11 | 38,02 | 41,13 | 17,62 | 40,52 |
| Thuringia | 0,63 | 59,10 | 33,15 | 0,93 | 34,08 | 154,63 | 34,43 | 32,50 | 28,05 | 133,40 |
| M.-W. Pomerania | 0,51 | 69,79 | 21,54 | 1,35 | 22,89 | 263,52 | 15,23 | 20,51 | 52,34 | 196,10 |
| Schleswig-H. | 0,74 | 79,30 | 8,58 | 2,10 | 10,68 | 56,69 | 18,32 | 39,18 | 42,50 | 70,70 |
| Saxony-Anhalt | nd | nd | nd | nd | nd | 245,70 | 20,34 | 22,85 | 53,04 | 205,73 |
| Bolzano | 0,04 | 87,27 | 3,93 | 0,78 | 4,70 | 16,81 | 36,00 | 56,70 | 7,25 | 72,80 |
| Emilia Romana | 2,37 | 18,12 | 53,21 | 6,91 | 60,12 | nd | nd | nd | nd | nd |
| Veneto | 2,16 | 13,11 | 54,92 | 28,81 | 83,72 | nd | 89,60 | 9,40 | 1,00 | 10,30 |
| Lombardia | 2,41 | 18,26 | 65,80 | 10,03 | 75,83 | nd | 92,00 | nd | nd | nd |
| Toscana | 5,08 | 82,27 | 3,24 | 2,74 | 5,98 | 5,60 | 77,70 | nd | nd | 12,20 |
| Campania | 6,28 | 77,72 | 14,91 | 5,92 | 20,30 | 8,43 | 55,30 | 43,10 | 1,57 | 7,50 |
| F. Venezia Giulia | 3,61 | 81,19 | 0,31 | 0,65 | 0,96 | 12,37 | 40,90 | 57,30 | 1,88 | 26,90 |
| Liguria | 1,49 | 7,99 | 24,02 | 66,44 | 90,46 | 14,71 | 78,40 | 16,70 | 4,90 | 4,00 |
| Calabria | 3,20 | 74,08 | 17,42 | 6,89 | 24,31 | 11,01 | 62,80 | 32,50 | 4,70 | 12,60 |
| Piemonte | 1,62 | nd | nd | nd | nd | 6,01 | 63,30 | 35,60 | 1,10 | 22,00 |
| Sardenha | 1,14 | 43,55 | 16,14 | 36,60 | 52,74 | 15,47 | 59,30 | 33,00 | 7,70 | 12,30 |
| Umbria | 12,58 | 53,38 | 33,89 | 10,31 | 44,20 | 14,44 | 44,20 | 50,40 | 5,36 | 14,30 |
| Abruzzo | 2,46 | 49,16 | 30,80 | 16,62 | 47,42 | 3,29 | 88,70 | nd | nd | 3,60 |
| Lazio | 8,16 | 64,24 | 21,29 | 10,64 | 31,92 | 7,20 | 69,10 | 29,20 | 1,68 | 10,00 |
| Marche | 5,14 | 49,73 | 39,00 | 7,80 | 46,80 | 6,29 | 76,50 | 21,50 | 1,97 | 6,20 |
| Trento | 0,11 | 14,53 | 41,75 | 41,92 | 83,67 | 12,39 | 61,40 | 35,40 | 3,20 | 16,50 |
| Puglia | 0,73 | 42,07 | 38,78 | 15,69 | 54,46 | 3,66 | 87,70 | 11,60 | 0,70 | 11,70 |
| Valle d'Aoste | 0,13 | 67,84 | 25,17 | 2,73 | 27,89 | 9,72 | 58,30 | 37,70 | 4,02 | 14,00 |
| Sicilia | 1,81 | 49,00 | 31,33 | 16,26 | 47,59 | 3,48 | 85,40 | nd | nd | 9,30 |

| | | | | | | | | | | |
|-----------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Basilicata | 1,29 | 89,59 | 1,09 | 0,63 | 1,71 | 2,39 | 92,20 | 7,40 | 0,40 | 4,60 |
| Molise | 4,64 | 66,69 | 18,68 | 11,38 | 30,06 | 3,94 | 79,50 | nd | nd | 7,70 |
| Lituânia | 0,33 | 61,70 | 28,71 | 4,36 | 33,07 | 11,04 | 51,40 | 46,30 | 2,30 | 2,20 |
| Áustria | 0,46 | 32,72 | 44,77 | 17,55 | 62,33 | 19,14 | 32,20 | 61,50 | 6,40 | 14,80 |
| Luxemburgo | 0,54 | 54,92 | 35,04 | 1,02 | 36,06 | 52,73 | 20,90 | 33,60 | 45,50 | 46,50 |
| Hungria | 0,41 | 68,22 | 18,81 | 5,95 | 24,75 | 5,97 | 89,70 | 8,70 | 1,60 | 2,70 |
| Flandres | 0,81 | 63,15 | 7,65 | 1,55 | 9,20 | 18,30 | 32,65 | 60,02 | 7,59 | 66,45 |
| Valónia | 1,43 | 55,32 | 28,41 | 0,79 | 29,20 | 44,13 | 15,48 | 51,70 | 33,19 | 63,85 |
| Chipre | nd | 47,92 | 16,95 | 27,32 | 44,27 | 3,35 | 87,30 | 11,90 | 0,80 | 6,60 |
| Andalucía | 5,51 | 58,31 | 19,19 | 16,38 | 35,58 | 15,20 | 52,30 | 40,70 | 7,00 | 13,00 |
| Aragão | 1,62 | 42,19 | 28,91 | 27,50 | 56,41 | 20,55 | 49,10 | 44,90 | 6,00 | 18,60 |
| Canárias | nd | 42,43 | 5,67 | 0,00 | 5,67 | 4,95 | 50,00 | 50,00 | 0,00 | 12,30 |
| Cantábria | 0,56 | 28,05 | 31,80 | 38,12 | 69,92 | 12,71 | 51,60 | 46,60 | 1,81 | 6,50 |
| Castilla-Mancha | 1,66 | 59,01 | 16,66 | 22,61 | 39,27 | 40,88 | nd | 51,40 | nd | 19,40 |
| Castilla e Leão | 1,60 | 38,42 | 10,03 | 39,57 | 49,60 | 38,75 | 47,20 | 36,90 | 15,90 | 18,00 |
| Catalunha | 2,24 | 42,97 | 10,07 | 45,06 | 55,13 | 30,55 | 59,90 | 30,70 | 9,40 | 12,30 |
| Madrid | 0,83 | 62,49 | 12,16 | 23,37 | 35,52 | 40,16 | 35,49 | 44,40 | 20,10 | 23,50 |
| Navarra | 1,55 | 25,33 | 42,58 | 26,98 | 69,55 | 5,85 | 73,60 | nd | nd | 5,50 |
| Valencia | 0,37 | 52,90 | 19,22 | 22,72 | 41,94 | 8,51 | 61,30 | 37,20 | 1,49 | 13,70 |
| Extremadura | 4,52 | 70,62 | 8,49 | 18,75 | 27,24 | 28,91 | 36,69 | 51,20 | 12,10 | 16,90 |
| Galícia | 0,30 | 31,30 | 7,74 | 59,06 | 66,80 | 5,14 | 81,50 | 16,50 | 2,00 | 5,20 |
| Ilhas Baleares | 0,82 | 45,65 | 15,31 | 35,00 | 50,31 | 4,18 | 82,00 | 17,40 | 0,60 | 12,00 |
| Rioja | 0,90 | 46,59 | 32,09 | 20,12 | 52,21 | 33,10 | 43,00 | 42,60 | 14,40 | 21,70 |
| País Basco | 2,59 | 28,59 | 32,10 | 35,53 | 67,63 | 22,62 | 41,60 | 54,30 | 4,10 | 12,40 |
| Astúrias | 0,50 | 33,30 | 33,83 | 29,07 | 62,90 | 4,66 | 78,60 | 20,90 | 0,50 | 8,90 |
| Murcia | 2,09 | 73,97 | 6,61 | 15,74 | 22,35 | 29,97 | 41,11 | 48,10 | 10,80 | 36,90 |
| Portugal | 4,59 | 47,84 | 27,33 | 20,75 | 48,09 | 11,76 | 75,93 | 16,07 | 4,63 | 6,22 |

| | | | | | | | | | | |
|------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|-------|
| Açores | nd | 48,31 | 41,07 | 7,23 | 48,31 | 18,03 | 66,40 | 28,10 | 5,60 | 15,40 |
| Madeira | nd | nd | nd | nd | nd | 8,03 | 69,10 | 28,70 | 2,30 | 13,90 |
| Grécia | 5,77 | 40,25 | 17,94 | 38,54 | 56,48 | 4,78 | 76,30 | 22,80 | 0,80 | 6,60 |
| Estónia | 0,16 | 40,25 | 17,94 | 38,54 | 56,48 | 29,87 | 45,30 | 46,60 | 8,20 | 4,90 |
| Letónia | 0,11 | 43,91 | 41,86 | 11,06 | 52,92 | 13,23 | 47,30 | 49,30 | 3,40 | 2,10 |
| Bulgária | 0,56 | 51,67 | 31,48 | 11,13 | 42,61 | 5,11 | 95,60 | 3,40 | 1,00 | 1,70 |
| Malta | nd | 49,05 | 0,86 | 21,30 | 22,16 | 0,93 | 97,90 | 2,10 | 0,00 | 4,70 |
| Roménia | 0,44 | 56,61 | 29,31 | 6,15 | 35,47 | 3,27 | 90,90 | 8,70 | 0,30 | 1,10 |
| Eslováquia | 1,29 | 49,73 | 39,40 | 4,64 | 44,04 | 27,44 | 90,00 | 6,20 | 3,80 | 7,60 |

Anexo IV – Médias regionais

| Região Europeia | Situação sócio-económica | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------|--------------------------|------|-------|--------|-------|--------|---------|-------|--------|---------|------|--------|---------|------|------|
| | PR | RUR | DP PR | DP RUR | DP | PIB PR | PIB RUR | PIB | EMP PR | EMP RUR | EMP | DES PR | DES RUR | DES | PAA |
| Norte | 71,5 | 90,9 | 34,3 | 74,8 | 118,9 | 108,6 | 106,8 | 119,4 | 92,6 | 94,4 | 96,3 | 6,4 | 5,5 | 5,4 | 3,8 |
| Centro | 40,6 | 77,0 | 79,9 | 129,4 | 313,0 | 85,0 | 100,8 | 111,1 | 93,4 | 95,1 | 96,7 | 7,9 | 13,2 | 13,2 | 3,2 |
| Sul | 55,7 | 85,3 | 53,1 | 102,0 | 193,1 | 88,3 | 98,9 | 100,9 | - | - | 93,6 | 9,9 | 8,4 | 7,9 | 6,5 |
| Leste | 42,9 | 96,7 | 58,8 | 74,7 | 85,9 | 40,8 | 47,0 | 53,2 | 81,4 | 83,8 | 86,8 | 4,5 | 8,2 | 9,8 | 13,3 |

| Região Europeia | Diversificação económica e Qualidade de Vida | | | | | | | | |
|-----------------|--|---------|-----------|--------|---------|-------|--------|---------|-------|
| | TUR PR | TUR RUR | TUR | SER PR | SER RUR | SER | MIG PR | MIG RUR | MIG |
| Norte | 58,13 | 79,78 | 418676,33 | 65,83 | 67,71 | 72,10 | 7,10 | 4,47 | 3,93 |
| Centro | 36,31 | 71,64 | 418147,04 | 67,76 | 69,49 | 74,12 | 3,47 | 1,14 | 0,99 |
| Sul | 42,94 | 78,95 | 198932,16 | 66,51 | 67,05 | 69,16 | 6,25 | 8,44 | 10,52 |
| Leste | 26,09 | 86,40 | 215772,60 | 52,72 | 57,59 | 62,34 | -0,04 | -0,17 | 0,11 |

| Região Europeia | Ambiente | | | | | Sectorial | | | | |
|-----------------|----------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | < 5 | 5<50 | > 50 | UDE |
| Norte | 0,58 | 44,45 | 23,76 | 24,50 | 45,44 | 53,56 | 17,42 | 57,66 | 24,93 | 32,21 |
| Centro | 1,08 | 52,51 | 26,79 | 8,10 | 34,89 | 65,83 | 30,96 | 39,41 | 25,71 | 68,67 |
| Sul | 2,68 | 49,17 | 23,15 | 21,20 | 44,34 | 13,43 | 65,62 | 33,00 | 4,66 | 14,02 |
| Leste | 0,62 | 52,92 | 32,55 | 9,21 | 41,75 | 19,24 | 69,33 | 26,98 | 3,70 | 6,65 |

Anexo V - Correlações lineares das características e opções de investimento

1. Caracterização das zonas rurais europeias e opções de investimento

Total dos PDR

| | Situação socio-económica | | | | Diversificação | | | Ambiente | | | | | Sectorial | | | | |
|--------|--------------------------|------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|--------|-------|-------|
| | PIB | EMP | DES | PAA | TUR | SER | MIG | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | < 5 | 5 < 50 | > 50 | UDE |
| DP | 0,33 | 0,32 | -0,08 | -0,31 | -0,03 | 0,30 | -0,05 | 0,05 | -0,03 | -0,14 | -0,08 | -0,21 | -0,05 | 0,09 | -0,19 | -0,08 | 0,15 |
| PIB | 1,00 | 0,57 | -0,14 | -0,57 | 0,13 | 0,21 | 0,28 | -0,13 | -0,18 | -0,05 | -0,13 | -0,08 | 0,08 | -0,32 | 0,29 | 0,17 | 0,23 |
| EMP | | 1,00 | -0,11 | -0,99 | 0,09 | 0,42 | 0,14 | 0,06 | -0,07 | 0,01 | 0,04 | 0,01 | 0,27 | -0,35 | 0,16 | 0,15 | 0,34 |
| DES | | | 1,00 | 0,11 | -0,12 | 0,25 | -0,19 | 0,47 | -0,08 | 0,21 | 0,11 | 0,14 | 0,06 | -0,07 | -0,04 | -0,06 | 0,06 |
| PAA | | | | 1,00 | -0,09 | -0,42 | -0,12 | -0,05 | 0,05 | -0,01 | -0,03 | 0,00 | -0,29 | 0,36 | -0,15 | -0,16 | -0,36 |
| TUR | | | | | 1,00 | 0,08 | -0,03 | -0,12 | 0,01 | -0,10 | -0,16 | -0,14 | 0,04 | -0,13 | 0,01 | 0,03 | 0,08 |
| SER | | | | | | 1,00 | -0,10 | 0,39 | 0,14 | 0,07 | 0,24 | 0,05 | 0,07 | -0,22 | -0,12 | -0,06 | 0,17 |
| MIG | | | | | | | 1,00 | -0,10 | -0,24 | -0,16 | 0,07 | 0,07 | -0,27 | 0,28 | 0,17 | 0,05 | -0,30 |
| ERO | | | | | | | | 1,00 | 0,04 | 0,48 | 0,50 | 0,43 | -0,01 | -0,01 | -0,10 | -0,12 | 0,00 |
| AA | | | | | | | | | 1,00 | 0,11 | 0,11 | -0,29 | 0,00 | -0,01 | -0,13 | -0,09 | 0,17 |
| AF | | | | | | | | | | 1,00 | 0,62 | 0,79 | 0,11 | 0,12 | -0,03 | 0,00 | 0,10 |
| AN | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,82 | 0,01 | 0,12 | -0,19 | -0,12 | -0,08 |
| AFN | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,06 | 0,14 | -0,07 | -0,02 | -0,11 |
| DIM | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,40 | -0,05 | 0,35 | 0,84 |
| < 5 | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,23 | 0,01 | -0,43 |
| 5 < 50 | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,67 | 0,03 |
| > 50 | | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,33 |

N=88

Total dos PDR rurais

| | Situação socio-económica | | | | | Diversificação | | | Ambiente | | | | | Sectoriais | | | | |
|------|--------------------------|-------|-------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|-------|------------|-------|-------|-------|-------|
| | DP | PIB | EMP | DES | PAA | TUR | SER | MIG | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | <5 | 5<50 | >50 | UDE |
| RUR | -0,41 | -0,16 | -0,23 | 0,12 | 0,35 | 0,84 | 0,08 | 0,10 | 0,23 | 0,12 | -0,05 | 0,06 | -0,02 | 0,00 | -0,01 | -0,11 | -0,03 | -0,09 |
| DP | 1,00 | 0,15 | 0,38 | 0,00 | -0,38 | -0,28 | 0,23 | -0,05 | -0,06 | 0,01 | -0,15 | -0,21 | -0,21 | 0,05 | -0,02 | 0,06 | 0,14 | 0,14 |
| PIB | | 1,00 | 0,44 | -0,18 | -0,46 | -0,11 | 0,15 | -0,04 | -0,01 | -0,12 | 0,06 | 0,01 | 0,05 | 0,00 | -0,25 | 0,32 | 0,11 | 0,08 |
| EMP | | | 1,00 | -0,23 | -0,82 | -0,13 | 0,36 | -0,18 | 0,04 | 0,02 | 0,04 | 0,05 | 0,01 | 0,12 | -0,11 | 0,25 | 0,25 | 0,19 |
| DES | | | | 1,00 | 0,19 | 0,12 | 0,10 | 0,29 | 0,32 | -0,23 | 0,12 | 0,15 | 0,19 | 0,17 | -0,01 | -0,16 | -0,05 | -0,01 |
| PAA | | | | | 1,00 | 0,32 | -0,30 | 0,16 | -0,06 | 0,05 | -0,05 | -0,05 | -0,03 | -0,31 | 0,39 | -0,20 | -0,18 | -0,36 |
| TUR | | | | | | 1,00 | 0,24 | 0,07 | 0,23 | 0,04 | -0,10 | 0,15 | 0,03 | -0,13 | 0,03 | -0,18 | -0,08 | -0,17 |
| SER | | | | | | | 1,00 | 0,13 | 0,29 | -0,07 | -0,08 | 0,18 | 0,04 | 0,01 | -0,11 | -0,01 | 0,08 | 0,08 |
| MIG | | | | | | | | 1,00 | 0,21 | 0,12 | 0,28 | 0,31 | 0,23 | 0,17 | 0,14 | -0,13 | 0,07 | 0,18 |
| ERO | | | | | | | | | 1,00 | -0,18 | 0,39 | 0,36 | 0,36 | 0,07 | -0,14 | 0,01 | -0,04 | 0,07 |
| AA | | | | | | | | | | 1,00 | -0,14 | -0,14 | -0,56 | 0,03 | -0,05 | -0,08 | -0,01 | 0,23 |
| AF | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,45 | 0,73 | 0,20 | 0,08 | -0,01 | 0,04 | 0,19 |
| AN | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,78 | 0,08 | 0,05 | -0,18 | -0,08 | -0,03 |
| AFN | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,11 | 0,12 | -0,10 | -0,02 | -0,07 |
| DIM | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,38 | -0,08 | 0,37 | 0,86 |
| < 5 | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,22 | 0,02 | -0,43 |
| 5<50 | | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,63 | 0,06 |
| >50 | | | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,37 |

N=82 (Nuts3); N=62 (Nuts2)

Total dos PDR predominantemente rurais

| | Situação socio-económica | | | | | Diversificação | | | Ambiente | | | | | Sectorial | | | | |
|------|--------------------------|------|-------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | DP | PIB | EMP | DES | PAA | TUR | SER | MIG | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | <5 | 5<50 | >50 | UDE |
| PR | -0,46 | 0,14 | -0,05 | 0,28 | 0,21 | 0,86 | 0,17 | -0,24 | 0,47 | 0,07 | 0,18 | 0,35 | 0,22 | 0,00 | -0,05 | 0,03 | -0,02 | -0,03 |
| DP | 1,00 | 0,06 | 0,34 | -0,29 | -0,21 | -0,32 | -0,03 | -0,05 | -0,30 | 0,36 | -0,05 | -0,45 | -0,43 | 0,06 | -0,05 | -0,01 | 0,02 | 0,30 |
| PIB | | 1,00 | 0,44 | 0,34 | -0,58 | 0,17 | 0,29 | -0,30 | 0,23 | -0,18 | 0,04 | 0,09 | 0,09 | 0,11 | -0,37 | 0,42 | 0,18 | 0,15 |
| EMP | | | 1,00 | 0,05 | -0,49 | 0,12 | 0,29 | -0,53 | 0,12 | 0,09 | 0,09 | -0,07 | -0,05 | 0,14 | -0,08 | 0,25 | 0,31 | 0,21 |
| DES | | | | 1,00 | 0,02 | 0,30 | 0,35 | -0,02 | 0,53 | -0,31 | 0,30 | 0,29 | 0,24 | -0,11 | -0,11 | 0,17 | -0,11 | -0,03 |
| PAA | | | | | 1,00 | 0,11 | -0,34 | 0,52 | -0,12 | 0,03 | -0,09 | -0,04 | -0,05 | -0,37 | 0,48 | -0,25 | -0,23 | -0,42 |
| TUR | | | | | | 1,00 | 0,29 | -0,31 | 0,36 | 0,08 | 0,08 | 0,16 | 0,06 | -0,10 | -0,09 | 0,12 | 0,01 | -0,09 |
| SER | | | | | | | 1,00 | -0,31 | 0,19 | -0,02 | 0,03 | 0,23 | 0,10 | 0,05 | -0,10 | 0,13 | 0,23 | 0,17 |
| MIG | | | | | | | | 1,00 | -0,16 | -0,03 | -0,10 | -0,09 | -0,07 | -0,04 | 0,26 | -0,26 | -0,02 | -0,19 |
| ERO | | | | | | | | | 1,00 | -0,14 | 0,68 | 0,56 | 0,61 | 0,13 | -0,22 | 0,10 | -0,02 | 0,16 |
| AA | | | | | | | | | | 1,00 | -0,18 | -0,09 | -0,56 | 0,07 | 0,03 | -0,12 | 0,07 | 0,27 |
| AF | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,41 | 0,75 | 0,22 | 0,01 | -0,02 | -0,02 | 0,24 |
| AN | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,75 | 0,16 | 0,00 | -0,14 | -0,03 | 0,05 |
| AFN | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,14 | 0,04 | -0,05 | -0,05 | -0,01 |
| DIM | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,40 | -0,18 | 0,28 | 0,87 |
| < 5 | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,22 | 0,06 | -0,46 |
| 5<50 | | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,64 | -0,06 |
| >50 | | | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,30 |

N=58 (PDR PR Nuts3); N=25 (PDR PR Nuts2)

| Situação sócio-económica | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|-------|-------|----------|-----------|-------|-----------|------------|-------|-----------|------------|-------|-----------|------------|-------|-------|
| | PR | RUR | DP PR | DP RUR | DP | PIB PR | PIB RUR | PIB | EMP PR | EMP RUR | EMP | DES PR | DES RUR | DES | PAA |
| E1 | -0,15 | -0,08 | -0,05 | 0,19 | 0,1 | -0,41 | -0,14 | -0,23 | -0,2 | -0,12 | -0,14 | -0,09 | -0,01 | 0,03 | 0,14 |
| E2 | 0,16 | 0,15 | -0,12 | -0,2 | -0,22 | 0,5 | 0,34 | 0,35 | 0,14 | 0,17 | 0,13 | 0,11 | -0,01 | -0,01 | -0,12 |
| E3 | -0,08 | -0,02 | 0,3 | 0,08 | 0,26 | -0,34 | -0,3 | -0,18 | 0,03 | -0,1 | 0,04 | -0,05 | 0,08 | 0,01 | -0,07 |
| E4 | -0,02 | -0,28 | -0,08 | -0,03 | -0,06 | 0,26 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,12 | 0,12 | -0,16 | -0,16 | -0,13 | -0,11 |

N=58 (PR); N=82 (RUR); N=25 (PR Nuts2); N=62 (RUR Nuts2); N=88 (Total)

| | Diversificação económica e Qualidade de Vida | | | | | | | | |
|----|--|---------|-------|--------|---------|-------|--------|---------|-------|
| | TUR PR | TUR RUR | TUR | SER PR | SER RUR | SER | MIG PR | MIG RUR | MIG |
| E1 | -0,22 | -0,01 | -0,15 | -0,01 | 0,04 | 0,06 | 0,06 | 0,05 | 0,25 |
| E2 | 0,27 | 0,09 | 0,19 | -0,01 | 0,00 | -0,07 | -0,21 | -0,16 | 0,03 |
| E3 | -0,14 | -0,08 | -0,04 | 0,03 | -0,03 | 0,05 | 0,30 | 0,20 | -0,49 |
| E4 | -0,02 | -0,14 | -0,09 | 0,06 | -0,04 | -0,03 | -0,23 | -0,14 | 0,16 |

N=58 (PR); N=82 (RUR); N=25 (PR Nuts2); N=62 (RUR Nuts2); N=88 (Total)

| | Ambiente | | | | | Indicadores Económicos Sectoriais | | | | |
|----|----------|-------|-------|-------|-------|-----------------------------------|-------|--------|-------|-------|
| | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | < 5 | 5 < 50 | > 50 | UDE |
| E1 | 0,18 | 0,06 | 0,14 | 0,31 | 0,22 | -0,28 | 0,42 | -0,12 | -0,07 | -0,22 |
| E2 | -0,14 | -0,18 | -0,13 | -0,25 | -0,11 | 0,04 | -0,36 | 0,28 | 0,07 | -0,06 |
| E3 | 0,02 | 0,21 | 0,03 | -0,14 | -0,19 | 0,44 | -0,09 | -0,26 | 0,05 | 0,54 |
| E4 | -0,17 | 0,01 | -0,13 | 0,17 | 0,06 | -0,1 | -0,05 | 0,00 | -0,08 | -0,15 |

N=88

2. Caracterização das regiões europeias e opções de investimento

Europa do Norte

| | Situação socio-económica | | | | Diversificação | | | Ambiente | | | | | Sectorial | | | | |
|------|--------------------------|-------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|--------|-------|-------|
| | PIB | EMP | DES | PAA | TUR | SER | MIG | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | < 5 | 5 < 50 | > 50 | UDE |
| DP | -0,24 | 0,69 | -0,35 | -0,70 | 0,74 | 0,32 | -0,21 | -0,64 | 0,61 | -0,64 | -0,35 | -0,64 | 0,28 | 0,72 | -0,79 | 0,37 | 0,40 |
| PIB | 1,00 | -0,45 | 0,62 | 0,46 | -0,05 | 0,18 | 0,54 | 0,36 | -0,25 | 0,31 | 0,04 | 0,11 | -0,27 | -0,24 | 0,45 | -0,42 | 0,04 |
| EMP | | 1,00 | -0,48 | -0,99 | 0,77 | 0,29 | -0,45 | -0,29 | 0,23 | -0,25 | -0,20 | -0,18 | 0,41 | 0,62 | -0,86 | 0,60 | 0,43 |
| DES | | | 1,00 | 0,45 | -0,35 | 0,64 | 0,29 | 0,54 | -0,55 | 0,50 | 0,42 | 0,35 | -0,25 | -0,06 | 0,36 | -0,51 | -0,24 |
| PAA | | | | 1,00 | -0,74 | -0,33 | 0,40 | 0,38 | -0,30 | 0,34 | 0,18 | 0,26 | -0,41 | -0,62 | 0,86 | -0,59 | -0,41 |
| TUR | | | | | 1,00 | 0,18 | -0,15 | -0,17 | 0,28 | -0,16 | -0,48 | -0,28 | -0,05 | 0,73 | -0,63 | 0,09 | 0,20 |
| SER | | | | | | 1,00 | -0,23 | 0,13 | -0,18 | 0,11 | 0,18 | -0,01 | 0,11 | 0,41 | -0,33 | 0,02 | 0,23 |
| MIG | | | | | | | 1,00 | -0,06 | -0,05 | -0,09 | 0,36 | 0,01 | -0,15 | 0,05 | 0,18 | -0,35 | -0,42 |
| ERO | | | | | | | | 1,00 | -0,90 | 1,00 | 0,26 | 0,86 | -0,33 | -0,23 | 0,47 | -0,47 | -0,38 |
| AA | | | | | | | | | 1,00 | -0,91 | -0,64 | -0,97 | -0,03 | 0,15 | -0,24 | 0,20 | 0,39 |
| AF | | | | | | | | | | 1,00 | 0,28 | 0,89 | -0,28 | -0,21 | 0,42 | -0,41 | -0,35 |
| AN | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,62 | 0,53 | -0,02 | -0,11 | 0,21 | -0,34 |
| AFN | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,09 | -0,19 | 0,22 | -0,11 | -0,42 |
| DIM | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,03 | -0,59 | 0,91 | 0,44 |
| < 5 | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,78 | 0,00 | -0,13 |
| 5<50 | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,63 | -0,30 |
| >50 | | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,63 |

N=9

Zonas rurais

| | Situação socio-económica | | | | | Diversificação | | | Sectorial | | | | |
|----------------|--------------------------|-------|-------|------|-------|----------------|-------|-------|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | DP | PIB | EMP | DES | PAA | TUR | SER | MIG | DIM | <5 | 5<50 | >50 | UDE |
| RUR | -0,74 | 0,42 | -0,46 | 0,10 | 0,73 | 0,84 | -0,23 | -0,21 | -0,27 | -0,87 | 0,88 | -0,32 | -0,23 |
| DP | 1,00 | -0,51 | 0,41 | 0,25 | -0,64 | -0,76 | 0,16 | 0,00 | 0,77 | 0,39 | -0,80 | 0,78 | 0,58 |
| PIB | | 1,00 | -0,01 | 0,37 | 0,47 | 0,42 | 0,29 | 0,50 | -0,38 | -0,16 | 0,49 | -0,59 | -0,26 |
| EMP | | | 1,00 | 0,11 | -0,82 | -0,27 | 0,50 | -0,21 | 0,32 | 0,44 | -0,61 | 0,43 | 0,47 |
| DES | | | | 1,00 | 0,13 | 0,17 | 0,58 | 0,09 | 0,56 | -0,03 | 0,12 | 0,24 | 0,05 |
| PAA | | | | | 1,00 | 0,52 | -0,30 | 0,18 | -0,41 | -0,62 | 0,86 | -0,59 | -0,41 |
| TUR | | | | | | 1,00 | 0,17 | -0,18 | -0,33 | -0,54 | 0,65 | -0,36 | -0,24 |
| SER | | | | | | | 1,00 | -0,02 | 0,09 | 0,40 | -0,32 | 0,00 | 0,22 |
| MIG | | | | | | | | 1,00 | -0,15 | 0,37 | -0,08 | -0,33 | -0,31 |
| DIM | | | | | | | | | 1,00 | 0,03 | -0,59 | 0,91 | 0,44 |
| <5 | | | | | | | | | | 1,00 | -0,78 | 0,00 | -0,13 |
| 5<50 | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,63 | -0,30 |
| >50 | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,63 |

N = 9

Zonas predominantemente rurais

| | Situação socio-económica | | | | Diversificação | | Sectorial | | | | |
|------|--------------------------|------|-------|-------|----------------|-------|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | DP | PIB | EMP | PAA | TUR | SER | DIM | <5 | 5<50 | >50 | UDE |
| PR | -0,42 | 0,64 | 0,50 | 0,68 | 0,95 | -0,05 | -0,58 | -0,44 | 0,79 | -0,69 | -0,29 |
| DP | 1,00 | 0,06 | -0,30 | -0,15 | -0,43 | -0,15 | -0,02 | -0,30 | 0,02 | 0,24 | 0,55 |
| PIB | | 1,00 | 0,17 | 0,67 | 0,67 | 0,28 | -0,57 | -0,45 | 0,80 | -0,69 | -0,20 |
| EMP | | | 1,00 | -0,24 | 0,53 | 0,32 | -0,13 | -0,16 | 0,14 | -0,04 | 0,27 |
| PAA | | | | 1,00 | 0,67 | -0,14 | -0,51 | -0,44 | 0,81 | -0,71 | -0,37 |
| TUR | | | | | 1,00 | 0,17 | -0,42 | -0,40 | 0,69 | -0,58 | -0,13 |
| SER | | | | | | 1,00 | -0,03 | 0,45 | -0,19 | -0,14 | 0,09 |
| DIM | | | | | | | 1,00 | 0,11 | -0,75 | 0,92 | 0,46 |
| <5 | | | | | | | | 1,00 | -0,68 | 0,04 | -0,37 |
| 5<50 | | | | | | | | | 1,00 | -0,77 | -0,24 |
| >50 | | | | | | | | | | 1,00 | 0,65 |

N=8

| | Situação socio-económica | | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------------------------|-------|-------|--------|-------|--------|---------|-------|--------|---------|-------|--------|---------|-------|-------|
| | PR | RUR | DP PR | DP RUR | DP | PIB PR | PIB RUR | PIB | EMP PR | EMP RUR | EMP | DES PR | DES RUR | DES | PAA |
| E1 | 0,26 | 0,31 | 0,63 | 0,09 | -0,18 | 0,44 | 0,13 | 0,22 | 0,44 | 0,33 | 0,11 | 0,13 | 0,24 | 0,17 | -0,17 |
| E2 | 0,04 | -0,18 | -0,85 | -0,21 | 0,05 | -0,39 | 0,45 | 0,44 | -0,44 | -0,10 | -0,18 | 0,33 | 0,07 | 0,24 | 0,27 |
| E3 | -0,21 | -0,40 | -0,31 | 0,40 | 0,24 | -0,41 | -0,35 | -0,39 | 0,00 | 0,66 | 0,72 | -0,34 | 0,24 | -0,24 | -0,66 |
| E4 | -0,14 | 0,16 | 0,59 | 0,03 | -0,03 | 0,25 | -0,39 | -0,39 | 0,15 | -0,40 | -0,20 | -0,28 | -0,31 | -0,26 | 0,12 |

N=9 (Total e RUR); N=8 (PR)

| | Diversificação económica e Qualidade de vida | | | | | | | | |
|----|--|---------|-------|--------|---------|-------|--------|---------|-------|
| | TUR PR | TUR RUR | TUR | SER PR | SER RUR | SER | MIG PR | MIG RUR | MIG |
| E1 | 0,32 | 0,45 | -0,21 | 0,50 | 0,42 | 0,30 | 0,22 | -0,24 | -0,07 |
| E2 | 0,16 | -0,13 | 0,28 | -0,35 | -0,04 | -0,09 | 0,10 | 0,66 | 0,51 |
| E3 | -0,16 | -0,11 | 0,36 | -0,02 | 0,33 | 0,21 | 0,32 | -0,22 | -0,26 |
| E4 | -0,31 | -0,11 | -0,33 | 0,04 | -0,37 | -0,19 | -0,33 | -0,39 | -0,33 |

N=9 (Total e RUR); N=8 (PR)

| | Ambiente | | | | | Sectorial | | | | |
|----|----------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|--------|-------|-------|
| | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | < 5 | 5 < 50 | > 50 | UDE |
| E1 | -0,10 | 0,09 | -0,09 | 0,00 | -0,14 | 0,22 | -0,38 | 0,07 | 0,36 | 0,64 |
| E2 | 0,34 | -0,35 | 0,34 | 0,14 | 0,30 | -0,23 | 0,40 | -0,03 | -0,44 | -0,37 |
| E3 | 0,05 | -0,29 | 0,13 | 0,33 | 0,36 | 0,60 | 0,44 | -0,74 | 0,63 | 0,29 |
| E4 | -0,36 | 0,47 | -0,40 | -0,29 | -0,42 | -0,13 | -0,38 | 0,30 | -0,01 | -0,10 |

N=9

Europa do Centro

| | Situação socio-económica | | | | Diversificação | | | Ambiente | | | | | Sectorial | | | | |
|----------------|--------------------------|------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|--------|-------|-------|
| | PIB | EMP | DES | PAA | TUR | SER | MIG | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | < 5 | 5 < 50 | > 50 | UDE |
| DP | 0,46 | 0,34 | -0,15 | -0,32 | -0,12 | 0,20 | 0,02 | -0,13 | -0,23 | -0,29 | -0,18 | -0,34 | -0,25 | 0,38 | -0,32 | -0,33 | 0,00 |
| PIB | 1,00 | 0,36 | -0,68 | -0,31 | 0,08 | 0,00 | 0,31 | -0,47 | -0,29 | -0,38 | -0,47 | -0,46 | -0,23 | -0,12 | 0,13 | -0,01 | -0,11 |
| EMP | | 1,00 | -0,19 | -0,98 | -0,13 | -0,07 | -0,19 | -0,34 | -0,05 | -0,35 | -0,42 | -0,49 | 0,09 | -0,20 | -0,13 | 0,26 | 0,21 |
| DES | | | 1,00 | 0,16 | -0,28 | 0,45 | -0,57 | 0,74 | 0,39 | 0,56 | 0,67 | 0,60 | 0,39 | 0,34 | -0,60 | 0,11 | 0,28 |
| PAA | | | | 1,00 | 0,13 | 0,14 | 0,24 | 0,37 | 0,04 | 0,38 | 0,45 | 0,52 | -0,14 | 0,21 | 0,14 | -0,26 | -0,25 |
| TUR | | | | | 1,00 | -0,04 | 0,12 | -0,22 | -0,03 | -0,19 | -0,19 | -0,18 | -0,09 | -0,14 | 0,19 | 0,06 | -0,07 |
| SER | | | | | | 1,00 | 0,09 | 0,43 | -0,01 | 0,18 | 0,45 | 0,36 | -0,03 | 0,26 | -0,46 | 0,10 | -0,07 |
| MIG | | | | | | | 1,00 | -0,41 | -0,48 | -0,31 | -0,25 | -0,14 | -0,61 | -0,14 | 0,47 | -0,21 | -0,67 |
| ERO | | | | | | | | 1,00 | 0,48 | 0,81 | 0,94 | 0,86 | 0,01 | 0,49 | -0,37 | -0,14 | -0,06 |
| AA | | | | | | | | | 1,00 | 0,65 | 0,48 | 0,29 | 0,12 | 0,48 | -0,30 | -0,20 | 0,21 |
| AF | | | | | | | | | | 1,00 | 0,86 | 0,87 | 0,03 | 0,57 | -0,34 | -0,26 | -0,10 |
| AN | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,93 | 0,00 | 0,51 | -0,38 | -0,17 | -0,09 |
| AFN | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,01 | 0,37 | -0,25 | -0,10 | -0,20 |
| DIM | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,38 | -0,41 | 0,69 | 0,90 |
| < 5 | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,47 | -0,76 | -0,28 |
| 5<50 | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,17 | -0,42 |
| >50 | | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,55 |

N=25

Zonas rurais

| | Situação socio-económica | | | | | Diversificação | | | Sectorial | | | | |
|----------------|--------------------------|------|-------|-------|--------------|----------------|-------------|-------|-------------|-------|--------------|--------------|--------------|
| | DP | PIB | EMP | DES | PAA | TUR | SER | MIG | DIM | < 5 | 5 < 50 | > 50 | UDE |
| RUR | -0,52 | 0,03 | -0,11 | 0,43 | 0,36 | 0,93 | 0,41 | 0,18 | 0,38 | -0,05 | -0,47 | 0,41 | 0,20 |
| DP | 1,00 | 0,20 | 0,30 | -0,11 | -0,37 | -0,47 | -0,13 | -0,09 | -0,27 | -0,29 | 0,35 | 0,00 | -0,19 |
| PIB | | 1,00 | 0,13 | -0,63 | -0,11 | 0,06 | 0,01 | 0,04 | -0,26 | -0,19 | 0,37 | -0,06 | -0,27 |
| EMP | | | 1,00 | 0,10 | -0,86 | -0,13 | 0,19 | 0,02 | 0,03 | -0,14 | -0,29 | 0,36 | 0,03 |
| DES | | | | 1,00 | -0,05 | 0,27 | 0,27 | 0,14 | 0,51 | 0,25 | -0,68 | 0,26 | 0,44 |
| PAA | | | | | 1,00 | 0,44 | 0,10 | 0,04 | -0,12 | 0,17 | 0,17 | -0,24 | -0,17 |
| TUR | | | | | | 1,00 | 0,55 | 0,10 | 0,19 | -0,05 | -0,35 | 0,36 | 0,05 |
| SER | | | | | | | 1,00 | -0,11 | 0,02 | -0,21 | -0,33 | 0,51 | -0,09 |
| MIG | | | | | | | | 1,00 | 0,44 | -0,14 | -0,23 | 0,36 | 0,46 |
| DIM | | | | | | | | | 1,00 | -0,26 | -0,70 | 0,66 | 0,92 |
| <5 | | | | | | | | | | 1,00 | -0,15 | -0,67 | -0,16 |
| 5<50 | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,59 | -0,61 |
| > 50 | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,53 |

N=22 (Nuts3); N=20 (Nuts2)

Zonas predominantemente rurais

| | Situação socio-económica | | | | Diversificação | | Sectorial | | | | |
|------|--------------------------|-------|-------|-------|----------------|-------|-----------|-------|--------|-------|-------|
| | DP | PIB | EMP | PAA | TUR | SER | DIM | < 5 | 5 < 50 | > 50 | UDE |
| PR | -0,62 | -0,36 | -0,34 | 0,54 | 0,83 | 0,25 | 0,43 | 0,21 | -0,42 | 0,20 | 0,30 |
| DP | 1,00 | 0,71 | 0,28 | -0,42 | -0,73 | -0,57 | -0,11 | -0,25 | 0,44 | -0,14 | 0,09 |
| PIB | | 1,00 | -0,08 | -0,04 | -0,48 | -0,48 | -0,31 | -0,33 | 0,64 | -0,16 | -0,25 |
| EMP | | | 1,00 | -0,91 | -0,40 | 0,20 | 0,09 | -0,04 | -0,23 | 0,22 | 0,16 |
| PAA | | | | 1,00 | 0,61 | -0,03 | -0,17 | 0,22 | 0,16 | -0,28 | -0,23 |
| TUR | | | | | 1,00 | 0,34 | 0,00 | 0,34 | -0,15 | -0,11 | -0,12 |
| SER | | | | | | 1,00 | 0,08 | -0,11 | -0,38 | 0,45 | 0,06 |
| DIM | | | | | | | 1,00 | -0,28 | -0,72 | 0,74 | 0,94 |
| <5 | | | | | | | | 1,00 | -0,21 | -0,65 | -0,22 |
| 5<50 | | | | | | | | | 1,00 | -0,57 | -0,67 |
| > 50 | | | | | | | | | | 1,00 | 0,68 |

N=18

| | Situação socio-económica | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------------------------|-------|-------|--------|-------|--------|---------|-------|--------|---------|-------|---------|-------|-------|
| | PR | RUR | DP PR | DP RUR | DP | PIB PR | PIB RUR | PIB | EMP PR | EMP RUR | EMP | DES RUR | DES | PAA |
| E1 | 0,08 | -0,07 | -0,28 | 0,30 | 0,17 | -0,40 | -0,20 | -0,25 | 0,32 | 0,02 | -0,08 | 0,19 | 0,46 | 0,15 |
| E2 | -0,27 | 0,06 | 0,21 | -0,05 | -0,19 | 0,54 | 0,52 | 0,45 | -0,32 | -0,08 | -0,04 | -0,54 | -0,66 | 0,03 |
| E3 | 0,27 | 0,05 | -0,03 | -0,25 | 0,06 | -0,42 | -0,41 | -0,23 | 0,20 | 0,08 | 0,18 | 0,51 | 0,30 | -0,26 |
| E4 | -0,01 | -0,33 | -0,03 | 0,02 | -0,08 | -0,05 | -0,22 | -0,16 | 0,06 | 0,08 | 0,03 | 0,06 | -0,03 | -0,09 |

N=22 (RUR Nuts3); N=20 (RUR Nuts2); N=18 (PR Nuts3); N=25 (TOT)

| | Diversificação económica e Qualidade de vida | | | | | | | |
|----|--|---------|-------|--------|---------|-------|---------|-------|
| | TUR PR | TUR RUR | TUR | SER PR | SER RUR | SER | MIG RUR | MIG |
| E1 | 0,21 | 0,05 | -0,12 | 0,41 | 0,49 | 0,57 | -0,10 | -0,05 |
| E2 | -0,19 | 0,03 | 0,28 | -0,46 | -0,31 | -0,41 | -0,07 | 0,49 |
| E3 | 0,04 | -0,07 | -0,19 | 0,22 | -0,15 | -0,20 | 0,20 | -0,65 |
| E4 | 0,16 | -0,26 | -0,09 | 0,40 | -0,05 | -0,15 | -0,12 | -0,09 |

N=22 (RUR Nuts3); N=20 (RUR Nuts2); N=18 (PR Nuts3); N=25 (TOT)

| | Sectorial | | | | | | | | | |
|----|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|
| | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | < 5 | 5 < 50 | > 50 | UDE |
| E1 | 0,61 | 0,25 | 0,28 | 0,49 | 0,33 | -0,25 | 0,46 | -0,24 | -0,25 | -0,19 |
| E2 | -0,59 | -0,48 | -0,27 | -0,47 | -0,21 | -0,13 | -0,44 | 0,55 | 0,07 | -0,26 |
| E3 | -0,05 | 0,29 | -0,05 | -0,06 | -0,19 | 0,59 | -0,05 | -0,45 | 0,28 | 0,71 |
| E4 | 0,00 | 0,23 | 0,03 | -0,01 | -0,07 | -0,17 | 0,07 | 0,04 | -0,06 | -0,14 |

N=25 (TOT)

Europa do Sul

| | Situação socio-económica | | | | Diversificação | | | Ambiente | | | | | Sectorial | | | | |
|----------------|--------------------------|------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | PIB | EMP | DES | PAA | TUR | SER | MIG | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | <5 | 5<50 | >50 | UDE |
| DP | 0,06 | 0,48 | -0,08 | -0,48 | 0,00 | 0,36 | -0,02 | 0,38 | -0,03 | -0,05 | 0,04 | -0,04 | 0,07 | 0,15 | -0,16 | -0,10 | 0,02 |
| PIB | 1,00 | 0,65 | -0,40 | -0,68 | 0,22 | -0,07 | 0,43 | -0,25 | -0,19 | 0,26 | 0,06 | 0,22 | 0,43 | -0,13 | 0,23 | 0,11 | 0,49 |
| EMP | | 1,00 | -0,33 | -0,98 | 0,21 | 0,28 | 0,41 | 0,02 | -0,23 | 0,11 | 0,07 | 0,14 | 0,13 | 0,00 | 0,08 | -0,04 | 0,15 |
| DES | | | 1,00 | 0,33 | -0,16 | 0,09 | -0,27 | 0,40 | 0,01 | 0,01 | -0,16 | -0,07 | -0,08 | -0,01 | -0,09 | -0,07 | -0,11 |
| PAA | | | | 1,00 | -0,22 | -0,27 | -0,40 | -0,03 | 0,22 | -0,13 | -0,06 | -0,14 | -0,13 | -0,01 | -0,10 | 0,03 | -0,16 |
| TUR | | | | | 1,00 | 0,16 | 0,23 | -0,13 | -0,22 | -0,05 | -0,03 | 0,03 | 0,29 | 0,18 | -0,07 | -0,04 | 0,11 |
| SER | | | | | | 1,00 | -0,10 | 0,40 | 0,28 | -0,05 | 0,03 | -0,16 | -0,35 | 0,01 | -0,22 | -0,27 | -0,16 |
| MIG | | | | | | | 1,00 | -0,02 | -0,21 | 0,02 | 0,08 | 0,12 | 0,26 | -0,04 | 0,05 | 0,06 | 0,25 |
| ERO | | | | | | | | 1,00 | 0,12 | 0,11 | 0,10 | -0,04 | -0,18 | 0,12 | -0,23 | -0,19 | -0,13 |
| AA | | | | | | | | | 1,00 | -0,01 | 0,01 | -0,44 | -0,39 | -0,27 | -0,03 | -0,11 | -0,09 |
| AF | | | | | | | | | | 1,00 | 0,58 | 0,79 | 0,28 | 0,20 | 0,10 | 0,10 | 0,22 |
| AN | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,79 | -0,10 | 0,03 | -0,28 | -0,22 | -0,20 |
| AFN | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,25 | 0,21 | -0,09 | -0,01 | 0,02 |
| DIM | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,17 | 0,23 | 0,29 | 0,71 |
| < 5 | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,09 | 0,46 | 0,04 |
| 5<50 | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,88 | 0,41 |
| >50 | | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,33 |

N=44

Zonas rurais

| | Situação socio-económica | | | | | Diversificação | | | Sectorial | | | | |
|----------------|--------------------------|-------|-------|-------|-------|----------------|-------|-------|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | DP | PIB | EMP | DES | PAA | TUR | SER | MIG | DIM | <5 | 5<50 | >50 | UDE |
| RUR | -0,24 | -0,30 | -0,23 | 0,08 | 0,45 | 0,81 | 0,16 | -0,11 | -0,44 | -0,20 | 0,01 | -0,02 | -0,20 |
| DP | 1,00 | 0,03 | 0,52 | 0,05 | -0,51 | -0,10 | 0,37 | 0,24 | -0,06 | 0,17 | 0,11 | 0,03 | 0,08 |
| PIB | | 1,00 | 0,45 | -0,40 | -0,70 | -0,28 | -0,24 | 0,49 | 0,34 | -0,13 | 0,25 | 0,10 | 0,42 |
| EMP | | | 1,00 | 0,08 | -0,23 | 0,52 | 0,45 | 0,18 | 1,00 | -0,66 | -0,08 | 0,12 | -0,10 |
| DES | | | | 1,00 | 0,35 | 0,13 | 0,09 | 0,30 | -0,29 | -0,02 | -0,01 | -0,14 | -0,10 |
| PAA | | | | | 1,00 | 0,38 | -0,04 | -0,29 | -0,11 | -0,05 | -0,13 | 0,01 | -0,17 |
| TUR | | | | | | 1,00 | 0,30 | -0,56 | -0,49 | -0,10 | -0,14 | -0,08 | -0,32 |
| SER | | | | | | | 1,00 | -0,19 | -0,32 | 0,14 | -0,19 | -0,18 | -0,13 |
| MIG | | | | | | | | 1,00 | -0,19 | 0,31 | 0,09 | 0,18 | 0,16 |
| DIM | | | | | | | | | 1,00 | 0,21 | 0,22 | 0,29 | 0,70 |
| <5 | | | | | | | | | | 1,00 | 0,05 | 0,49 | 0,04 |
| 5<50 | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,86 | 0,43 |
| >50 | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,34 |

N=41 (Nuts3); N=26 (Nuts2)

Zonas predominantemente rurais

| | Situação socio-económica | | | | Diversificação | | | Sectorial | | | | |
|----------------|--------------------------|-------|-------|-------|----------------|-------|-------|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | DP | PIB | DES | PAA | TUR | SER | MIG | DIM | <5 | 5<50 | >50 | UDE |
| PR | -0,30 | -0,07 | 0,08 | 0,36 | 0,85 | 0,04 | -0,26 | -0,33 | -0,15 | -0,12 | -0,09 | -0,29 |
| DP | 1,00 | -0,13 | -0,26 | -0,24 | 0,01 | 0,34 | 0,11 | -0,23 | 0,21 | 0,14 | 0,08 | -0,07 |
| PIB | | 1,00 | -0,76 | -0,78 | -0,07 | -0,16 | 0,36 | 0,55 | -0,06 | 0,09 | 0,02 | 0,34 |
| DES | | | 1,00 | 0,64 | 0,06 | -0,08 | -0,47 | 0,18 | -0,03 | -0,05 | 0,00 | -0,09 |
| PAA | | | | 1,00 | 0,33 | -0,11 | -0,15 | -0,28 | -0,05 | -0,23 | -0,10 | -0,30 |
| TUR | | | | | 1,00 | 0,16 | 0,09 | -0,21 | -0,09 | -0,05 | -0,01 | -0,16 |
| SER | | | | | | 1,00 | -0,39 | -0,29 | 0,16 | 0,07 | 0,00 | -0,02 |
| MIG | | | | | | | 1,00 | 0,66 | 0,05 | 0,30 | 0,44 | 0,73 |
| DIM | | | | | | | | 1,00 | 0,16 | 0,03 | 0,11 | 0,68 |
| <5 | | | | | | | | | 1,00 | 0,15 | 0,50 | 0,13 |
| 5<50 | | | | | | | | | | 1,00 | 0,90 | 0,36 |
| >50 | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,33 |

N=22 (Nuts3) N=9 (Nuts2)

| | Situação socio-económica | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------------------------|-------|-------|--------|-------|--------|---------|-------|--------|---------|-------|---------|-------|-------|
| | PR | RUR | DP PR | DP RUR | DP | PIB PR | PIB RUR | PIB | EMP PR | EMP RUR | EMP | DES RUR | DES | PAA |
| E1 | -0,28 | -0,13 | -0,16 | 0,21 | -0,07 | -0,27 | -0,04 | -0,07 | -0,52 | -0,31 | -0,03 | 0,21 | 0,08 | -0,02 |
| E2 | 0,27 | 0,30 | -0,02 | -0,34 | -0,31 | 0,19 | 0,01 | 0,06 | 0,31 | 0,13 | -0,20 | -0,08 | 0,01 | 0,25 |
| E3 | 0,10 | 0,04 | 0,36 | 0,28 | 0,66 | 0,19 | 0,15 | 0,09 | 0,44 | 0,45 | 0,36 | -0,29 | -0,13 | -0,39 |
| E4 | -0,07 | -0,47 | -0,17 | -0,08 | -0,08 | -0,08 | -0,04 | -0,07 | -0,24 | 0,13 | 0,00 | 0,04 | -0,04 | 0,04 |

N=44 (TOT); N=22 (PR); N=41 (RUR Nuts3); N=26 (RUR Nuts2)

| | Diversificação económica e Qualidade de vida | | | | | | | |
|----|--|---------|-------|--------|---------|-------|---------|-------|
| | TUR PR | TUR RUR | TUR | SER PR | SER RUR | SER | MIG RUR | MIG |
| E1 | -0,49 | -0,10 | 0,06 | -0,25 | -0,19 | -0,12 | 0,19 | 0,23 |
| E2 | 0,48 | 0,20 | -0,08 | 0,06 | 0,09 | -0,03 | -0,12 | -0,10 |
| E3 | 0,07 | -0,07 | -0,01 | 0,49 | 0,33 | 0,24 | 0,08 | -0,18 |
| E4 | -0,07 | -0,15 | 0,04 | -0,26 | -0,19 | -0,09 | -0,28 | 0,03 |

N=44 (TOT); N=22 (PR); N=41 (RUR Nuts3); N=28 (RUR Nuts2)

| | Ambiente | | | | | Sectorial | | | | |
|----|----------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|--------|-------|-------|
| | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | < 5 | 5 < 50 | > 50 | UDE |
| E1 | 0,17 | -0,23 | 0,09 | 0,26 | 0,25 | -0,06 | -0,13 | 0,05 | 0,01 | -0,22 |
| E2 | -0,22 | 0,27 | 0,02 | -0,24 | -0,19 | 0,15 | 0,02 | 0,05 | 0,06 | 0,33 |
| E3 | 0,23 | 0,05 | -0,24 | -0,23 | -0,31 | -0,12 | 0,17 | 0,04 | 0,03 | -0,01 |
| E4 | -0,28 | -0,28 | 0,03 | 0,37 | 0,36 | -0,02 | -0,10 | -0,31 | -0,24 | -0,26 |

N=44 (TOT)

Europa de Leste

| | Situação socio-económica | | | | Diversificação | | | Ambiente | | | | | Sectorial | | | | |
|------|--------------------------|------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | PIB | EMP | DES | PAA | TUR | SER | MIG | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | <5 | 5<50 | >50 | UDE |
| DP | 0,43 | 0,11 | 0,33 | -0,08 | 0,79 | -0,52 | 0,57 | 0,79 | 0,46 | 0,14 | -0,70 | -0,49 | 0,29 | 0,43 | -0,50 | 0,11 | 0,49 |
| PIB | 1,00 | 0,75 | -0,18 | -0,74 | 0,04 | 0,13 | 0,57 | 0,52 | -0,20 | 0,35 | -0,13 | 0,21 | 0,45 | -0,36 | 0,30 | 0,40 | 0,53 |
| EMP | | 1,00 | 0,02 | -1,00 | -0,13 | 0,49 | 0,50 | 0,33 | -0,16 | 0,02 | 0,19 | 0,18 | 0,55 | -0,41 | 0,30 | 0,57 | 0,46 |
| DES | | | 1,00 | 0,00 | 0,42 | 0,05 | -0,08 | 0,36 | 0,23 | 0,03 | -0,27 | -0,21 | -0,07 | 0,28 | -0,26 | -0,16 | -0,09 |
| PAA | | | | 1,00 | 0,16 | -0,49 | -0,49 | -0,32 | 0,18 | -0,02 | -0,20 | -0,20 | -0,54 | 0,39 | -0,29 | -0,57 | -0,46 |
| TUR | | | | | 1,00 | -0,35 | 0,41 | 0,40 | 0,67 | -0,28 | -0,47 | -0,68 | 0,22 | 0,37 | -0,44 | 0,13 | 0,38 |
| SER | | | | | | 1,00 | -0,01 | -0,47 | -0,30 | 0,01 | 0,42 | 0,38 | -0,11 | -0,53 | 0,58 | 0,03 | -0,23 |
| MIG | | | | | | | 1,00 | 0,50 | -0,05 | 0,05 | -0,03 | 0,02 | 0,43 | 0,23 | -0,35 | 0,38 | 0,50 |
| ERO | | | | | | | | 1,00 | 0,03 | 0,39 | -0,50 | -0,08 | 0,57 | 0,23 | -0,35 | 0,38 | 0,67 |
| AA | | | | | | | | | 1,00 | -0,58 | -0,51 | -0,99 | -0,01 | 0,38 | -0,40 | -0,06 | 0,09 |
| AF | | | | | | | | | | 1,00 | -0,39 | 0,58 | -0,06 | -0,13 | 0,18 | -0,19 | 0,04 |
| AN | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,53 | 0,05 | -0,36 | 0,33 | 0,25 | -0,17 |
| AFN | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,01 | -0,44 | 0,47 | 0,04 | -0,11 |
| DIM | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,38 | 0,18 | 0,97 | 0,96 |
| < 5 | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | -0,98 | -0,49 | -0,29 |
| 5<50 | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,29 | 0,09 |
| >50 | | | | | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,89 |

N=10

Zonas rurais

| | Situação socio-económica | | | | | Diversificação | | | Sectorial | | | | |
|----------------|--------------------------|------|-------|-------|-------|----------------|-------|-------|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | DP | PIB | EMP | DES | PAA | TUR | SER | MIG | DIM | <5 | 5<50 | >50 | UDE |
| RUR | 0,43 | 0,02 | -0,08 | 0,14 | 0,09 | 0,36 | -0,20 | 0,18 | 0,03 | 0,39 | -0,41 | -0,04 | 0,17 |
| DP | 1,00 | 0,54 | 0,21 | -0,44 | -0,12 | 0,49 | -0,45 | -0,44 | 0,30 | 0,42 | -0,49 | 0,11 | 0,49 |
| PIB | | 1,00 | 0,35 | -0,39 | -0,32 | 0,24 | 0,37 | -0,44 | 0,17 | -0,20 | 0,19 | 0,11 | 0,25 |
| EMP | | | 1,00 | -0,41 | -0,98 | -0,06 | 0,47 | -0,41 | 0,56 | -0,36 | 0,25 | 0,57 | 0,48 |
| DES | | | | 1,00 | 0,32 | 0,25 | -0,16 | 0,99 | -0,20 | 0,48 | -0,47 | -0,18 | -0,21 |
| PAA | | | | | 1,00 | 0,19 | -0,51 | 0,33 | -0,54 | 0,39 | -0,29 | -0,57 | -0,46 |
| TUR | | | | | | 1,00 | -0,11 | 0,30 | -0,09 | 0,50 | -0,52 | -0,14 | 0,00 |
| SER | | | | | | | 1,00 | -0,18 | -0,10 | -0,57 | 0,62 | 0,05 | -0,23 |
| MIG | | | | | | | | 1,00 | -0,18 | 0,45 | -0,44 | -0,16 | -0,18 |
| DIM | | | | | | | | | 1,00 | -0,38 | 0,18 | 0,97 | 0,96 |
| <5 | | | | | | | | | | 1,00 | -0,98 | -0,49 | -0,29 |
| 5<50 | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,29 | 0,09 |
| >50 | | | | | | | | | | | | 1,00 | 0,89 |

N= 10 (Nuts3); N=8 (Nuts2)

Zonas predominantemente rurais

| | Situação socio-económica | | | | Diversificação | | Sectorial | | | | |
|------|--------------------------|-------|------|-------|----------------|-------|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | DP | PIB | EMP | PAA | TUR | SER | DIM | <5 | 5<50 | >50 | UDE |
| PR | 0,29 | -0,03 | 0,06 | 0,35 | 0,89 | 0,57 | -0,78 | 0,25 | -0,07 | -0,82 | -0,64 |
| DP | 1,00 | 0,59 | 0,40 | -0,05 | 0,28 | 0,05 | 0,07 | 0,56 | -0,59 | -0,13 | 0,26 |
| PIB | | 1,00 | 0,30 | -0,61 | 0,05 | -0,06 | 0,47 | -0,20 | 0,13 | 0,36 | 0,58 |
| EMP | | | 1,00 | -0,21 | 0,09 | -0,18 | 0,25 | 0,11 | -0,17 | 0,20 | 0,24 |
| PAA | | | | 1,00 | 0,06 | -0,28 | -0,54 | 0,39 | -0,29 | -0,57 | -0,46 |
| TUR | | | | | 1,00 | 0,76 | -0,59 | 0,06 | 0,09 | -0,61 | -0,47 |
| SER | | | | | | 1,00 | -0,54 | 0,07 | 0,04 | -0,50 | -0,55 |
| DIM | | | | | | | 1,00 | -0,38 | 0,18 | 0,97 | 0,96 |
| <5 | | | | | | | | 1,00 | -0,98 | -0,49 | -0,29 |
| 5<50 | | | | | | | | | 1,00 | 0,29 | 0,09 |
| >50 | | | | | | | | | | 1,00 | 0,89 |

N=10

| | Situação socio-económica | | | | | | | | | | | | |
|----|--------------------------|-------|-------|--------|-------|--------|---------|-------|--------|---------|-------|-------|-------|
| | PR | RUR | DP PR | DP RUR | DP | PIB PR | PIB RUR | PIB | EMP PR | EMP RUR | EMP | DES | PAA |
| E1 | 0,62 | -0,09 | -0,36 | -0,56 | -0,47 | -0,63 | -0,26 | -0,47 | -0,16 | -0,37 | -0,29 | -0,01 | 0,30 |
| E2 | -0,34 | -0,06 | 0,41 | 0,54 | 0,44 | 0,91 | 0,51 | 0,86 | 0,24 | 0,76 | 0,71 | 0,04 | -0,69 |
| E3 | 0,05 | 0,44 | 0,00 | -0,03 | 0,05 | -0,58 | -0,36 | -0,72 | -0,21 | -0,79 | -0,77 | 0,14 | 0,75 |
| E4 | -0,48 | -0,60 | -0,44 | -0,30 | -0,30 | 0,05 | 0,26 | 0,21 | -0,08 | 0,46 | 0,45 | -0,15 | -0,44 |

N=10

| | Diversificação económica e Qualidade de vida | | | | | | |
|----|--|---------|-------|--------|---------|-------|-------|
| | TUR PR | TUR RUR | TUR | SER PR | SER RUR | SER | MIG |
| E1 | 0,67 | -0,40 | -0,20 | 0,68 | 0,27 | 0,50 | -0,41 |
| E2 | -0,22 | 0,14 | -0,01 | -0,19 | 0,12 | -0,09 | 0,40 |
| E3 | -0,15 | 0,14 | 0,39 | -0,32 | -0,56 | -0,36 | -0,07 |
| E4 | -0,31 | -0,04 | -0,10 | 0,00 | 0,59 | 0,30 | -0,07 |

N=10

| | Ambiente | | | | | Sectorial | | | | |
|----|----------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|--------|-------|-------|
| | ERO | AA | AF | AN | AFN | DIM | < 5 | 5 < 50 | > 50 | UDE |
| E1 | -0,82 | 0,19 | -0,23 | 0,08 | -0,14 | -0,78 | 0,07 | 0,09 | -0,67 | -0,81 |
| E2 | 0,76 | -0,25 | 0,42 | -0,16 | 0,24 | 0,65 | -0,33 | 0,23 | 0,55 | 0,67 |
| E3 | -0,09 | 0,19 | -0,09 | -0,15 | -0,22 | -0,16 | 0,49 | -0,49 | -0,18 | -0,08 |
| E4 | -0,29 | 0,07 | -0,65 | 0,64 | -0,03 | 0,27 | -0,50 | 0,45 | 0,43 | 0,12 |

N=10